

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PAULO ROBERTO PEREIRA CÂMARA



TRABALHO E RUA

Análise acerca do trabalho de rua em São Luís na passagem do século XIX ao XX

São Luís
2008

PAULO ROBERTO PEREIRA CÂMARA

TRABALHO E RUA

Análise acerca do trabalho de rua em São Luís na passagem do século XIX ao XX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José O. Alcântara Júnior.

São Luís
2008

CÂMARA, Paulo Roberto Pereira.

Trabalho e Rua: análise acerca do trabalho de rua em São Luís na passagem do século XIX ao XX / Paulo Roberto Pereira Câmara. - São Luís, 2008

147 f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: José O. Alcântara Jr.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2008.

1. Trabalho informal - São Luís - MA 2. Maranhão - História 3. Trabalho de Rua

CDU 331.102.12 (812.1)

PAULO ROBERTO PEREIRA CÂMARA

TRABALHO E RUA

Análise acerca do trabalho de rua em São Luís na passagem do século XIX ao XX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José O. Alcântara Júnior (Orientador)

Prof^ª. Dr^ª. Regina Helena Martins de Faria

Prof. Dr. Igor Gastal Grill

A minha mãe

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos registrados abaixo são mais do que palavras de gratidão pela contribuição direta de alguns e pela torcida de muitos para que este trabalho fosse possível, é uma oportunidade de dizer o quanto significam pra mim.

A Deus pelo mistério da existência.

Às instituições de fomento FAPEMA e CAPES pelo incentivo financeiro dado a este trabalho através de uma bolsa de estudo, muito importante para eu cursar com mais tranquilidade o mestrado.

Ao meu orientador, professor Alcântara Júnior, por me acompanhar nessa jornada, pelo incentivo e encorajamento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA, especialmente aos professores Alcântara, Horácio, Ednalva, Beta, Marcelo, Álvaro, Carlão, Igor, Sandra, Biné e Alexandre, que ministraram as disciplinas que cursei e/ou participaram de alguma das etapas de elaboração desta dissertação. À Clóris, ex-secretária do PPGCS que me “quebrou alguns galhos”.

À professora Regina Faria não tenho palavras para agradecer à generosidade de me emprestar parte de sua pesquisa, que se revelou importantíssima para a construção deste trabalho, de modo que a única maneira de agradecer é imitando-lhe o gesto ao longo de minha carreira como professor e pesquisador.

Ariel não apenas foi importante pra este trabalho pelas suas observações, como é fundamental na minha vida, um amigo, um irmão.

A Cida e Weriston, que acompanharam de perto cada passo desta caminhada jamais serei suficientemente grato pelas contribuições e, especialmente, pela atenção que tiveram comigo. Quando o que mais queria era que alguém me ouvisse, vocês estavam lá, obrigado!

A minha mãe, pela paciência de conviver com um filho estressado e, por vezes triste, dentro de casa. Por ter sofrido junto comigo a angústia da elaboração deste trabalho, mesmo sem entender muito bem do que se tratava.

A meus irmãos Estrela, Lucilene, Lena, Josy, Teco, Dina e Gilson pela torcida e orações para que o irmão mais novo conseguisse realizar mais um projeto de vida.

A Adeilson Marques agradeço pela revisão do texto e pela amizade que nos une.

A Josy Cantanhede pela normalização do trabalho e pela atenção carinhosa.

A Elthon Aragão pela tradução do resumo e pela amizade toda.

A todos os colegas da turma 3 do mestrado pelos momentos compartilhados, de modo particular a Marli, Rosângela, Igor Bergamo, Raimunda, Letícia e Renata.

Para Tânia Cristina Salém só tenho sentimentos nobres e palavras bonitas, por que é mais do que uma ex-colega de turma, é amiga, confidente, um presente que a vida me deu.

A turma de História da UFMA de 2001.1, da qual tenho muito orgulho de fazer parte, que para além dos potenciais intelectuais de cada um, vale pelo conjunto dos valores que nos unem. Não posso deixar de citar aqui Ariel, Weriston, Elthon, Thiago, Tássio, João Ricardo, Gledson, Fábio, Ene, Giovana, Reinaldo, Bianca, Sebastiana, Amanda, Roger, Estela, Jean Gustavo, Joseane e Carlos “polícia”.

A Cleide e Rose, minhas queridas amigas, pela torcida e carinho.

A Lizete que gosta de História, mas não de historiadores, mas que abriu uma exceção pra mim.

A Zefa e sua família que foi durante todo esse período uma fonte de descontração e encorajamento.

A Júnior, meu amigo mais que especial, e D. Édila pela gentileza e boa prosa.

A Kátia França, minha amiga “inteligentona” que além de tudo é A Bela!

As funcionárias da Biblioteca Pública Benedito Leite e do Arquivo Público do Estado, especialmente, a D. Fátima e D. Ivanilde, com as quais estabeleci uma relação muito especial.

A Inaê, Renato, Nonato, Juciana, Poliana, Andréa Sodré, Carla, Darles, Mariana, Luís Eduardo, Sander, Gisele, Suzani, Milena Galdez, Íris Melo, Kelcilene, Joelma, Carlão, Andréa Bianca, Nêmera, Moisés, Harlen, Alisson, Rosângela, Lucy, e André Praseres, pelo carinho e torcida.

É nesses momentos e situações do protagonismo oculto e mutilado dos simples, das pessoas comuns, dos que foram postos à margem da História, do homem sem qualidade, que a sociedade propõe ao sociólogo suas indagações mais complexas, seus problemas mais ricos, sua diversidade teoricamente mais desafiadora.

José de Souza Martins

RESUMO

Descrição e análise do *trabalho de rua* em São Luís do Maranhão no contexto histórico da passagem do século XIX ao XX. Investiga de que forma os desejos de civilidade da elite local serviram de justificativa para a implementação de medidas visando o disciplinamento social dos *trabalhadores de rua*, assim como, de outros grupos populares. Demonstra como as infrações às determinações dos Códigos de Posturas Municipais no que se refere de modo geral ao uso do espaço urbano e, especificamente, ao exercício das atividades dos *trabalhadores de rua* implicou em falas pejorativas sobre aqueles que faziam da *rua* seu ambiente de trabalho. Identifica ainda algumas das categorias profissionais que tomavam a *rua* como palco de exercício de seus ofícios e de que modo o aluguel de trabalhadores livres se configurou como um traço característico da herança escravista brasileira.

Palavras-chave:

ABSTRACT

Description and analysis of the street work in São Luís, Maranhão, in the historical context of the passage of the century XIX to the XX. It investigates like the desires of civility of the local elite served as justification for the implementation of measures seeking the street workers' social discipline, as well as, of other popular groups. It demonstrates as the infractions to the determinations of the Codes of Municipal Positions in what it refers in general to the use of the urban space and, specifically, to the exercise of the street workers' activities it implicated in pejorative speeches on those that did of your street work atmosphere. It still identifies some of the professional categories that took the street as stage of exercise of your occupations and that way the free workers' rent had configured as a characteristic line of the inheritance Brazilian slavery.

Key-words:

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	p.
Figura 1 – Planta da cidade de São Luís	32
Figura 2 – Praça João Lisboa	35
Figura 3 – Estação da empresa Ferro-Carril	39
Figura 4 – O urbano	55
Figura 5 – A falta de tropa	60
Figura 6 – Mercado de frutas	67
Figura 7 – Sem título	78
Figura 8 – De volta da cidade	82
Quadro 1 – Quadro das formas de trabalho que aparecem apenas em um Período	94
Quadro 2 – Quadro das ocupações escravas do censo de 1872	102
Figura 9 – Praça do comércio	105
Quadro 3 – Movimento epidêmico da peste bubônica na cidade de São Luís	147

LISTA DE TABELAS

Tabela	Ano	Página
Tabela 1	1880	127
Tabela 2	1881	128
Tabela 3	1882	129
Tabela 4	1883	130
Tabela 5	1884	131
Tabela 6	1885	132
Tabela 7	1886	133
Tabela 8	1887	134
Tabela 9	1889	135
Tabela 10	1890	136
Tabela 11	1891	137
Tabela 12	1892	138
Tabela 13	1893	139
Tabela 14	1894	140
Tabela 15	1895	141
Tabela 16	1896	142
Tabela 17	1897	143
Tabela 18	1898	144
Tabela 19	1899	145
Tabela 20	1900	146

SUMÁRIO

	p.
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. O OBJETO E A PESQUISA: notas metodológicas	20
3. SÃO LUÍS NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX AO XX	30
3.1 Desejo de civilidade e implantação dos modernos serviços de consumo coletivo.....	38
3.2 De chinfrins, bródios e “cousas porcas” também se fazia a cidade.....	47
3.3 Da polícia ou considerações em torno de uma realidade talvez contraditória	55
4. TRABALHADORES DE RUA: estratégias de trabalho e formas de resistência.....	61
4.1 O mercado de víveres na cidade de São Luís	63
4.2 Dos produtos comercializados “desde o princípio do dia até à hora da corrida da sineta da cadeia”	75
4.3 Das infrações aos Códigos de Posturas Municipais e os conflitos com a ordem	85
5. TRABALHO DE RUA: dinâmicas do trabalho no mundo da rua	90
5.1 Quem trabalhava na rua?	101
5.2 O aluguel de trabalhadores	106
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES	118
ANEXO	126

1 INTRODUÇÃO

Seguindo o exemplo de alguns autores, gostaria de iniciar contando a história deste trabalho. Ele teve início quando pesquisava para a monografia de conclusão do Curso de História da Universidade Federal do Maranhão; nessa ocasião, embora o enfoque fosse outro – o discurso da vadiagem do século XIX –, algumas notas de periódicos locais sobre trabalhadores que ordinariamente exerciam seus ofícios pelas ruas de São Luís de fins do século XIX despertaram meu interesse. Contudo, como não seria viável mudar de projeto àquela época, adiei para outro momento essa pesquisa. Assim, quando se apresentou a oportunidade de cursar o mestrado, percebi aí a chance de pesquisar e, na medida do possível, adentrar no universo daqueles sujeitos a quem estou denominando de *trabalhadores de rua*.

Portanto, esta dissertação tem como objetivo descrever e analisar a dinâmica do *trabalho de rua* em São Luís do Maranhão no contexto histórico de passagem do século XIX ao XX. Entretanto, sabendo-se que a recuperação de qualquer momento histórico é sempre incompleta e se dá a partir de fragmentos/documentos, busquei em diversos materiais elementos que me permitissem recompor esse quadro. Para tanto, as principais fontes utilizadas foram os jornais Pacotilha e Diário do Maranhão, os Códigos de Posturas Municipais de 1866 e de 1893, o Código Sanitário de 1904, literatura - poesias, crônicas e romances -, além de material iconográfico.

Nessa documentação estão registradas algumas das transformações que ocorreram no período considerado nestas páginas, a exemplo da Abolição e do advento da República. Tais mudanças trouxeram à reboque uma série de outras que contribuíram para transformar de forma definitiva a feição da sociedade brasileira e que implicaram por sua vez um redesenhamento das cidades, sobretudo das capitais, centros dinâmicos da nova ordem política. Dessa forma, procuro analisar de que maneira esses eventos se refletiram em São Luís nas relações de trabalho que se davam no universo da *rua*.

Uma das principais transformações desse contexto de passagem de século diz respeito ao processo de urbanização¹ posto em marcha desde meados do século XIX, principalmente no Rio de Janeiro, sede da corte imperial, de onde se estendeu às principais

¹ O termo urbanização é adotado aqui na perspectiva de Castells (1983, p. 46) segundo a qual “urbanização refere-se ao mesmo tempo à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana”.

capitais do país. Acompanhando esse processo, São Luís realizou naquela época a reforma de seus cenários centrais, como o Largo do Carmo², que passou então a expor, aos olhares da admiração pública, chafarizes franceses, símbolos do progresso e refinamento desejados pelos abastados moradores da cidade.

As reformas urbanas, assim como a implantação de modernos serviços de consumo coletivo³, fazem parte de uma série de transformações levadas a cabo pelas autoridades com o objetivo de modernizar a cidade, que em outras palavras se traduziu no desejo de colocar São Luís nos trilhos da civilização⁴ e do progresso⁵. Nesse sentido, tais anseios refletiam em âmbito local o intenso fluxo de mudanças que perpassou todos os níveis da experiência social da época em apreço.

No caso específico de São Luís, tal modernidade⁶ estava muito mais para um arremedo do que propriamente para um reflexo daquilo que ocorria nas principais cidades capitalistas do mundo, pois, embora a República tenha sido proclamada em meio aos discursos do progresso e da civilização, a sua implantação não correspondeu a uma real alteração da ordem social, se configurando tão somente como uma mudança de regime político. Do mesmo modo, a cidade como espaço das ações sociais e metáfora dessa modernidade, registrou apenas um aperfeiçoamento postiço e frágil.

Entretanto, a urbanização é apenas uma das dimensões desse processo fluido e heterogêneo denominado de modernidade. Em termos sociais, a modernidade consiste numa mudança de costumes, na superação de velhas formas de sociabilidade e na construção de novas, “modernas” e “civilizadas”. Assim, ao estudar sobre o processo de transição da Monarquia para a República, Gilberto Freyre (2004, p. 756) observou que no Brasil foi

² O Largo do Carmo era um dos principais largos da cidade nessa época; ainda hoje esse logradouro público, localizado no centro da urbe onde fica a igreja de mesmo nome, mantém a mesma denominação.

³ No caso de São Luís no contexto histórico-social aqui analisado os modernos serviços de consumo coletivo se referem à implantação dos sistemas de água encanada, esgoto, bondes, limpeza e iluminação pública. De acordo com Preteceille (1983, p. 42) “A noção de equipamentos coletivos ultrapassa, com efeito, a esfera unicamente do consumo, na medida em que designa um conjunto de valores de uso onde encontramos, ao mesmo tempo, meios de produção, ou suportes da circulação e da troca, e meios de consumo”.

⁴ O conceito de civilização é empregado nos termos em que foi desenvolvido por Elias (1994, p. 23), ou seja, “refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes”. Quanto ao desenvolvimento de modos de conduta, a ‘civilização dos costumes’, assinala esse autor, estes são resultados de um condicionamento e um adestramento social àquilo que se considerava como mais “civilizado”.

⁵ O termo progresso, apontam os jornais do período, refere-se principalmente à riqueza material da cidade.

⁶ Como explica Marshall Berman a modernidade possuiu dimensões e sentidos que variaram de um lugar para outro, de modo que em alguns casos ela podia ser considerada como “algo que *não* estava acontecendo, ou estava ocorrendo à distância”, ou, ainda, “como algo que acontecia das formas mais irregulares, vacilantes, flagrantemente destinadas ao fracasso ou estranhamente distorcidas.” (BERMAN, 1999, p. 170).

gradativamente “se acentuando a tendência para levar-se ao ridículo tudo quanto fosse rústico ou matuto ou sertanejo ou caipira na civilização brasileira”.

Nesse sentido, a modernidade de São Luís à época considerada trouxe no seu bojo, juntamente com o desejo de reordenamento do espaço urbano, a necessidade de afastar do centro “civilizado” determinados grupos populares, como o dos *trabalhadores de rua*, apontados nos jornais como atentatórios à moral e aos “bons costumes”.

Com tal objetivo as autoridades estaduais e municipais, através da adoção de Códigos de Posturas e do Código Sanitário, procuravam regulamentar comportamentos e atividades sociais que se davam no espaço da *rua*, haja vista que estava em jogo a construção de uma nova cidade pautada nos ideais de progresso e civilidade.

Essa nova cidade implicava o disciplinamento da utilização do espaço público e a (re)definição do padrão de interação entre os diversos grupos sociais, uma vez que seria impossível uma cidade civilizada, aliás, a construção de uma cidade civilizada, sem que se acirrassem as modalidades de conflitos entre uma elite ansiosa por esses modos de viver e uma população alheia a tais necessidades e objetivos.

Dessa forma, partindo da perspectiva de que a sociedade de modo geral significa a interação entre indivíduos, e que nessa interação os sujeitos, a um só tempo, exercem e sofrem efeitos dos e sobre os outros, corroboro com a idéia de Simmel (2006, p.60) que consiste na seguinte premissa:

Essa interação surge sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades. Instintos eróticos, interesses, objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referencia ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros.

Nesse sentido, essas formas de sociabilidades conflituosas, fruto dessa interação social nem sempre desejada, eram cotidianamente registradas nas páginas dos jornais locais através do embate entre fiscais da municipalidade e agentes policiais contra as práticas sociais dos moradores da cidade. Pois, na *rua* se apresentava toda uma população – da qual os *trabalhadores de rua* fazem parte –, que por não reconhecer os princípios que orientavam aquelas modernas mudanças, não se adequou a elas, sendo por isso, considerada indisciplinada em seus meios de vida e expressões culturais.

Assim, ao se apropriarem da *rua* como espaço de trabalho ou diversão, os *trabalhadores de rua* acabaram por se tornar alvo das regulamentações dos Códigos de Posturas e do Código Sanitário levadas a efeito pelas autoridades no anseio de fazer de São Luís uma cidade “civilizada”.

Ademais, esse foi um período de recorrentes surtos epidêmicos⁷ em São Luís, sendo o de maior gravidade a epidemia de peste bubônica que assolou a população no ano de 1904⁸, justificando assim, para a sociedade, o discurso médico-sanitário⁹ que se tornou tema de discussões e motor de inúmeras ações visando higienizar a cidade e afastar o espectro da morte que rondava os moradores. Assim, enquanto local de passagem e interação social dos sujeitos, a *rua* parecia representar um perigo à “boa sociedade”.

Analicamente, a *rua* compreende um conjunto de espaços dentro da cidade, a exemplo das vias públicas, becos, praças, esquinas, ladeiras e largos, ou seja, todos os espaços públicos pelos quais os trabalhadores/moradores podiam transitar/trabalhar. Dessa feita, a categoria *trabalho de rua* agrega aqueles ofícios exercidos por peixeiros, aguadeiros, vendedores de tabuleiros, carroceiros, serventes, entre outros identificados no material compulsado na pesquisa. Do mesmo modo, a noção de cotidiano que perpassa o desenvolvimento da análise refere-se a processos interativos, representativos e simbólicos relacionados à experiência vivida que constroem sociabilidades de rua, enquanto espaço de uma vida pública.

Outrossim, este trabalho inspirou-se, ainda, no conceito de representação social da história cultural francesa. De acordo com Chartier, a representação é entendida como uma “relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga” (CHARTIER, 1991, p. 184). Para esse autor, as representações são resultados das “próprias divisões do mundo social” e funcionam como “esquemas de classificações incorporados sob a forma de categorias mentais por cada grupo”.

⁷ Ver em anexo a tabela do movimento epidêmico da peste bubônica na cidade de São Luís.

⁸ Sobre a questão da peste bubônica em São Luís em fins do século XIX e, especialmente, no que se refere à epidemia de peste bubônica do ano de 1904, temos dois interessantes trabalhos acadêmicos, a saber: MEDEIROS (2007) e MELO (2003).

⁹ Parafrazeando Shwarcz (1995), o discurso médico-sanitário consistiu numa das faces do ideário higienista que se difundiu no Brasil principalmente a partir da década de 1870. Diante das precárias condições sanitárias das cidades, que as tornavam sujeitas a constantes epidemias foi desenvolvido grandes programas de higiene e de saneamento, que tinham por finalidade reformular a paisagem urbana do país, tornando urgente a implementação de programas de higienização nos ambientes e nos “corpos”, a fim de aperfeiçoar e corrigir o homem, assim como, ordenar a cidade para materializar a nova ordem social. Pois, segundo Shwarcz (1995, p.34), “tratava-se de trazer uma racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos, implementar projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza”.

Desse modo, as percepções do mundo social não são de forma alguma discursos neutros, mas produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade às custas de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Assim, é a partir dessas classificações e divisões do mundo social que “o presente pode adquirir sentido, o outro se torna identificável e o espaço decifrável” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Nesse sentido, as representações sociais não são nunca neutras, posto que “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17). Destarte, as notas acerca dos *trabalhadores de rua* aqui considerados parecem corresponder aos interesses de uma elite de afastar do centro “civilizado” da urbe aquilo que consideravam como resquícios de um passado que se desejava superar.

Assim, se por um lado as relações sociais estabelecem diferentes níveis de hierarquização social, das quais resultam representações específicas; por outro, a ciência constrói conceitos e classificações para tornar inteligível o real, ou, como diria Simmel nesse processo em que procura dar conta de apreender e explicar o real, a ciência extrai dos fenômenos uma série ou uma parte da totalidade ou da imediatividade vivida e a subsume a um conceito específico. Ou como assinala esse autor:

A sociologia não procede de maneira menos legítima que todas as demais ciências ao dissipar as existências individuais para novamente reuni-las segundo um conceito que lhe seja próprio, e assim perguntar: o que ocorre com os seres humanos e segundo que regras eles se movimentam – não exatamente quando eles desenvolvem a totalidade de suas existências individuais inteligíveis, e sim quando eles, em virtude de seus efeitos mútuos, formam grupos e são determinados por essa existência em grupo? (SIMMEL, 2006, p. 19).

Com base nessa idéia, a categoria *trabalho de rua* constitui um esforço de aproximação das diferentes experiências vividas por aqueles indivíduos que faziam da *rua* seu ambiente de trabalho, mas longe de encerrar a totalidade dos indivíduos ou das atividades desenvolvidas no espaço da *rua*, procura dar conta da dinâmica social que caracteriza essa forma específica de trabalho.

Logo, o que o leitor encontrará ao longo destas páginas é uma tentativa de aproximação, mediado por diferentes fontes documentais, da dinâmica do *trabalho de rua* em São Luís no contexto histórico de passagem do século XIX ao XX, e não a busca de uma

realidade intrínseca. Partindo dessa perspectiva busco, ainda, compreender por que os *trabalhadores de rua* foram frequentemente acusados de atentarem contra a ordem e a moralidade pública e de que forma isso repercutia na imprensa.

Denomino de *trabalhadores de rua*, àqueles sujeitos que trabalhavam como autônomos, volantes, sem vínculo empregatício, e que “ganhavam a vida” nas ruas da cidade; ou, ainda, àqueles que viviam de pequenos expedientes e biscates realizados nesse mesmo espaço social. Local de passagem ou trabalho, a *rua* possuía ainda outras dimensões, podendo ser lugar de festa, moradia ou violência, como as notas dos jornais informavam aos leitores. Palco de expressão de comportamentos condenados pelas famílias abastadas, a exemplo da bebedeira pública, na *rua* se daria todo tipo de desatinos que iam de encontro aos desejos de civilidade.

Com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento da análise, o trabalho foi estruturado da seguinte forma: nas *Notas metodológicas* relato a experiência de campo e as escolhas que orientaram o percurso realizado no processo de construção do texto.

No capítulo intitulado *São Luís na passagem do século XIX ao XX*, analiso os aportes civilizatórios que, a partir da segunda metade do século XIX, são adotados na cidade e que refletiram os desejos de civilidade da elite local. Dessa forma, me interessou perceber como os ideais de progresso e civilidade serviram para justificar as ações contra os *trabalhadores de rua* da cidade, na medida em que estes eram considerados um obstáculo ao projeto de urbanização e civilização dos costumes, por não se adequarem aos desejos de civilidade. Igualmente, objetivo demonstrar como a implantação dos modernos serviços de consumo coletivo excluiu boa parte da população do usufruto de seus benefícios e de que maneira os códigos de posturas municipais tentaram limitar os espaços nos quais os *trabalhadores de rua* podiam exercer suas atividades.

Do mesmo modo, visio demonstrar como nesse momento os “chinfrins”¹⁰ e as “cousas porcas” foram recorrentes, ainda que as autoridades tentassem higienizar a *rua*, no sentido de torná-la livre do lixo e das “imoralidades” ditas e cometidas no chão da cidade.

Por outro lado, analiso como os agentes responsáveis por garantir o sucesso desse projeto civilizatório e modernizante não puderam jamais fazer cumprir tudo o que os códigos determinavam e, não obstante, eles próprios eram flagrados protagonizando cenas de

¹⁰ Do que se depreende da leitura dos jornais considerados neste trabalho, “chinfrim” designava baile popular, algazarra, desordem.

desordens e violências contra os moradores, contribuindo assim para que aquele projeto não obtivesse o sucesso desejado. Nesse sentido, eles são considerados como emblemáticos do desajuste entre os ideais da elite e as vivências da maioria da população.

No capítulo denominado *Trabalhadores de rua: estratégias de trabalho e formas de resistência*, procurei realizar a reconstituição histórica da criação do mercado de víveres na cidade, como um passo importante para compreender porque, mesmo havendo estabelecimentos apropriados para esse tipo de comércio, com edifícios comerciais públicos como os mercados, alguns trabalhadores insistentemente continuaram a vender na *rua*. Também busquei descobrir quais produtos eram mercadejados diariamente na cidade desde o amanhecer até o adiantado da noite. Analiso ainda, os conflitos resultados do sistemático descumprimento por parte dos *trabalhadores de rua* da proibição das posturas municipais de se mercadejar nas ruas da cidade, bem como dos possíveis fatores que os levavam a infringir as determinações das leis da municipalidade no exercício de seus ofícios.

No último capítulo, *Trabalho e rua: dinâmicas do trabalho no mundo da rua*, investigo as mudanças que ocorreram nas relações de trabalho, especialmente do urbano, no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Procurei identificar quais grupos sociais tomavam a *rua* como ambiente de trabalho, e de que maneira a experiência da escravidão urbana, sobretudo no que tange ao *escravo de ganho*¹¹, se refletiu na dinâmica do *trabalho de rua* no período aqui considerado. Outrossim, como a prática de aluguel de trabalhadores acabou se configurando como uma herança da sociedade escravista brasileira.

¹¹ Segundo Gorender (1992, p.476) “os *escravos de ganho* passavam o dia na rua alugando seus serviços com a obrigação de entregar ao senhor uma renda diária ou semanal previamente fixada, pertencendo-lhes o que sobrasse. Comumente, moravam na casa do senhor, mas faziam fora suas refeições. Às vezes, tinham licença para morar em domicílio por conta própria”.

2 O OBJETO E A PESQUISA: notas metodológicas

Este trabalho seguiu algumas orientações e realizou um percurso, que a partir deste momento compartilho com o leitor. Na busca de imagens e falas acerca dos *trabalhadores de rua*, a pesquisa foi realizada, sobretudo, nos acervos da Biblioteca Pública Benedito Leite e do Arquivo Público do Estado do Maranhão. Na Biblioteca Pública pesquisei no setor de jornais antigos e obras raras, onde me detive principalmente na leitura de jornais do período analisado, enquanto no Arquivo Público a investigação ocorreu nas Partes do Dia do Corpo de Polícia do Maranhão, localizado na secção de Documentos Avulsos.

Para efeito do trabalho selecionei os periódicos *Pacotilha* e *Diário do Maranhão*. A razão da escolha se deu por dois motivos: primeiro, por serem os principais jornais de São Luís nesse momento e, segundo, por que a periodicidade dos mesmos compreende todo o recorte histórico da pesquisa. Contudo, realizei, quando necessário, a leitura de outros periódicos. Outrossim, como referi na introdução, a investigação foi realizada também em outras fontes documentais a exemplo dos Códigos de Posturas de 1866 e de 1893, além do Código Sanitário de 1904. A literatura foi outra importante ferramenta de que lancei mão, especialmente os romances históricos, contos e crônicas; já o material iconográfico foi utilizado com o objetivo de aproximar o leitor das representações sobre a cidade e suas gentes de outrora.

De acordo com as informações do *Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite*, o primeiro daqueles jornais, *Pacotilha*, fundado em 1880 por Victor Lobato, teve seu primeiro número publicado em 30 de outubro do mesmo ano. Hebdomadário, ou seja, semanal, publicava-se aos domingos. Teve apenas dez números publicados até parar de circular em janeiro de 1881. Quando voltou a circular em abril desse ano, já com um novo formato, passou a ser diário, e trazia como subtítulo: “jornal da tarde”. Era composto de quatro páginas e informava o ano, a data e o número, além da periodicidade da publicação. Órgão da imprensa local, se auto-intitulava crítico e noticioso, e se posicionava como propagandista da Abolição e da República.

Por sua vez o *Diário do Maranhão*, que trazia a inscrição “jornal do Commercio, Lavoura e Indústria”, nasce em 1855. Publicava em suas páginas as notícias oficiais do governo da província e artigos relativos à agricultura, ao comercio, à indústria, à literatura e às artes. De publicação diária, dava ainda notícias de diversos lugares da província, como

Alcântara e Caxias. Em suas folhas pretendia a discussão de princípios e se dizia imparcial nas questões públicas e particulares. A partir da década de 1870 aparece sob nova configuração e no ano de 1890 o jornal muda de dono, se tornando propriedade de Frias e Filho¹².

De modo geral é possível afirmar que eles se posicionavam em sentidos opostos. No contexto da Abolição, por exemplo, a *Pacotilha* foi defensora do fim do cativo e dos ideais republicanos, se posicionando assim contra os ditames dos governos locais; enquanto o *Diário do Maranhão* foi o legítimo defensor e propagador das idéias das elites rural e urbana. Todavia, essa dicotomia não pode ser levada “ao pé da letra”, uma vez que com a troca de governo mudavam os interesses, o que amiúde se refletia num posicionamento diferente dos jornais de acordo com a nova situação política.

Considerando-se que a imprensa era o principal fórum de discussão no período, do qual participavam não apenas editores e articulistas, mas também os moradores da cidade, ela é tomada aqui como um conjunto difuso e multifacetado de vozes. Assim, é possível perceber no conjunto das notas que segmentos localizados da sociedade, no caso, os moradores letrados, fizeram uso dos jornais como veículo de divulgação dos valores da época e, conseqüentemente, de relatos pejorativos acerca dos *trabalhadores de rua*.

Assim, corroborando com a idéia de Lília M. Schwarcz (1988, p. 15), considero os jornais como “produto social”, isto é, resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se objeto de expectativas, posições e representações específicas.

Quanto ao material iconográfico, utilizo ilustrações do jornal *A Flecha* e fotografias publicadas na *Revista do Norte* entre os anos de 1901 e 1906 e no álbum *Maranhão 1908*, de autoria do fotógrafo Galdêncio Cunha. Também lanço mão das *cartes de visite*¹³ de Christiano Jr., como alternativa à falta de material imagético local sobre algumas das formas de trabalho consideradas neste estudo. Vale ressaltar que as fotografias de Christiano Jr. foram feitas no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, mas suas

¹² Sobre os jornais maranhenses a literatura é bastante escassa, de forma que nem sempre é possível afirmar com segurança informações referentes a seus proprietários, editores e articulistas. Mas, sobre Frias é possível encontrar em Serra (2001, p. 22) a seguinte nota: “Entre as notáveis oficinas tipográficas do Maranhão convém especializar a do sr. [José Maria] Correia de Frias, que já conta muitos anos de existência sempre progressiva em melhoramentos, e que é, hoje uma das melhores da Província pela perfeição e bom gosto de seus produtos”. Considerando-se que a obra de Serra (2001) foi publicada originalmente no ano de 1883, é possível imaginar que em 1890 Frias se tratava de um próspero empresário do ramo tipográfico.

¹³ As *cartes de visite* possuíam o formato de cartões de visita (6,5 x 10,5) e alcançaram enorme sucesso na segunda metade do século XIX, contribuindo para a difusão da fotografia. Segundo Lisovsky (1988) “As *cartes de visite*, como passam a ser conhecidas, começam a exibir, além dos *portraits*, paisagens e costumes de povos. Elas são predecessoras dos cartões postais que se tornariam moda no final do século passado”.

representações sobre os negros e os ofícios exercidos por estes, como o retrato de uma vendedora de tabuleiro utilizado neste trabalho, certamente pode ajudar a aproximar o leitor do universo de trabalho aqui analisado.

Dessa forma, os materiais iconográficos foram utilizados como testemunhos históricos portadores de discursos, como aspectos selecionados do real, prenes de significados não explícitos à primeira vista, mas que podem, dentro de uma contextualização histórica, se mostrar reveladores das vivências e valores do passado. Nesse sentido, tais imagens podem contribuir para se desvendar o passado, ou, como assegura Kossoy (2002), elas nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram congelados num dado momento de sua existência / ocorrência.

Já no que se refere à utilização dos Códigos de Posturas, eles foram importantes por que representam a institucionalização de normas e condutas, que no conjunto, refletem a dinâmica social que circunscrevia o uso do espaço urbano, na qual se destaca a preocupação com a fluidez do trânsito das ruas e o impedimento de outros usos, além do embelezamento, salubridade e segurança da cidade.

Outro procedimento metodológico adotado consistiu na leitura de algumas obras raras do acervo da Biblioteca Pública do Estado, que possibilitaram jogar luz sobre o cotidiano da cidade, a exemplo de *Dr. Bruxelas & Cia*¹⁴, de autoria de Fulgêncio Pinto, e *Cartas ao compadre Tiburcio*¹⁵, de Euclides Faria. Tais obras pretendem ser um relato “verdadeiro” dos costumes e tipos locais. Pinto (1924), por exemplo, afirma no prefácio de seu livro que o mesmo “É realista e sendo realista, é sincero”, acrescentando-se, ainda, “Ele foi copiado do que eu vi nas ruas, esse imenso teatro, onde se representam todos os dias as grandes tragédias de sangue, as misérias da vida e as cenas canalhas dos vadios e dos malandros”.

A despeito do seu caráter de crônica da cidade e para que ninguém duvide do “realismo” do seu registro, Pinto utiliza a fotografia como metáfora para explicar que sua

¹⁴ *Dr. Bruxelas & Cia* de autoria do jornalista, escritor e folclorista Fulgêncio Pinto, foi publicado uma única vez no ano de 1924 e jamais reeditado. Dedicada a Aluísio Azevedo essa obra realiza uma sagaz crônica da cidade de São Luís de inícios do século XX. Não tendo sido reeditada, possui um único exemplar no setor de obras raras da Biblioteca Pública do Estado, além de alguns números em mãos de particulares.

¹⁵ *Cartas ao compadre Tiburcio* é um livro em verso no qual através de uma dupla fictícia de compadres - um morador do interior do Estado e outro residente da capital - Euclides Faria fala das transformações que se davam na São Luís do início do XX.

narrativa, a exemplo do registro fotográfico, reproduz a realidade fielmente e com riqueza de detalhes. Assim, esclarece:

Os muitos vocábulos que aparecerão aqui por demais crus e viciosos, não foram também inventados por mim, mas fotografados do natural, apanhados ali e acolá na Praia do Caju, no bairro da Madre de Deus, tais quais são ditos e pronunciados, quer pelos sambadores dos cortiços, onde o réco-réco e a cachaça imperam, o cacete fala rijo num rolo violento, a taponá é o início de uma desordem e a cabeça quebrada, dá sempre o ingresso a um vagabundo, ás grades do quartel do São João, para uma noite deliciosa em companhia dos percevejos e das baratas (PINTO, 1924).

Sabe-se, entretanto, que se por um lado a fotografia é capaz de produzir um retrato objetivo da realidade, por outro, tal retrato fica condicionado à perspectiva adotada pelo fotógrafo no ato do registro. Esse mesmo pressuposto é válido também para a literatura vista como descrição da realidade, pois, como alerta Candido (1973, p. 169), “nesse processo de construção há sempre um nível de realidade e um nível de elaboração da realidade”.

Mas, retomando a pesquisa nos arquivos, por vezes me deparei com obstáculos que fogem completamente ao domínio do pesquisador, como faltar eletricidade ou a lâmpada da máquina de microfilmes queimar, o que torna impossível a leitura do jornal microfilmado nessa hora. Considerando-se que os jornais *Pacotilha* e *Diário do Maranhão* estão todo microfilmados e que não é permitido o acesso às suas versões *fac-símile*, tem-se aí uma idéia do problema. Outra situação recorrente era a fila de espera para usar as microfilmadoras, devido à demanda ser bem maior do que o número reduzido de máquinas que se limita a três unidades. O mau estado de preservação de alguns materiais se apresenta como outro forte obstáculo, pois, implica na perda parcial ou total da documentação. Há, por exemplo, vários números de jornais que se encontram mutilados, assim como alguns rolos de microfilmes estão inutilizáveis por conta do uso inadequado e/ou da falta de manutenção.

Assim, quando não foi possível pesquisar naqueles jornais, direcionei a investigação para outros periódicos do mesmo período como: *A Campanha*, *A Notícia*, *Jornal da Manhã*, *O Repórter* e *O Paiz*. O critério que animou a seleção dessas folhas consistiu, sobretudo, no fato de serem “noticiosos”, ou seja, informavam sobre diferentes fatos que ocorriam na cidade.

Por outro lado, não tive problemas de acesso aos locais de pesquisa, pois a entrada é franqueada a todos, uma vez que são espaços públicos; encontrei sempre a boa vontade dos funcionários dos arquivos e a generosidade e solicitude de outras pessoas, que com o

desprendimento dos bons me emprestaram materiais, como tão gentilmente o fez a professora Regina Faria, ou me forneceram informações, como tantas vezes o fez a pesquisadora Hulda Cordeiro, poupando minha moeda mais cara: tempo. “Seu Zacarias”, como é chamado por todos que o conhece, arquivista aposentado do Estado, foi gratuitamente por muitas vezes o guia das minhas andanças imaginárias por essa cidade que já não existe.

Os jornais acabaram se configurando como fonte principal, posto que eram de publicação diária e versavam sobre assuntos variados. Tomo como ilustrativo o programa do jornal *Pacotilha* que trazia estampado em seu primeiro número “A Pacotilha é para o jornalismo o que são para o commercio os mascates – negociantes ambulantes que levam no espaço estreito de uma caixa portátil tudo quanto o freguez possa exigir: desde a chita até o botão para camisa, desde o chapéu até o carrinho de linha”. Ou, como afirma adiante “é a imprensa a retalho, miúda, sortida, variada [...] Um verdadeiro taboleiro”.

Igualmente, o jornal *Diário do Maranhão* publicava sobre assuntos variados, dos quais se destacavam além dos temas da lavoura, comercio e indústria, os folhetins, as notícias internacionais e os anúncios. Ou seja, em suas páginas era possível encontrar informações que atendiam aos mais diversos interesses. Nesse sentido, vislumbrei encontrar nas páginas dos periódicos locais informações acerca dos *trabalhadores de rua*, bem como alguns aspectos do cotidiano da cidade de São Luís de fins do século XIX e início do século XX.

Assim, convencido de que seria nos jornais onde encontraria as informações mais importantes sobre o objeto de estudo, passei durante oito meses de 2007 – Jan., Fev., Mar., Abr., Maio, Jun., Jul., e Ago. – a explorá-los página a página, dia a dia, ano a ano, e então, no transcorrer da pesquisa surgiram outros problemas, pois, embora no material compulsado apareçam carroceiros, pescadores, peixeiros, pregoeiros, vendedores de tabuleiros, entre outros trabalhadores no exercício diário de suas atividades pelas ruas da cidade, percebi que na maioria dos casos as fontes não trazem informações importantes como nome, idade ou sexo.

Na pesquisa dos jornais, coletei na *Pacotilha*, entre os anos de 1880 a 1910, material composto de artigos, notas, denúncias e editoriais que permitiram analisar o trabalho de rua e a forma como os trabalhadores eram retratados nas suas práticas cotidianas. Já no *Diário do Maranhão*, privilegiei os anúncios de trabalho publicados de 1880 a 1900.

Os *anúncios de trabalho* coletados no jornal *Diário do Maranhão*, utilizados para construir a *tabela geral de anúncios* que serve de base para a discussão do último capítulo,

foram gentilmente cedidos pela professora Regina Faria do Departamento de História da UFMA. Esse material acabou se constituindo numa solução complementar para a falta de informações importantes nas notas jornalísticas, pois, com o material dos *anúncios de trabalho* recorri à elaboração de uma classificação das formas de trabalho registradas no período de 1880 a 1900, na qual procurei identificar aquelas que se referiam aos tipos de atividades que se davam - ou podiam se dá - no mundo da *rua*.

No que tange ao procedimento adotado na classificação dos *anúncios de trabalho* optei por deixá-lo para o último capítulo, no qual esse material será utilizado detalhadamente. Por ora, adianto apenas que foi possível enumerar 83 ofícios diferentes e dentre eles destacar 32 em que os trabalhadores podiam tomar *a rua* como palco de suas atividades e que serão especificados no capítulo final.

Dessa forma, procurei analisar as práticas sociais que os particularizavam, especialmente aquelas que se referem ao exercício de seus ofícios. Nesse sentido, como assinala Certeau (1994, p. 37), ao estudar as “artes de fazer” do homem ordinário, “o exame dessas práticas não implica um regresso aos indivíduos”. Assim, me interessou compreender quais as estratégias de resistência desses trabalhadores às determinações dos códigos de posturas, as formas de transgressões, e como se apropriavam do espaço urbano nas suas “maneiras de fazer” cotidianas.

Assim, na busca de elementos que permitissem realizar uma análise sociológica, passei a esquadrihar as cenas ludovicenses buscando nas fontes históricas identificar “os nossos costumes e cenas de província” (LISBOA, 1992, p. 27). Nesse sentido, algumas obras foram de fundamental importância, a exemplo do *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*, de César Marques, que é certamente uma referência obrigatória para todos que estudam sobre o Maranhão do século XIX, e no qual coletei informações acerca dos mais diversos aspectos da vida local. São do Dicionário alguns dados referentes aos mercados e todos os produtos neles comercializados, a população, a iluminação pública, a venda de carne verde, etc.

Do mesmo modo *A produção da coisa pública*, de autoria de Raimundo Palhano, foi muito importante para o conhecimento de alguns números sobre a cidade de São Luís da última década do Império e da primeira da República. Nessa obra, há muitos dados esclarecedores, principalmente referentes à questão da implantação dos serviços de consumo coletivos como água, esgoto, transportes, limpeza e iluminação pública.

Inspirador também foi o livro de Maria da Glória Correia intitulado *Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX*, no qual, com sagacidade e poesia, a autora descortina as contradições existentes entre os ideais de civilização e progresso das classes dominantes e as vivências cotidianas das camadas populares.

Já na literatura encontrei em crônicas e romances de caráter histórico ou realista quadros da vida social ludovicense; destaco aqui *A Festa de Nossa Senhora dos Remédios*, de João Francisco Lisboa, em que o autor retrata com realismo e fina ironia os costumes e valores da sociedade local, e onde também é possível perceber os vendedores de tabuleiros e doces nesse célebre festejo de outrora.

Mas, se João Lisboa aproveitou a festa de Nossa Senhora dos Remédios para fazer uma crônica da sociedade local, Aluísio Azevedo, por sua vez, lançou mão de sua pena ficcional para retratar em *O Mulato* cenas e tipos maranhenses, nos quais também são representados os *trabalhadores de rua*.

Em *Vencidos e Degenerados*, obra prima de Nascimento Moraes, está pintado com realismo a esperança na Abolição, a atmosfera festiva que tomou conta da cidade com o fim do cativo e a posterior frustração de todas as expectativas geradas quanto à mudança do quadro social. “Sismógrafo negro e antena viva”, como bem o definiu o poeta Nauro Machado, Moraes realizou uma crônica de costumes e fatos de São Luís logo após a libertação dos negros e da Proclamação da República. Contemporâneo dos acontecimentos que narra, o seu discurso possui a força de um testemunho ocular. Desse modo, sua “crônica maranhense” permite algumas incursões sociológicas fundamentais para a compreensão desse momento de transformações por que passou São Luís.

Retratando com traços realistas as cenas que cotidianamente se desenrolavam nas ruas, becos e esquinas da cidade, Moraes fixou em páginas menos de romancista que de sociólogo as transformações por que passou a sociedade local, de tal forma que para Machado (1982, p. 11):

A São Luís de então, era a por ele retratada no romance ‘Vencidos e Degenerados’, centralizada num conjunto móvel de sobradões seculares, ainda então palpitantes de vida e calor, no burburinho do comércio estendido por ruas chamadas do Giz, Estrela, Trapiche, da Palma, e cuja colméia humana se alimentava, além do comércio palpável dos secos e molhados, das maledicências ditas ao pé do ouvido, dos provincianismos e muitas vezes mesquinhos entreveros políticos, do primeiro boato ao conhecimento posterior das últimas conquistas técnicas lá fora alcançadas pelas assombrosas luzes de um progresso já mostrando as premonitoras formas,

deformantes e monstruosas, que neste século tomariam para o assombro bestificado da humanidade estarecida e à beira de uma catástrofe nuclear.

Outro romance adotado na construção da análise foi *Os Tambores de São Luís*, de Josué Montello. Vale ressaltar que, ao contrário dos demais, esse texto está cronologicamente situado distante do contexto que narra, seu enredo se desenrola na sociedade escravista do século XIX e seu autor o produziu nos anos 70 do século XX. No entanto, como não é um simples fruto da imaginação do literato, ao contrário, está sustentada em fontes documentais, a narrativa possui elementos que possibilitam uma reflexão sociológica. De acordo com o próprio Montello (1985, p. 615) ao escrever sobre a história desse livro, “Embora o romance se coloque, não no plano do documento, mas no da criação, poder-se-á estabelecer a concordância das duas vertentes, desde que ambas se confundam na harmonia da realidade romanesca”.

Em outras palavras, o autor alerta para o uso do romance como fonte documental, para os riscos de se assumir como verdades objetivas o que não são mais que representações particulares. Quanto à liberdade poética no processo de criação e, portanto, de construção das representações pelos literatos, esclarece Cândido (1973, p.13):

Esta liberdade, mesmo dentro da orientação documentária, é o quinhão da fantasia, que às vezes precisa modificar a ordem do mundo justamente para torná-la mais expressiva; de tal maneira que o sentimento da verdade se constitui no leitor graças a esta traição metódica. Tal paradoxo está no cerne do trabalho literário e garante a sua eficácia como representação do mundo. Achar, pois, que basta aferir a obra com a realidade exterior para entendê-la, é correr o risco de uma perigosa simplificação causal.

Portanto, é como forma de percepção e leitura possível do real que a literatura me serve de fonte. Assim, quando realizei a pesquisa histórica e fiz uso da literatura como fonte, parti do pressuposto de que tanto a história quanto a literatura são discursos histórica e socialmente situados, que não podem ser medidos por critérios de veracidade, mas sim de verossimilhança e credibilidade.

Destarte, corroboro com a idéia de Sandra Pesavento (1998, p. 12), segundo a qual o verossímil não é o ponto determinado entre o verdadeiro e o falso, mas uma modalidade, imaginária do fato, uma temporalidade efetuada por hipóteses, uma modalidade de um possível passado efetuada. Mas, se a literatura e a história não podem ser tomadas como a verdade podem, contudo, oferecer um conjunto de fatos e relações que permitem interpretar processos sociais e simbólicos.

Logo, esclareço ao leitor os riscos que acompanha a utilização da literatura como fonte documental de uma análise sociológica, pois, como adverte Candido (1973, p. 13) “o primeiro passo é ter consciência da relação arbitrária e deformante que o trabalho artístico estabelece com a realidade, mesmo quando pretende observá-la e transpô-la rigorosamente, pois a mimese é sempre uma forma de poiese”. Com efeito, sem negar o estatuto de cientificidade das Ciências Sociais, acredito que não apenas a obra literária, mas o próprio conhecimento científico está prenhe de intuição e subjetividade. Pois como assinala Weber (2000, p. 7) em texto clássico sobre a “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais:

Toda interpretação pretende alcançar evidência. Mas nenhuma interpretação, por mais evidente que seja quanto ao sentido, pode pretender, como tal e em virtude desse caráter de evidência, ser também a interpretação causal válida. Em si, nada mais é do que uma hipótese causal de evidência particular.

Fundamentado nesses princípios, frequentei os arquivos e realizei a leitura das fontes selecionadas – históricas e literárias - na busca dos dados necessários à produção da minha análise. Durante esse processo surgiu uma nova dificuldade: o caráter *indiciário* e disperso das fontes. Como trabalhar com material tão fragmentário? De que forma dar sentido aos “sinais”? O que fazer diante do completo silêncio das fontes sobre informações importantes?

Diante de material ao mesmo tempo fragmentário e recorrente, era preciso “reunir dados muito dispersos e esmiuçar o implícito”, como ensina Dias (1995, p. 17) ao relatar as dificuldades de escrever sobre as mulheres pobres de São Paulo no século XIX, haja vista que “a documentação é especialmente difícil pela natureza dispersa das fontes e também por estarem, em geral, como toda fonte escrita, comprometidas com valores outros, de dominação e poder”.

Corroborando com a idéia dessa autora, compreendo que são “esses valores outros de dominação e poder” que permeiam a sociedade ludovicense de passagem do século XIX ao XX, que explicam as denúncias e notas pejorativas sobre os trabalhadores de rua, normalmente “gente de cor”, pobre e analfabeta, que distante estava dos comportamentos desejados pelos abastados moradores da cidade. Talvez orientado por esse tipo de valor, um articulista da Pacotilha escreve um longo artigo acerca da mendicância, considerada crime pelas posturas municipais e um mal que deveria ser combatido por toda a sociedade, em que se lê que nesse momento em São Luís “dá-se esmola, como se se desse um murro, para se livrar de quem pede, que fede, que é feio, que incomoda” (PACOTILHA, 21/11/1881).

Quanto aos *trabalhadores de rua*, não havia nenhum interesse claro por parte dos jornais ou daqueles que contribuíam com eles, em dar voz àqueles representantes de profissões que gozavam de pouco ou nenhum reconhecimento social. Esse fato resultou em informações pontuais acerca desses sujeitos. Assim, ao longo da pesquisa procurei me orientar por aquilo que Carlo Guinzburg (1990) denominou de *paradigma indiciário*, ou seja, é preciso ver em detalhes aparentemente marginais e irrelevantes, a chave para a compreensão de determinada realidade.

Por último, esclareço que mantive a grafia da época de acordo como está registrado na documentação, visando dessa forma garantir ao leitor uma maior aproximação do universo social analisado.

3 SÃO LUÍS NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX AO XX

São Luís nasceu à beira-mar e ao longo dos séculos expandiu-se em direção ao interior da ilha, esteve por muito tempo limitada entre as margens dos rios Bacanga e Anil. Sua fundação data do ano de 1612 quando emissários da coroa francesa construíram o forte São Luís, em homenagem ao rei Luís XIII. E o relato do frade capuchinho Claude D’Abeville poderia ser tomado como a carta de registro de seu nascimento; sobre esse momento assim se expressou o missionário francês:

[...] escolheram uma bonita praça para esse fim, muito própria por ser numa alta montanha, e na ponta de um rochedo inacessível, superior a todos os outros, e de onde se descobre terreno a perder de vista, e embora separada da terra firme, é incontestável e muito forte, por estar cercada de dois rios profundos e largos que desembocam no mar ao pé do dito rochedo (D’ABEVILLE, 2002, p. 83).

Entretanto, os franceses permaneceram em terras do Maranhão somente por três anos, até serem definitivamente expulsos pelos portugueses em 1615; talvez em razão do breve tempo que aqui estiveram não deixaram construções de relevo que atestassem para a posteridade sua estadia por estas paragens, figurando nesse sentido como nota mais forte o nome São Luís que por alguma razão os lusitanos preservaram, além do próprio local onde os franceses lançaram a pedra fundamental da cidade. Segundo Correia (2006, p. 23) “São Luís nasceu francesa. Foi, contudo, sob lusitanos cuidados que cresceu e fez-se bela”.

Mas durante quase dois séculos esteve essa cidade como que esquecida, haja vista que o Maranhão não oferecia nenhum produto lucrativo ao comércio internacional, estando sua economia caracterizada pela caça e pesca, que visavam à subsistência, e pela coleta de drogas do sertão, para atender as demandas do comércio local. Assim, o Maranhão só foi inserido na lógica do comércio mercantilista a partir do ano de 1775 com a implantação da política pombalina, que consistiu no desenvolvimento de uma economia agro-exportadora de arroz e algodão, bem como na importação sistemática de escravos africanos como mão-de-obra para tal empresa.

Sobre sua população, afirma Caldeira (1991), os primeiros dados datam do final do período colonial, quando viajantes estrangeiros fizeram os primeiros registros. Desse modo, as estimativas iniciais são da primeira metade do século XIX quando os cronistas estrangeiros Louis Tollenare (1817) e Spix e Martius (1819) apontam, respectivamente, 12.000 e 30.000

moradores; já o português Antônio Bernardino Pereira do Lago calcula em 19.611 a população da capital para o ano de 1821.

No que se refere ao número de moradores da cidade no século XIX, não é possível afirmar um cálculo exato, o que se tem por longos períodos são dados aproximados, pois de acordo com César Marques (1870, p. 449) “É impossível ter-se uma estatística exata da cidade: falta para se conseguir organização regular d’este serviço e há da parte da própria população muita relutância para satisfazer aos encarregados dos amolamentos”.

No entanto, Correia (2006, p. 38), ao se debruçar sobre a questão, afirma que “no seu estudo O Estado do Maranhão em 1896, em número redondo, estima José Ribeiro do Amaral como sendo de 50.000 habitantes a população de São Luís no referido ano”. Para chegar a esse cálculo, considerou-se que havia nesse ano cinco mil casas habitadas e estimou-se em dez a média de moradores por domicílio. Essa estimativa é a mesma adotada por Palhano (1988, p. 173), que além de calcular em 50.000 habitantes a população local, completa a informação assegurando que nesse período São Luís possuía cinco mil casas habitadas, 74 ruas, 16 praças, 21 travessas e 2 becos. É a partir dessas estimativas que procuro analisar a cidade de São Luís da passagem do século XIX ao XX.

Assim, para compreender a dinâmica dos *trabalhadores de rua*, com seu trânsito e suas estratégias de trabalho, entendo que se faz necessário uma *leitura da cidade* levando-se em consideração múltiplos aspectos, como: a topografia, os serviços coletivos, a segurança, a salubridade, entre outros. Dessa forma, procuro caracterizar a São Luís de passagem do século, pois, como afirma DaMatta (1997, p. 30) “o espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido”.

Do ponto de vista da organização administrativa a ilha de São Luís era constituída por seis freguesias: Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora da Conceição, São João Batista de Vinhais, São Joaquim do Bacanga, Nossa Senhora da Luz e São José dos Índios; destas, as duas primeiras pertenciam ao município de São Luís e eram consideradas as mais importantes por serem as principais freguesias urbanas e por concentrarem o maior número de moradores.

Quanto ao perímetro urbano, este era bastante circunscrito e compreendia os bairros da Praia Grande, Desterro, Largo do Carmo, Rua Grande, Rua dos Afogados, Rua da Paz e Rua do Sol, além de algumas outras vias secundárias, e estendia-se até o atual Canto da Fabril; para além desse domínio ficavam os arrabaldes e a zona rural do município.

abrirem nesta cidade terão a largura pelo menos vinte metros de casa a casa, reservando-se para as testadas, de cada lado dois metros”. Objetivando ainda controlar o crescimento urbano e garantir que o mesmo se desse de maneira ordenada, o Art. 204 do mesmo código proibia qualquer pessoa de abrir rua, praça ou estrada sem que a planta da mesma fosse aprovada pelo engenheiro da Intendência municipal e determinava aos infratores a multa de 50\$000 réis.

Entretanto, tais determinações foram, não obstante, descumpridas, como é possível verificar na própria configuração da cidade, caracterizada em seu desenho moderno por ruas irregulares, estreitas e sinuosas. Assim, as novas artérias e logradouros públicos criados parecem inspirados muito mais em uma forma espontânea, a exemplo daquela retratada por João do Rio no ensaio *A rua*, do que obedecido a qualquer planejamento. Segundo esse cronista assim nasceria uma rua:

A princípio capim, um braço a ligar duas artérias. Percorre-o sem pensar meia dúzia de criaturas. Um dia cercam à beira um lote de terreno. Surgem em seguida os alicerces de uma casa. Depois de outra e mais outra. Um combustor tremeluz indicando que ela já se não deita com as primeiras sombras. Três ou quatro habitantes proclamam a sua salubridade ou o seu sossego. Os vendedores ambulantes entram por ali como por terreno novo a conquistar. Aparece a primeira reclamação nos jornais contra a lama ou o capim. É o batismo. As notas policiais contam que os gatunos deram num dos quintais. É a estréia na celebridade, que exige o calçamento ou o prolongamento da linha de bondes (RIO, 1997, p. 55).

Procurando impedir que as novas vias tivessem esse caráter espontâneo e irregular, o artigo primeiro do Código Sanitário de 1904 trazia que “Todas as ruas que d’ora em diante se abrires terão de largura pelo menos 20 metros e as avenidas nunca menos de 30, e serão sempre dirigidas em linha recta”. Essa determinação, como muitas outras, refletia a preocupação com o reordenamento do espaço urbano, bem como procurava atender às “exigências do viver em cidades”; daí a necessidade de que a rua fosse “alargada, redesenhada, higienizada, moralizada, embelezada” (PESAVENTO, 1994, p. 114). Contudo, o projeto de europeização das ruas de São Luís nesse período não vingou, uma vez que de modo geral a cidade não apresenta ruas largas e modernas, mas “ladeiras mais ou menos civilizadas”, pois, “para qualquer lado por onde se pretenda chegar ao centro da cidade, ter-se-á sempre de subir” (SERRA, 1965, p. 16).

Quanto às “ladeiras mais ou menos civilizadas”, elas não deixaram de ser observadas pelo espírito arguto de Aluísio Azevedo que, ao procurar fazer uma descrição realista da cidade e dos hábitos de sua população, comenta através das falas de seus personagens:

[...] E conversaram largamente sobre as ladeiras do Maranhão.
 - Então aquela do Vira Mundo!...Benza-te Deus!
 -Não é pior do que a do Largo do Palácio...
 -Deixe estar que a desta sua rua, seu Manuel, também tem o que se lhe diga!...
 - E a da Rua do Giz? ...
 - Um inferno! – resumiu a velha, ainda arquejante. – Ter a gente de estar sempre a subir como uma coisa danada! Cruzes! (AZEVEDO, 2002, p. 258).

Todavia, o aspecto íngrime das ruas que obrigava os transeuntes a “estar sempre a subir como uma coisa danada”, longe estava de figurar como o principal problema enfrentado pelos moradores da cidade, posto que recorrentes também eram as reclamações contra a sujeira das ruas, a falta de água potável, a escuridão das noites ou a irregularidade do sistema de bondes. A inexistência de alguns serviços de consumo coletivo e a precariedade do funcionamento dos que existiam reclamavam dos poderes públicos ações no sentido de satisfazer as necessidades da população em relação a esses serviços essenciais.

A implantação de alguns dos serviços de infra-estrutura urbana é de meados do século XIX, mas é, sobretudo, na passagem do século XIX ao XX, que eles ganham maior importância como meio necessário à adequação da cidade a um projeto moderno pautado nos ideais de progresso e civilidade, que além de almejar a reestruturação das paisagens urbanas, pretendia higienizar a cidade e disciplinar o uso do espaço urbano. Tal projeto implicou uma série de reformas urbanas, como implantação de serviços de iluminação e limpeza pública, água encanada e esgoto, bem como na adoção dos códigos de posturas municipais nos quais estavam determinadas rigorosamente as regras para o convívio social harmonioso, e as punições para os possíveis infratores.

Assim, juntamente com o desejo de civilidade veio a necessidade de reformar os cenários centrais da cidade como forma de produção de um “espaço próprio” em que a elite pudesse desfilar. Esse “espaço próprio” consistiu nas reformas realizadas no centro – local de moradia e trânsito dos abastados – em detrimento do restante da cidade, local de residência da maioria da população. Nesse sentido é que se pode compreender a denúncia a seguir:

Toda a atenção da Intendência se tem prendido, de certo tempo para cá, à transformação por que está passando o Largo do Carmo, não attendendo ella ao estado de abandono em que se encontram as nossas ruas. Em umas, medra livremente o capim, em outras, uma vegetação menos rasteira, e em outras mais o lixo se vae pouco a pouco amontoando, de maneira que a impressão recebida por qualquer pessoa que nos visite, é a mais dolorosa possível. A poeira açoita desapiadadamente o rosto dos tranzeuntes e, se a gente tem a infelicidade de percorrer uma rua ou largo menos freqüentado, sente logo um cheiro nauseabundo de resíduos acumulados (PACOTILHA, 20/12/1901).

Para Certeau (1994, p. 173), esse processo de produção de um “espaço próprio” por determinados grupos sociais ocorre a partir de uma tríplice operação que consiste, primeiro, na “organização racional que deve recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam”; segundo, em “substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições”, e, por fim, “a criação de um sujeito universal”.

No caso de São Luís, nesse momento, a criação de um “sujeito universal” parecia representar o desejo de enquadramento de todos em uma nova forma de sociabilidade, que se acreditava superior posto que espelhada no modelo europeu, sobretudo francês, de civilização e cultura. Entretanto, é importante salientar que a própria implementação dos serviços públicos de consumo coletivo como água, esgoto, limpeza e iluminação pública não contemplará a todos; se dará primeiro para os privilegiados moradores das áreas nobres, e só depois, e sempre de forma precária, para o restante da população.

A fotografia a seguir, em que se vê a Praça João Lisboa, localizada no centro da cidade, poderia ser tomada como um retrato da cidade que a elite local desejava, ou seja, limpa, urbanizada e com aspecto europeu, que os chafarizes se encarregavam de produzir.



Figura 2 - Praça João Lisboa

Fonte: *A Revista do Norte*, 1903.

A imagem da cidade na qual morava a maioria da população, contudo, seria bem diferente dessa, uma vez que as reformas urbanas se deram somente nos cenários centrais e os fiscais da edilidade não foram capazes de eliminar ou mesmo inibir as tão indesejadas

“poluições” que se davam na *rua*. Neste ponto, pode-se pensar nos *trabalhadores de rua*, com seu trânsito diário pela cidade, carregados de apetrechos próprios de seus ofícios e com seus “velhos hábitos”, como andar descalço ou fazer suas necessidades fisiológicas nos becos, esquinas e fontes públicas, como relatam os jornais. Considerados indisciplinados e refratários à nova ordem que se anunciava esses sujeitos eram acusados de irem de encontro aos desejos de civilidade e de se converterem em um perigo à “boa sociedade”.

Com efeito, Gilberto Freyre já apontava em estudo clássico sobre a formação social do Brasil que para a “boa sociedade” a *rua* representava perigo, especialmente para as mulheres e as crianças. Assim temos em *Sobrados e Mocambos*:

[...] menino de sobrado que brincasse na rua corria o risco de degradar-se em muleque; iaiá que saísse sozinha de casa, rua afora, ficava suspeita de mulher pública. O lugar do menino brincar era o sítio ou o quintal; a rua, do muleque. O lugar de iaiá, a camarinha; quando muito a janela, a varanda, o palanque (FREYRE, 1997, p. 152).

Corroborando com a tese de Freire, posteriormente DaMatta em seu estudo dialético sobre a relação entre o espaço da casa e o espaço da rua no Brasil, assegura:

[...] a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define a nossa idéia de “amor”, “carinho”, e “calor humano”, a rua é um espaço definido precisamente ao inverso. Terra que pertence ao “governo” ou ao “povo” e que está sempre repleta de fluidez e movimento. A rua é um local perigoso (DaMATTA, 1997, p. 57).

Ao se apropriarem dos logradouros públicos no exercício diário de suas atividades, os *trabalhadores de rua* acabavam fazendo um uso próprio do espaço urbano, pois, como afirma Castells (1983, p. 308) “o espaço urbano não é um texto já escrito, mas uma tela permanentemente reestruturada por um simbólico que se modifica à medida da produção de um conteúdo ideológico pelas práticas sociais que agem na e sobre a unidade urbana”.

Assim, compreendo que no período analisado o espaço urbano de São Luís se constitui objeto de lutas entre a elite e os populares – trabalhadores ou não –, em que a primeira exercia o papel daqueles que detêm o poder de estabelecer as reformas urbanas e determinar os princípios da circulação, da higiene e da estética, que se refletia na dimensão simbólica da imposição de uma ordem urbana civilizada.

Assim, a cidade é considerada como local da ação social renovadora, das transformações da modernidade e da consolidação de uma nova ordem política nesse

momento. Pois, de acordo com Freyre (2004, p. 84) os “místicos do progresso”, de fins do XIX e das primeiras décadas do século XX, estavam convencidos de que o Brasil era um país atrasado, um “país arcaico, de cabriolés e carros de boi, de doutores teóricos e de portugueses de tamancos, de negros boçais e de índios selvagens” e que era preciso reverter tal atraso; ou como afirma ainda:

Dos brasileiros dos primeiros decênios do período republicano, alguns não se contentam em parecer menos com os pais do tempo do Império do que com os contemporâneos dos grandes países industriais: pretendem parecer-se mais com os vindouros do que com os simples contemporâneos. As modas européias e anglo-americanas de traje e de esporte, as inovações pedagógicas, as novidades de técnica administrativa e de estilo literário são adotadas às vezes com exageros grotescos, no Brasil dos fins do século XIX e nos princípios do século XX (FREYRE, 2004, p. 84).

Embarcando nessa “mística” que tomava conta do Brasil, São Luís se quer bela, moderna, higiênica, ordenada... e branca, a exemplo de outras capitais. Entretanto, tem que conviver com a persistência de velhos padrões assimétricos de sociabilidade e de relacionamento, próprios do mundo rural escravista, que permeiam o mundo urbano em fins do século XIX e inícios do XX. Por isso, a tentativa de disciplinar as práticas sociais dos *trabalhadores de rua* através dos Códigos de Posturas ou do Código Sanitário, se viu frustrada pela “plástica esquiva com que as populações pobres escapam aos planos intrincados [...] aproveitando oportunidades imprevistas e remodelando os usos e espaços segundo suas demandas específicas” (SEVCENKO, 1999, p. 45).

Dessa forma, movida pelos desejos de civilidade, a elite ludovicense põe em jogo uma lógica de segregação social, à qual deveria corresponder um distanciamento espacial. Neste aspecto vale lembrar Caldeira (2001, p. 211) quando assinala que “a segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação”.

Mas é interessante observar que nesse período em São Luís se registra uma forte proximidade espacial dos diferentes segmentos sociais, que se refletia no grande número de cortiços localizados no centro da urbe, bem como nos inúmeros *baixos de sobrados* que seus proprietários alugavam para moradia das classes populares. Certamente a localização dessas moradas as tornavam bastante atrativas para muitos daqueles que trabalhavam nas ruas do centro.

Do ponto de vista da localização das moradias e da ocupação desses espaços havia uma dupla distância: primeiro, uma distância interna, que podia ser mediada por uma *escada*, pois como afirma Correia (2006, p. 41) “foram levantados os sobradões com seus altos e baixos, mas contando com uma escada que ligava seus diferentes níveis”; e, segundo, uma distância externa, que podia ser medida pela distância – tanto física quanto simbólica – dos casarões com os cortiços, uma vez que “das janelas dos sobrados olham-se os cortiços, dos quais passam ao largo o luxo e as francesias. Em tudo outro é o seu modo de viver, o que arrepia os valores e etiquetas cultivadas no alto dos sobrados” (CORREIA, 2006, p. 45).

A despeito da proximidade espacial dos moradores, a sociedade se caracterizava por uma grande distância social dos seus diferentes segmentos. Nesse sentido, concordo com a tese de que “É possível haver grande distância social com proximidade espacial, e vice-versa, o que tem relação com a dimensão do simbólico, dos valores que legitimam ou não as desigualdades em uma dada sociedade” (BICHIR, 2006, p.18). No caso de São Luís a distância social foi justificada em nome da moralidade, da higiene e da segurança, ou em outras palavras, pelo desejo de civilidade da elite local.

3.1 Desejo de civilidade e implantação dos modernos serviços de consumo coletivo

De acordo com Marques (1870), os bondes começaram a circular em São Luís a partir de 01 de agosto de 1872, ou seja, um ano e oito meses após o presidente Augusto Olímpio Gomes de Castro firmar contrato com o negociante José Maria Bernes para a introdução desse moderno serviço na cidade. A criação da empresa Ferro-Carril representou a introdução de um dos maiores símbolos de progresso na cidade e o bonde foi visto como aquele que a colocaria no caminhar da civilização.

Inicialmente de tração animal, os bondes foram puxados por burros e o sistema de transporte se constituiu por 3 linhas urbanas, que partindo do Largo do Palácio¹⁶ dirigiam-se a Estação Central¹⁷, aos Remédios¹⁸ e a S. Pantaleão¹⁹, cortando grande número de ruas e

¹⁶ O Largo do Palácio era o nome dado à área do Palácio dos Leões, residência oficial do governador do estado, e da prefeitura de São Luís.

¹⁷ A Estação da empresa Ferro-Carril ficava localizada no local onde atualmente funciona o horto-mercado do bairro do Monte Castelo; funcionou aí desde a sua inauguração em 1872 até a sua extinção no ano de 1966.

¹⁸ O bairro dos Remédios compreendia o atual Largo dos Amores ou Praça Gonçalves Dias e áreas circunvizinhas.

¹⁹ São Pantaleão é um dos mais antigos bairros de São Luís, localizado na região do centro da cidade.

algumas praças com uma extensão de 5.310 metros. Abaixo temos fotografia da estação da empresa Ferro-Carril, responsável pelo sistema de bondes em São Luís.

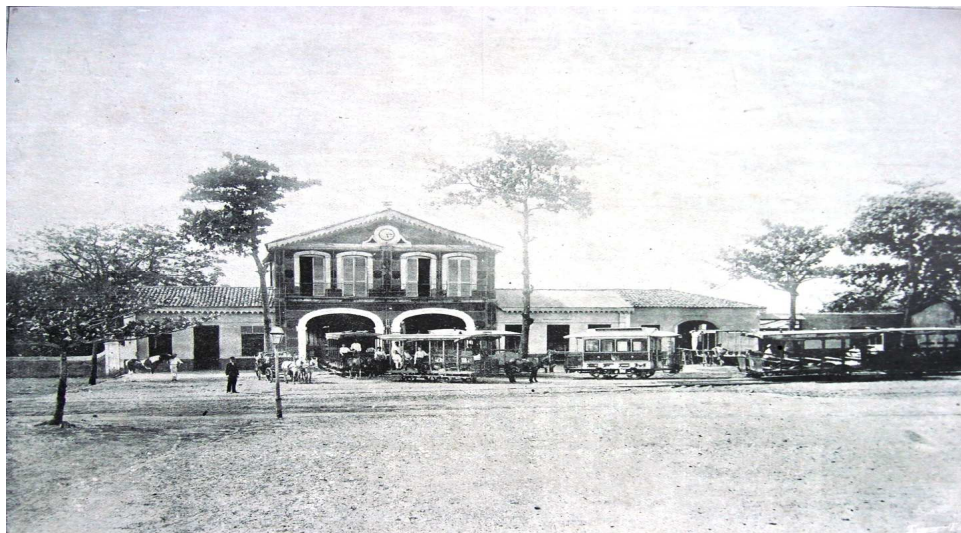


Figura 3 - Estação da empresa Ferro-Carril.

Fonte: Maranhão 1908.

Nessa fotografia publicada no álbum *Maranhão 1908*, é possível identificar alguns aspectos dos bondes que trafegavam por São Luís em fins do século XIX, como o fato de serem puxados por animais, normalmente burros; ou, como podemos observar nessa imagem, os bondes eram relativamente pequenos e não ofereciam grandes confortos aos passageiros que eles conduziam de um canto a outro da cidade.

Com relação a esse sistema de transporte, é importante pensar que ele se constituiu como o primeiro serviço moderno de transporte coletivo urbano e que com sua introdução as pessoas foram constrangidas a dividir um mesmo espaço, “sendo o bond um serviço indispensável para todos, tanto para o lazer mais refinado, como levar alguém a uma sessão de ópera ou para conduzir um operário à fábrica” (PALHANO, 1988, p. 298). Como meio de condução de pessoas pode-se afirmar que o bonde representa, do ponto de vista da ocupação dos assentos, a criação de um espaço social tolerante, no qual as hierarquias sociais eram se não anuladas, ao menos atenuadas; isso porque no seu interior não havia divisão de espaços por classes, ao contrário, o que se tinha era um espaço compartilhado por todos aqueles que pudessem pagar pelo bilhete de ingresso nele.

Nesse sentido, como um equipamento urbano que a um só tempo servia de meio de transporte de pessoas e produtos, e circulação de serviços e idéias, foi certamente utilizado não apenas pelos operários das fábricas, como aponta Palhano (1988), mas também pelos *trabalhadores de rua* que precisavam se deslocar dentro da cidade com produtos e apetrechos próprios de seus ofícios.

O sistema de bondes, entretanto, figurou diversas vezes nos jornais como objeto de críticas. Assim, o articulista Catucaba, do jornal A Flecha, apresenta uma reclamação na qual inicia seu texto se dirigindo de forma respeitosa a “uma das representantes das invenções do progresso moderno n’esta retrograda terra” para dizer em seguida, que fará sobre ela “uma reclamação, pequena, resumida, curta, lacônica, mas importante” que julga ser do seu ponto de vista – e de “muita gente boa” –, “muito rasoável, cheia de bom senso e de justiça”. Contudo, o tom respeitoso do primeiro momento, logo cede lugar à fina ironia que se traduz nos seguintes termos:

Presentemente, por felicidade nossa – digamos de passagem -, está declarado o inverno, copioso, persistente, trovejador e, sobretudo, molhador. Quando menos se espera, o azul do espaço ennegrece, as gotteiras despejam grossas columnas d’água, as ruas encharcam-se, os passeios tornam-se escorregadios e intransitáveis. Imagine a Exc^a Companhia que um cidadão amante do progresso, do seu bem estar, da sua boa saúde enfim, é surpreendido na rua por um aguaceiro. Passa um bond. É muito natural, mesmo muito, que elle entre no vehiculo, que o pode levar mais rápido ao seu destino, a pé enchuto, sem molhadella, sem constipação. Coitado do cidadão amante do progresso! Tanto peor para elle, se entrou no bond. As cortinas abaixadas abafam e dos interstícios do tejadinho do carro escorrem gotteiras grossas como na rua e não há meio de escapar a um molho, com todas as formalidades. Isto não é bonito e a Exm^a Ferro-Carris, para provar que é um melhoramento e não um encommodo, deve obviar quanto antes este grandíssimo inconveniente e fazer com que o interior dos seus carros seja freqüentável durante as chuvas, isto é, exactamente quando se fazem mais precisos (A FLECHA, 1880, p. 22).

No entanto, segundo o articulista da Flecha, esse estava longe de ser o único problema desse transporte, pois além do já citado, havia outros como: a) a irregularidade do serviço; b) o mau estado dos cartões de passagem; c) as demoras; d) a falta de condutores; e) a gritaria dos cocheiros; f) a pertinácia dos burros; g) os encontros e desencontros, etc. Assim, dando margem às suas reclamações, aquele articulista chama a atenção da companhia de bondes para o fato de que a mesma deveria ser um agente da comodidade, um auxiliar dos que poupam as botas, detestam o sol, a poeira e o cansaço e gostam de passear ou tem necessidade de transportar-se de um extremo a outro da cidade.

No que se refere aos encontros e desencontros dos bondes, a se crer nas falas dos jornais, eram um problema recorrente; assim, muitos são os registros de descarrilhamentos no centro da cidade, a exemplo daquele publicado na Pacotilha que nos dá a seguinte notícia:

Na tarde de quinta-feira o bond que vinha do largo de Palácio às 41/2, ao passar a curva da Rua de Nasareth, canto da Palma, descarrilhou com tal violência que foi parar a calçada do estabelecimento commercial de Luiz Magalhães & Neves. Não havia felizmente ninguém sobre o passeio na ocasião em que se deu o descarrilhamento (PACOTILHA, 02/01/1881).

A esse tipo de transtorno se acrescentavam outros, como aquele narrado pelo mesmo jornal em que se lê que, na tentativa de modernizar e agilizar os bondes, os proprietários da Companhia Ferro-Carril compraram alguns animais do estado de Minas Gerais, que terminaram não correspondendo ao fim para o qual foram obtidos, representando assim um novo problema, como se pode depreender da nota abaixo:

O razoável uma vez feita essa incommenda, seria exercitar os jericos na carreira do anil e depois accostumados a marcha respectiva, passa-los para a locomoção da cidade. Mas não se procedeu assim. E o resultado foi terem de ir a pé, hoje, ás 10 horas, os moradores do caminho grande, por haver empancado na rua grande um dos solípedes. Vêm o apelo dizer que a empreza de viação urbana, com a sua lembrança, deu com os burros nágua. (PACOTILHA, 18/06/1910).

Quando o problema não era com os bondes, nem com os animais que os puxavam, então era com aqueles que tinham a responsabilidade de conduzi-los. O interessante, entretanto, é que os motivos nem sempre tinham a ver com a lógica do trabalho, como retaliação a baixos salários ou péssimas condições do serviço, mas sim razões até certo ponto inusitadas, como as paixões. Daí é possível concluir que, por vezes, os desejos de civilidade esbarravam em obstáculos, que nada tinham a ver com a racionalidade desse momento, como um condutor apaixonado que fazia por motivos de amor, o bonde atrasar e os passageiros esperar.

Um arrufosinho entre a machambomba do Cutim e o bond do mesmo lugar, por causa de uma namorada Victoria do Porto, tem acarretado os maiores incommodos de transporte aos freqüentadores desse arrabalde. – Quando um diz sim, o outro diz não; si o bond espera a machambomba para seguir, agora mesmo é que ella, só para moer, não chega; si o pobre bond segue, então ella apparece. Raivas de mulher. Pedimos entretanto ao Sr. Gerente da companhia que, ou case os namorados, ou obrigue a assignar um termo de bem viver. (A FLECHA, 1880).

Mas os problemas de infra-estrutura urbana não se limitavam à questão dos bondes, pois, segundo Marques (1870), o abastecimento de água potável, por exemplo, era um problema crônico em São Luís. A situação permaneceu inalterada até meados do século XIX, quando em 1856, o governo da província concedeu o privilégio da venda de água, por sessenta anos, para a Companhia das Águas do Rio Anil. Esta deveria canalizar a água do Anil para a população da cidade. Porém, diante dos obstáculos oferecidos pelos empresários da água, entre os quais se destacou a figura de Ana Jansen²⁰, essa Companhia não obteve sucesso e terminou incorporada, em 1875, pela Companhia das Águas de São Luís, que funcionará até a década de 1920 quando então o serviço passa para as mãos de norte-americanos.

Assim, o abastecimento de água em São Luís, até o surgimento da Companhia das Águas do Rio Anil, era feito por duas formas principais: pela própria população, diretamente das fontes, poços e nascentes, e pela vendagem livre, através de negociantes que exploravam aquele ramo, ou de “aguadeiros”, tipo social que vivia da venda de água. De presença ativa na cidade esses trabalhadores não deixaram de ser notados por Azevedo (2002, p.19) que sobre eles deixou o seguinte relato: “as carroças de água passavam ruidosamente a todo o instante, abalando os prédios; e os aguadeiros, em mangas de camisa e pernas arregaçadas, invadiam sem cerimônia as casas para encher as banheiras e os potes”. Vale ressaltar que a atividade dos “aguadeiros” representa uma das formas de trabalho de rua de São Luís de fins do século XIX e dos primeiros decênios do século XX.

Voltando à questão da água, não se pode dizer que aquela Companhia das Águas ou qualquer outra, até praticamente o término da Primeira República (1889-1930), tenha efetivamente eliminado aqueles sistemas “primitivos” de abastecimento ou logrado obter a plena supremacia do abastecimento da água por meio de canalização. Dessa forma, os moradores demonstravam através da imprensa todo o seu descontentamento contra a precariedade desse serviço, como temos no soneto publicado na Pacotilha, em que em tom dramático seu autor denuncia a gravidade do problema.

De mascara de arame, magro, chocho
Olhos semicerrados pela magua
De quem de sede vive seco e roxo,
Elle encarna o horror da falta d'agua

²⁰ Ana Jansen foi uma importante empresária da capital nesse período. Possui diferentes tipos de negócios, entre os quais a venda de água potável na cidade. Para saber mais sobre Ana Jansen ver VIVEIROS, Jerônimo. **A Dona do Maranhão**. S.I.N.I.C. Fundação de cultura do Estado, 1965.

Fala chorando, e a voz accento frouxo
 Inalteravel nos ouvidos trago-a
 Quando pergunta, vergadinho e coxo
 Quem me conhece? ... eu sou o “falta d’agua”

Ainda cheio de raiva mais feroz
 Garganta sêcca, lagrimas na voz.
 Como em medonhas e brutas canceiras

Pelo chorar o seu cansaço eu meço
 - Fala, chorando dentro do congresso.
 - Chora, falando a canos e torneiras.
 (PACOTILHA, 11/02/1907).

A gravidade do abastecimento de água potável na capital era por vezes traduzida nas folhas diárias em sentenças como esta: “La uma vez ou outra um trovãozinho nos alegra a alma, julgamos que afinal vai cessar o martírio”. (PACOTILHA, 01/01/1892). O fornecimento de água encanada jamais contemplou todos os cidadãos, de modo que pelo menos até 1921 a vendagem livre da água era ainda intensa na capital, especialmente às camadas mais pobres, para as quais o serviço de encanamento permaneceu inacessível (PALHANO, 1988, p. 174).

A limitação do acesso à água potável contribuía decisivamente para o problema da insalubridade, que era agravado entre outros fatores pela ausência de um sistema regular de esgoto; até o ano de 1900 esse serviço inexistia na cidade como se depreende do fragmento abaixo:

Agora que a ameaça em que nos temos achado de vermos a cada momento surgir entre nós o flagelo da peste bubônica, que, segundo as auctoridades competentes da República, está grassando na capital federal, veio despertar entre nós a idéia de cuidar-se da pública hygiene, é ocasião asada para chamarmos a attenção dos poderes públicos para uma providencia indispensável ao saneamento d’esta capital, cujas condições hygiênicas deixam muito a desejar nos últimos tempos. Referimo-nos ao estabelecimento d’uma rêde regular de esgotos, cuja necessidade há muito se faz sentir entre nós (JORNAL DA MANHÃ, 11/07/1900).

Até essa data o que havia era o sistema de fossas nos fundos dos quintais das residências, que infestava a atmosfera com seus miasmas, obrigando dessa forma a população a respirar um ar viciado. Houve tentativas pontuais, empreendidas por alguns proprietários, de estabelecer esgotos particulares cujos canos dariam diretamente no mar; contudo, essa medida salutar não resolvia o problema porque em termos higiênicos seus efeitos eram nulos. Na realidade, entre os serviços públicos, o último a ser implantado foi o da coleta de esgoto, que só veio a ocorrer na segunda década do século XX. Durante o período de vigência da

escravidão o trabalho de despejo do lixo ao mar, especialmente dos materiais fecais, eram realizados por escravos, normalmente por aqueles que estavam na base da hierarquia da escravidão urbana²¹.

Outro item fundamental para a salubridade da cidade era a limpeza pública; no entanto, esta se apresentou durante todo o período analisado como um problema para a maioria da população. A universalização desse serviço jamais esteve presente na pauta das prioridades do poder público, ao contrário, foi sempre assunto secundário e esteve restrito às áreas nobres. Os jornais locais da época estão recheados de denúncias contra o estado de imundície em que se encontravam as principais artérias da cidade, devido ao costume da população de sujar as vias públicas, bem como ao ineficiente sistema de limpeza pública existente. Assim, dando voz à indignação dos moradores contra o mau estado desse serviço tão importante para o bem estar de todos, o jornal A Flecha publicou o seguinte artigo:

O serviço de remoção do lixo das ruas, do modo por que é feito, não satisfaz o fim para que foi contractado.

Quando muito, as carretas poderão recolher o lixo de duas ou três ruas durante a noite. Na seguinte, vão a outras ruas e no entanto sujam-se, as que foram limpas de véspera. Além disso, só o lixo de maior volume é recebido nas carretas; o resto, isto é, as palhas, as cascas, os trapos, os papeis, ficam, porque não é possível ao conductor catar no escuro, á beira dos passeios, o lixo miúdo. E a rua continua suja. Que me conste, nas cidades onde este serviço é tomado a sério e presa-se o aceio publico, o systema é diverso, mas é melhor. É o de varredores. Logo ao amanhecer, em quanto não são transitadas as ruas, os varredores, munidos das competentes vassouras, limpam a calçada como um sujeito que faz diariamente a barba, antes de ir á repartição.

Parece-me que entre nós podia ser adoptado este meio de limpeza, sem augmento de dispêndio. *Há em cada rua dois ou três moradores pobres que, por modesta remuneração, se poderão incumbir de varrer todas as manhãs o espaço que lhes for marcado.* As carretas virão depois receber o lixo, que os varredores terão guardado em um deposito apropriado (A FLECHA, 1980, p.11). Grifei.

Essa medida de utilização de moradores pobres na limpeza das ruas, serviria como complemento ao trabalho dos presos que nesse período eram responsáveis pelo serviço de remoção do lixo, como informava a Pacotilha:

Nada mais importante n'esta terra que o serviço da limpeza da cidade, que actualmente é feito por prezos da cidade.

²¹ Referindo-se à hierarquia da escravidão urbana, afirma Gorender (1992, p.486) “havia diferenças de tratamento para o escravo de serviço pessoal, o pagem ou a mucama, e para o negro que ia buscar água nos chafarizes e despejar os despejos da casa nas praias. Não só era penosa a vida deste negro, como sua posição na hierarquia da escravatura estava longe de situar-se no alto”.

Quazi todos os dias esses infelizes são desengaiolados para – de enchada na mão e grilhetas aos pés, limparem esta mui poderosa e *civilisada Athenas*, onde o lixo é uma potencia monstruosa, temível, que de instante a instante toma novas proporções gigantescas, seriamente ameaçando transformar esta capital n’um vasto monturo (PACOTILHA, 24/05/1884).

Portanto, é dado observar, nas críticas à limpeza pública, que os articulistas discordavam frequentemente do método como era realizada pelos poderes públicos a limpeza da cidade. As reclamações se repetiam em tom reprovador como se lê na nota da Pacotilha, em que de acordo com os porta-vozes desse periódico:

Nunca haverá limpeza possível, porque ella é feita sem ordem e com um numero insufficientissimo de trabalhadores.
 Tratão de limpar uma rua; quando chegão ao fim d’ella – o princípio já se acha completamente entulhado de cisco, de porcaria, coberto de matto.
 Hontem limparam parte da Rua do Sol, mas deitaram sobre os passeios toda a immundicie que encontraram! Serviço de gente porca (PACOTILHA, 24/05/1884).

A serem verdadeiras as notas jornalísticas sobre a coleta de lixo, se pode inferir que a limpeza pública era precária e realizada de um modo pouco eficiente. Isso explica, em parte, as condições gerais de asseio da cidade, que eram apontadas como as piores possíveis, pois “as artérias da capital eram comumente invadidas por lamas, excrementos de animais, restos de vegetais e de sobras de todas as espécies, lançadas pela população” (PALHANO, 1988, p. 236). Observando esse aspecto do problema, Vieira Filho (1971, p. 20) assegura que “quanto à limpeza das ruas as autoridades municipais sempre viveram em luta aberta com os moradores. A rua, em certa época, era lugar para tudo [...] Era rio de águas servidas, amontoado de lama, de animais mortos, de lixo em suma”.

Do mesmo modo, Fulgêncio Pinto, ao realizar sua descrição da cidade, contribui para cimentar a imagem de uma São Luís que se apresentava com ruas sujas e fétidas, pois, como descreve:

A Rua Formosa imersa em silêncio, naquele trecho do beco da Caéla e rua da Saúde, exalava uma fedentina insuportável, amoniacal de mijo podre e fezes em infusão, que eram atiradas ao meio da urbe, pelas moradoras dos baixos de sobrado, que ali faziam o despejo, sem a menor cerimônia, sem o mínimo respeito aos transeuntes (PINTO, 1924, p. 106).

Assim, por um lado, o problema do lixo na cidade se apresentava como resultado da ausência de um eficiente sistema de limpeza pública e, por outro, como fruto dos “maus

hábitos” da população. Frequentes eram as reclamações nos jornais pedindo providências contra a sujeira e mostrando que os sujeitos de tais atos não poupavam nem mesmo as fontes públicas usadas para abastecimento de água potável à população, a exemplo da fonte do Ribeirão, como podemos constatar nesta denúncia:

Na fonte do Ribeirão existem em depósito: quatorze cofos, oito latas velhas, seis arcos de ferro de diferentes tamanhos, uma bacia sem fundo, um resto de rede, um fragmento de gaiolla, cinco chinellos, cascas, pedras, rolhas, esterco, folhas, enfim, material necessário para dar que fazer aos fiscaes da illustrissima durante uma semana, si n’elles descerem a tratar destas banalidades (PACOTILHA, 12/12/1880).

Os jornais davam a todo o momento testemunho do mau estado das ruas, que só era amenizado no período das chuvas, devido à topografia da cidade que permitia que as águas pluviais as lavassem, como se lê nesta nota: “Incontestavelmente as chuvas prestam melhor serviço à limpeza publica do que os fiscaes da edilidade. Quem duvidar repare para o estado em que se acham agora as ruas – limpas como a consciência de quem se confessou.” (PACOTILHA, 02/01/1881). Entretanto, essa era uma situação passageira que ia embora juntamente com as chuvas da estação e o que ficava era o estado de sujeira comum à cidade, como se observa no fragmento:

As nossas ruas fazem lastima olhar pelo abandono supremo e desprezo á que se vêm condemnadas.

Á um estrangeiro que visita a nossa S. Luís, ella deve se lhe afigurar uma cidade em completa decadência, absoluta negação de uma capital de um importante estado e fucturoso.

As ruas escavocadas e com as pedras soltas a reboarem ao contacto dos pés dos transeuntes, annunciam a primeira vista ou uma cidade no inicio da sua construção ou uma cidade que se desmorona e por onde passou o arado da destruição.

Em virtude do mau calçamento as nuvens de pó que envolvem a população suffocando-a e isto combinado com o calor asfixiante, tornam a vida insupportavel e fazem acodir á lembrança os tormentos que o Dante imaginou no seu inferno (PACOTILHA, 10/11/1894).

Mas os problemas urbanos não se limitavam apenas ao lixo e “as ruas escavocadas”, posto que, a iluminação pública também era um problema. Apesar do serviço de iluminação pública da cidade ter se iniciado nos idos de 1825, São Luís vivia em fins do século XIX “noites de breu”, contra a qual se debatia a indignação dos moradores a quem os jornais davam voz:

Ainda a lua vem lá na casa de Nosso Senhor Jesus Cristo e já os lampiões se conservam apagados e a gente anda na rua sem enxergar três dedos na frente do

nariz. Não há que duvidar: nestas ocasiões teremos de voltar ao antigo costume de trazer um batedor com a bojuda lanterna de duas velas (A FLECHA, 1880).

Como apontam os jornais, quando não era a inexistência desse importante serviço de infra-estrutura urbana, era a ineficiência ou o descaso dos funcionários responsáveis por garantir a iluminação que causavam transtornos à população, como reclamava um cidadão nas páginas da Pacotilha.

Temos um contacto com a companhia de Illuminação Pública, mas é de assombrar que em vários pontos da cidade, constantemente ouçam-se queixas e reclamações, porque nesta ou n'aquella noite os encarregados de accender os combustores, por desídia deixarem de faze-lo, porque sabem e contam com a indiferença dos que competem zelar e velar pelos nossos direitos (PACOTILHA, 10/11/1894).

Assim, do que se depreende da leitura das fontes documentais acerca da iluminação pública de São Luís da passagem do século XIX ao XX, a mesma funcionou quase sempre de forma deficiente e contemplou principalmente os bairros centrais habitados pelos moradores abastados. A população pobre que morava nas áreas mais afastadas do centro foi excluída desse benefício, e até a segunda década do século XX a lua cheia foi uma poderosa aliada de grande parte dos moradores da cidade.

Logo, embora tenha havido interesse da elite local de transformar São Luís em uma cidade moderna, através da reforma de seus cenários centrais e da implantação dos serviços urbanos de consumo coletivo, tal objetivo jamais foi alcançado completamente, porque no conjunto tais serviços não contemplaram a todos os cidadãos, o poder público não foi capaz de disciplinar a população no uso do espaço urbano e de fornecer serviços eficientes e suficientes a todos os moradores.

3.2 De chinfrins, bródios e “cousas porcas” também se fazia a cidade

Outro problema urbano que recorrentemente aparece nas páginas dos jornais é a existência de grande número de cortiços. Destituídos de cabedal econômico e sem condições de morar em lugares mais adequados, parte da população foi ocupar os *baixos de sobrados*, ou deram origem a inúmeros cortiços na cidade. Com relação à ocupação dos *baixos de sobrados*, esta teria origem no período da Balaiada (1838 - 1841) quando parte da população

das vilas e fazendas do interior do Estado migrou para a capital, e, diante do déficit de moradia, muitos foram morar nos compartimentos inferiores dos sobrados, que seus proprietários alugavam para moradia de populares. Segundo Correia (2006, p. 19), “cessada a situação momentosa, provavelmente parte dos emigrados não retorna aos seus lugares de origem, consagrando assim uma solução de moradia que fora imposta por aquela necessidade”.

Os cortiços, especialmente, constituíram motivo de reclamações constantes nos jornais; as denúncias dos moradores pedindo providências das autoridades são sempre em tom ácido, como se pode verificar na nota a seguir:

O Sr. Subdelegado de polícia do 2º districto conhece a rua da Madre de Deus desta capital? Deve conhecer. Mas ignora que ali haja entre as ruas da Palha e Misericórdia um cortiço denominado – Guajará e portanto vamos, em breve expolo: uma pequena casa amarella ao nascente, contendo no terreno interno, uns vinte e tanto quartos occupados por gente de indole má e pessimo comportamento, que, sem respeitar as famílias ali proximas, offendem de toda a sorte a moral publica. É também alli que nas horas de silencio impera o reque-reque finalizando quase sempre, com scenas de sangue (O REPÓRTER, 02/01/1887).

Embora não exista uma definição precisa para essa forma de moradia coletiva, o cortiço nesse momento pressupõe falta de condições sanitárias básicas, como água, esgoto e iluminação, além de serem descritos como espaços de amontoamento de pessoas. Eram, na opinião dos jornais, moradias de tipo “indescritível”, habitadas por “gente da mais ínfima classe social”, “focos de imundície, de imoralidade e de chinfrins”.

Dessa forma, são descritos como locais imundos, onde se viveria em verdadeira promiscuidade social, como focos de proliferação de toda sorte de doenças e esconderijos de marginais. Igualmente, são considerados como um perigo que ameaçaria tanto a segurança dos indivíduos quanto a de todo o “corpo social” e, que, portanto, deveria ser combatido, eliminado. Pois, como afirma Rodrigues (1989, p.16):

Tudo o que representa o insólito, o estranho, o anormal, o que está à margem das normas, tudo o que é anômalo, tudo o que é desestruturado, pré-estruturado e anti-estruturado, tudo o que está a meio caminho entre o que é próximo e predizível e o que está longínquo e fora de nossas preocupações, tudo o que está simultaneamente em nossa proximidade imediata e fora do nosso controle, é germe de insegurança, inquietação e terror: converte-se imediatamente em fonte de perigo.

Nesse sentido, a Câmara Municipal aprovou o artigo 83 do código de posturas municipais de 1893, que trazia a proibição de estabelecimento e construção de cortiço dentro do perímetro urbano, e ainda estabelecia a pena máxima de 50.0000 réis para os infratores, sendo estes obrigados a demolir a construção a suas expensas.

Entretanto, tal proibição não surtiu muito efeito uma vez que continuaram as reclamações contra a “infinidade de cortiços que pejaram a cidade” (PACOTILHA, 10/09/1894) e, segundo informações de Palhano, como já foi referido, no ano de 1897 entre *baixos de sobrados* e cortiços havia um total de 227 dessas moradias populares. Desse modo, os periódicos continuavam dando voz às denúncias, como temos:

O cortiço não pode, nem deve prosperar nesta cidade, que se presa do caminhar na esteira do aceio e da moralidade. Tal nodoa tem que desaparecer, para honra nossa, com a máxima urgência, das nossas ruas – e dos nossos habitos. Nesta cidade, que se presa do caminhar na esteira do aceio e da moralidade. Ora no Beco da Botica Franceza medra uma espelunca desta ordem, onde constantemente se comettem os maiores desatinos e se desenrolam as scenas mais vexatórias (PACOTILHA, 31/07/1901).

Durante todo o período analisado, os cortiços aparecem descritos por epítetos depreciativos, a exemplo daqueles encontrados em artigo publicado na Pacotilha que os definiam como umas “perigosas colméias”, e no qual se pedia que a população declarasse guerra a “essas fontes de depravação”, pois eles representariam uma “nota irritante e sórdida”. Mais ainda, seriam “valhacoutos, particularmente destinados à pobreza, a qual se servia, por quantias módicas, dessas fétidas estalagens, tão attentadoras da hygiene, como lesivas dos bons costumes” (PACOTILHA, 31/07/1901). Assim, como se pode inferir alguns moradores reclamavam através dos jornais contra essas moradias populares, e em nome do decoro e da dignidade de capital policiada pediam que os cortiços fossem fechados. Contudo, essa solicitação jamais foi atendida.

Assim, os cortiços continuaram existindo durante todo o período compreendido neste estudo, e as reclamações contra eles se repetiam. Na edição da Pacotilha de 31 de julho de 1901 o senhor Candido Manoel da Cunha pedia para que o jornal intercedesse por suas reclamações contra um cortiço seu visinho sito na rua de S. Antonio, entre as da Cruz e do Ribeirão, em que segundo o periódico:

Referio-nos o Sr. Cunha cousas horrorosas praticadas pelos habitantes d’este cortiço, não só com prejuízo do aceio e hygiene, como também altamente

offensivas à moralidade. Entre diversos factos que citou, ficou-nos de memória este que, de facto, é característico: *há poucas noites um sujeito, pelas 9 horas mais ou menos, tomou banho na rua ... e sem roupa alguma de banho.*

Creemos que depois disto não precisamos acrescentar mais, para se fazer uma idéia do que vae por ali.

Se estes factos são compatíveis com a decência e respeitabilidade das famílias que, infelizmente, moram nas proximidades dos cortiços, á policia e á intendência é que cabe responder (PACOTILHA, 31/07/1901) Grifei.

A reclamação desse morador estava assentada nas determinações do Código de Posturas Municipais de 1893 que proibia em seu artigo 141, sob pena de 20\$000 de multa, andar em publico em completa nudez ou com traje indecente (§5º) (sic).

Dessa forma, é possível concluir a partir da documentação que, em nome da salubridade e da moralidade pública, os moradores exigiam das autoridades um desagravo contra as “cousas horrorosas” praticadas nos cortiços. Outrossim, fica claro o desejo de eliminar do convívio social os inquilinos desses locais, e nesse sentido é acionado o discurso sanitário e da civilidade.

Em um contexto em que as ruas deveriam se configurar como verdadeiro cartão postal da cidade, atestando o seu progresso ou o seu atraso, em que se fazia urgente higienizá-la e moralizá-la, os cortiços foram apontados como um verdadeiro obstáculo a tal projeto, haja vista que em tudo se contraporiam a esses princípios, desviando assim a cidade da “esteira do asseio e da moralidade”. Nesse sentido, eles são considerados, ainda, como elementos que contribuiriam para agravar o problema do lixo na cidade, pois, como informava a Pacotilha:

Em conseqüência da infinidade de cortiços que pejam a cidade, os despejos fazem-se diariamente nas ruas à vista dos guardas municipaes, indifferentes a tudo, mesmo ao recebimento da esportula que recebem para fazerem respeitar as posturas, que só existem em letras impressas nos arquivos da repartição respectiva (PACOTILHA, 10/11/1894).

Nessas notas pedia-se a intervenção da polícia contra o que consideravam umas “perigosas colméias”, “focos de imoralidades, de imundícies e de chinfrins”, “moradia de gente inconveniente e pouco limpa” que iriam contra uma cidade “civilizada”.

Igualmente se reclamava dos “excessos de língua” das gentes da cidade, e nesse ponto algumas mulheres tinham papel de destaque. Os jornais dão os nomes de muitas delas, denunciadas por “desordens” e “imoralidades de todo tipo”, das quais temos: Lourença e Merandolina, moradoras da Rua da Viração, Janoca, moradora do Beco do Prego, Alice, Alzira, Mariana Peixe Frito e Maria Corderlina, moradoras da Rua das Barrocas, Celsa e Rosa

Genebra, moradoras da Praça da Fonte das Pedras, além de Francisca e Bernarda, moradoras da Praça do Mercado, entre outras.

Com relação à primeira dessas mulheres e sua companheira de descomposturas, assim se refere o jornal:

Continua Lourença, a desordeira da rua da Viração, nos seus excessos de língua, a insultar diversas pessoas com os nomes mais indecorosos.

Achou ella uma digna companheira n'uma tal Merandolina, que para descomposturas é da sua força.

A moralidade publica, offendida por essas duas mulheres licenciosas e depravadas, exige um desaggravo.

Compete ao sr. Dr. Chefe de policia dar-lh'o fazendo recolhel-as á cadeia, para que, assim, esfriem, do seu furor de insultos a tudo e a todos (PACOTILHA, 07/11/1881).

Se de fato essas mulheres eram agentes de desordens, não foi possível saber, haja vista que nos jornais não foi localizado nenhuma nota em que elas falassem por si, ou que alguém tomasse de sua defesa e refutasse tais denúncias. Assim, o que é possível concluir a partir dos relatos registrados nas páginas dos periódicos, é que os atributos que perpassam as falas acerca dessas mulheres são absolutamente depreciativos, como temos na nota seguinte.

Sr. Redactor da "Pacotilha" – A razão que me obriga a ocupar as columnas deste jornal, é a seguinte: - Existe na Rua das Barrocas, debaixo de um sobrado umas *mulheres da vida airada* que, não respeitando sequer ao menos as famílias que por ali moram dirigem palavões, de todas as qualidades, então pedíamos á policia que não deixasse de passar por ali suas vistas, pois que d'ellas já deve ter boas informações e que pelo nome não lhes percam, sendo a grande chefe: Alice e cumpridoras de ordens Alzira, Marianna Peixe Frito, Maria Corderlina; temos também os frequentadores do *bosque* que divertem se com jogos de differentes qualidades, como sejam: - Pacau, cacetadas, etc., seria um grande favor se fossemos attendidos pelo menos das dez horas da noite até a 1 hora, pois é quando começa o grande divertimento que causa incommodo (PACOTILHA, 22/06/1884).

É importante observar que algumas dessas mulheres denunciadas por atentarem contra a moralidade e a ordem pública, como deixa perceber os autores de tais notas, poderiam ser também trabalhadoras de rua. Nesse sentido, a mulher de codinome Mariana Peixe Frito denunciada na Pacotilha, certamente seria uma conhecida vendedora de peixe frito da cidade, ao ponto de ter incorporado ao seu nome a atividade que ordinariamente exercia.

Na documentação do Corpo de Polícia do Maranhão encontra-se o registro de algumas mulheres presas sob acusação de desordens, bebedeiras e atentados contra a moralidade pública, como na Parte do Dia em que o alferes comandante José Rodrigues de

Sousa comunicava ao Chefe de Polícia que “foram presos hontem as 10 horas da noite [...] no disterro o indivíduo de nome Euzébio Antonio Ferreira e a mulher de nome Cândida Maria dos Anjos, por embriagues e distúrbios, ambos a ordem do Sr. Dr. Chefe” (PARTES DO DIA, 1895). O documento não esclarece se havia alguma relação entre os dois, como ser casados ou companheiros de trabalho, apenas acrescenta que no dia não houve patrulhamento e que Cândida e Euzébio foram detidos por um agente paisano.

Já em outras Partes do Dia as mulheres figuram sozinhas como detentas da polícia, embora nem sempre conste a razão de tais prisões. Assim, no dia 3 de julho de 1891 Maria da Conceição foi recolhida ao Quartel de São João²², conforme comunicava ao Chefe de Polícia o Cabo João Guilherme de Miranda. Igualmente, o Cabo Cordelino José Gonçalves, sem motivo declarado, fez seguir para a Cadeia Pública²³ da capital a mulher de nome Juliana Serra.

Se muitas são as denúncias contra as descomposturas femininas em plena rua, igualmente comum é o clamor público contra os atos que se davam no interior dos cortiços e dos *baixos de sobrados*, o que permite pensar que eram estreitos os limites entre espaço público e espaço privado nessa cidade, de tal forma que aquilo que as mulheres faziam ou diziam dentro de casa incomodava diretamente à vizinhança e, amiúde, repercutia nos jornais, como temos:

Prevenimos á uma typa da vida alegre que acode pelo nome de Janoca, moradora ao becco do Prego, que tenha em vista as vezes em que molhar seu bico, não dirigir pilherias offensivas a todas as pessoas que por infelicidade morão na sua visinhança, como tem acontecido estes dias, a ponto dos visinhos acordarem sobresaltados com palavrões indecentes de arrepiar os cabellos. Se continuar, levamos o facto ao conhecimento das autoridades competentes (PACOTILHA, 11/05/1888).

Chama-se a attenção da policia afim de corrigir umas mulheres de máos procedimentos moradoras á praça da Fonte das Pedras nos baixos de um sobrado, as quaes acodem aos nomes de Celsa e Rosa Genebra que levão constantemente a praticarem immoralidades às famílias que por alli moram, fasendo-lhes companhia também uma tal Clementina da rua da Cascata (PACOTILHA, 07/01/1884).

²² O antigo Quartel de São João também denominado de Chefatura de Polícia, hoje abriga o prédio da Maçonaria localizado na Travessa São João, 22. Esse prédio faz parte da Praça São João, onde fica a tradicional Igreja de São João.

²³ No local onde funcionou a Cadeia Pública da Capital atualmente funciona o Hospital Universitário Presidente Dutra, sito à Rua Barão de Itapary, 32.

Ilustrativo dessa relação entre público/privado e da tênue fronteira que separava essas duas dimensões, é a nota em tom característico em que se chamava a atenção para uns moradores dos baixos de um sobrado da Rua do Egito, onde segundo o autor da nota, os amantes de estudos pré-históricos poderiam realizar uma interessante observação, pois, “Mora ahi gente que vive como nos tempos primitivos: cozinham, lavam, racham lenha, tudo ao ar livre, sem constrangimento de fiscaes que talvez nem saibam que existem” (PACOTILHA, 26/12/1880).

Dessa forma, nas ruas se realizavam atividades que deveriam se dá dentro das residências ou em outros locais considerados adequados para tais fins. A nota aponta ainda para outro problema comum na cidade: o lixo. Como vimos, o sistema de limpeza pública era ineficiente e o poder público não foi capaz de disciplinar a população no sentido de não sujar as vias públicas, de modo que o mau estado delas era um quadro comum no período e sobre o qual os jornais se detinham frequentemente.

A rua de S. Pantaleão próximo ao muro da Igreja da Conceição, está transformada em depósito de immundicie.
Lançam alli animaes mortos, materiaes fecaes etc.
Exhala tudo isto um cheiro nauseabundo, que traz encomodados os moradores do lugar.
Com vistas ao fiscal da respectiva freguesia.
(PACOTILHA, 06/02/1890).

Mas, voltando à questão da moralidade pública, pode-se afirmar que os “excessos de língua” e as desordens, resultados na maioria das vezes do abuso no consumo de “bebidas espirituosas”²⁴, não era uma exclusividade das mulheres, posto que recorrentes também eram as reivindicações nos jornais contra o mau procedimento de alguns homens; nesse sentido pode-se tomar como ilustrativo a nota sobre um sapateiro da cidade.

Alguns moradores da rua do Norte, entre a da Misericórdia e da Inveja, informam nos que alli mora um tal Ignácio, sapateiro, que passa dias inteiros na *mona*, por que, como diz elle, não há remédio melhor para a ressaca do que tomar-se outra caneca, - que isto concerta o corpo, tira da bocca o gosto de cabo de chapeo de sol. O que, porem, os incommoda bastante, o que elles não podem supportar, pois que por ali moram muitas famílias, é que o tal Ignácio se isque e abra a boca para deixar vasar uma quantidade abundante e variada de obscenidades, de palavras porcas, umas surgidas que parecem sahir de um cano de esgoto. Põe-se mesmo no meio da rua, e como uma mulher regateira, diz umas cousas incríveis (PACOTILHA, 18/09/1883).

²⁴ Termo da época que designava bebidas alcoólicas, especialmente a cachaça.

Entretanto, os relatos acerca daquelas mulheres como agentes de desordens era tão forte no período que, mesmo para reclamar de um representante do sexo masculino, lança-se mão da imagem feminina para dar a exata noção do problema. Assim, na denúncia acima consta que o sujeito se pôs no meio da rua “e como uma mulher regateira, diz umas cousas incríveis”. Todavia, apesar dos reclamos dos moradores contra as ofensas à moralidade pública, aos chinfrins e aos maiores rolos, as desordens continuavam.

Dessa forma, um jornal publica: “Os chinfrins vam n’um progresso extraordinário. De todos os lados surgem novos. Há agora um nos fundos do Theatro S. Luiz, de que resultou no sabbado à meia noite e hontem á tarde um formidável rolo”. (PACOTILHA, 29/09/1881). Neste ponto as reclamações nos jornais são quase diárias, como aquela em que pede providências contra “O chinfrim da Rua do Alecrim” em que se lê:

Prevenimos ao distinto sr. Capitão Cascaes que é hoje o dia do infernal chinfrim, que em um cortiço dessa rua se dá todos os sábados, e pedimos à s. s. que por um dos seus agentes faça cessar semelhante abuso, que além de ser indigno do centro de uma *cidade civilizada*, muito prejudica a moralidade e o socego publico (PACOTILHA, 19/03/1887).

Do que se depreende das reclamações publicadas, alguns *trabalhadores de rua* tomavam parte nas folganças encenadas no centro da urbe, nessas ocasiões tinham presença cativa como conviva ou anfitrião. Tais reuniões festivas foram amiúde fonte de denúncias nas quais se reclamava a presença da polícia para pôr fim a essas patuscadas, como temos:

À polícia rogamos para que ponha termo aos barulhos incessantes produzidos de uma jogatina debaixo de palavreado, cujas, não reproduzimos, por que *a decência manda calar*; dos quaes a visinhança vê se atormentada, durante o princípio da noite, até tarde, por estes vagabundos atrevidos, que não sabem ocupar em cousas úteis.
É em casa de um funileiro à rua do sol, onde se praticam essas scenas vergonhosas (PACOTILHA, 05/04/1884). Grifei.

Com relação aos bródios²⁵ que ocorriam em diferentes horários e nos mais diversos pontos da cidade, há alguns relatos, como aquele narrado por Pinto (1924, p. 90) de que à Praia do Caju, dentro de um cercado de *pau a pique*, iluminado por faróis de querosene, alguns sambadores, curtidos de cachaça, se divertiam dançando o *chorado* quando de repente “O pau falou rijo. A bolacha estalou, as cabeçadas repetiram-se, ouvindo-se baques surdos de

²⁵ Esse termo aparece nas notas dos jornais pesquisados como sinônimo de patuscada, ou seja, reunião festiva.

corpos, que rolavam por terra, gritos de mulheres que *azulavam* de saias erguidas, ao vento, numa confusão dos diabos e correrias dezastradas”.

Segundo um articulista da Pacotilha, as cenas de desordens protagonizadas no espaço da urbe eram coisas ordinárias, tão comuns que não valiam à pena nem o trabalho de registrar, o que surpreendia, contudo, o que se tornava digno de nota era que nessas horas “várias pessoas cansavam os bofes a apitar sem que aparecesse viva alma de farda para ao menos saber de que se tratava” (PACOTILHA, 18/04/1886).

3.3 Da polícia ou considerações em torno de uma realidade talvez contraditória



Figura 4 - O urbano

Fonte: *A Flecha* 1879-1880.

A polícia, no entanto, não dava conta de garantir a segurança e a tranquilidade pública, pois, como afirmava um delegado de polícia do período “Todos sabem de que péssimo modo funciona o corpo policial, deficiente e mal organizado para uma capital como a nossa” (PACOTILHA, 18/04/1881).

A análise das notas jornalísticas sobre a polícia permite afirmar que essa instituição encontrou problemas para cumprir a sua função de garantidora da ordem pública, no período aqui considerado. Em artigo publicado na Pacotilha, o autor não apenas pede a organização do policiamento da capital, como questiona a existência mesmo do chefe de polícia, pois não haveria policiamento, e a população ficava na total dependência dos marginais.

Para dar uma idéia da desorganização que esta situação tem introduzido em todos os ramos dos públicos serviços, mais não se precisaria acrescentar do que dizer que esta capital, com as suas avenidas de magnólias e violetas, é uma cidade que não tem policiamento algum.

Isto, que redundava em eloqüente testemunho de boa índole do nosso povo, não obstante os furtos e roubos que quase diariamente registrando, redundava, igualmente, em attestado da nossa degradação como *povo civilizado*, e de que por aqui, como por todo paiz, abundam as sinecuras, porque se não há policiamento, há, entretanto, um chefe de policia (PACOTILHA, 18/07/1904).

Alem disso, os agentes da força figuravam em cenas de distúrbios, o que dava motivo para a publicação de severas críticas nos jornais em que se questionavam os procedimentos da polícia. Em tom indignado os moradores tornavam de público conhecimento o julgamento que faziam dos agentes da ordem, como se pode ler na nota abaixo:

É tristemente para lamentar a maneira porque se portam os agentes da força publica, já promovendo desordens já cometendo abusos, entrando em qualquer casa para effectuar prisões, por sua conta e risco, esbordoando toda e qualquer pessoa que por infelicidade lhe cae nas garras, sem ter cometido crime! (PACOTILHA, 29/04/1887).

Desse modo, os guardiões da ordem, os “pais do sossego”, parecem responder com tumulto aos desejos de civilidade e ordenamento urbano da elite local, que pretendia colocar São Luís na esteira da civilização e do progresso. Nesse sentido, assim são retratadas as “façanhas policiais” do período:

A nossa policia, que jamais perde a vasa de provar que é a maior perturbadora da ordem publica, andou hontem pintando o sete lá pelo bairro de São Pantaleão, durante todo o trajeto da procissão de Santa Severa. *Ao chegar o séquito no Largo de Sant'Iago houve pancadaria grossa, em que a policia brilhou como comparsa principal;* a, como uma palavra puxa outra, para a policia a uma arruaça deve sempre seguir outra, razão pela qual a mantenedora da ordem, ao passar o cortejo pela rua das Creoulas canto com o becco das laranjeiras, espancou barbaramente um pobre homem, que recebeu diversos ferimentos, na cabeça principalmente,

produzidos pelos chanfalhos das heróicas praças do celererrimo piquete de cavalaria (PACOTILHA, 14/09/1903). Grifei.

Nessa cidade que se queria civilizada, os dizeres “imorais” deveriam ser silenciados e à polícia caberia pôr fim às desordens. Todavia, o que se depreende da leitura dos jornais é que a própria polícia, por vezes, se configurava como agente de desordem, ou seja, os responsáveis pela manutenção da ordem em certos momentos vão de encontro ao projeto de civilização e ordenamento do espaço urbano. Assim, nesse momento de construção e reconstrução de sociabilidades, os agentes policiais são personagens emblemáticos do caráter contraditório entre a cidade pretendida pela elite e a cidade construída diariamente por todos. Nesse sentido, um jornal local publica no ano de 1901 um artigo intitulado *Organização policial*, no qual garante:

A polícia militar, com effeito, qual a temos tido até aqui, é a completa negação do que a esse respeito se poderia desejar. Em vez de constituir um elemento de paz, um meio de assegurar os direitos e o livre exercício da atividade de cada um, é ella ao contrario um factor de desordens, e ordinariamente os seus membros figuram como protagonistas em actos que pouco concorrem para recommenda-la (JORNAL DA MANHÃ, 05/02/1901).

Assim, é possível inferir a partir da leitura das páginas dos jornais que essa instituição não correspondia de forma regular aos fins para o qual era mantida; e que, longe de ser uma garantia de ordem e de respeito à lei, seria ela também um elemento de perturbação da ordem pública.

Saiba a população desta capital que soldados da polícia do sr. Tasso Coelho, chefe de polícia do governador Benedito Leite, andaram hontem praticando distúrbios na praça João Lisboa, onde se está fazendo a festa de Santa Filomena. E depois que estabeleceram o pânico no seio das famílias que alli se achavam, as quaes aterrorisadas corriam, saíram com uma algazarra infernal pelas ruas da cidade, alarmando a população que já àquela hora se recolhia aos lares (PACOTILHA, 17/09/1902).

Diante de tamanhas descomposturas dos agentes policiais no exercício de suas atividades, um articulista da Pacotilha sugere: “Sabido que a policia é um elemento pernicioso à ordem publica, o governo do Estado, sempre que aja aglomeração popular, pode ter entre as mãos um meio efficaz de evitar barulhos, proibindo que ella compareça” (PACOTILHA, 14/08/1903). Embora possa haver interesse político em pintar com tintas fortes a ação da polícia no sentido de desacreditá-la diante da população, não parece, contudo que tal julgamento fosse de todo desprovido de fundamento, uma vez que por ocasião da festa de

Santa Filomena no ano anterior, o governador mandou distribuir boletins, nos quais, para a tranquilidade do público, se garantia que a polícia não compareceria à festa.

No entanto, há imagem oposta a essa em outros documentos da época como as cartas escritas ao compadre Tiburcio em que o compadre Lourenço, dando notícias da capital àquele no interior, pinta um quadro bem diferente, em que assegura:

Tudo aqui respira ordem,
A polícia à cada instante
Vai sendo mais vigilante
Em prevenir a desordem,
Pois si acaso ella suspeita
Que um vulto á noite passeia
Com alguma tenção já feita
Marcha logo p'ra a cadeia.
Acho acertado este passo,
Pois assim como bem pode
Ser alguém que vem do Bode...
Pode ser qualquer devasso,
Que' steja esperando alguém,
Para lhe armar algum laço.
(FARIAS, 1907).

Mas é preciso levar em conta o fato de o personagem compadre Lourenço ser um transeunte do centro da cidade e freqüentar as rodas sociais da “boa sociedade”, o que lhe resulta um olhar diferente sobre os agentes responsáveis por garantir a ordem pública. No entanto, a imagem que se sobressai nas folhas que circulavam diariamente na cidade, é aquela em que os agentes policiais são flagrados em cenas que pouco concorriam para recomendá-los. Recorrentes eram as reclamações contra as correrias do piquete de cavalaria da polícia militar e as ações violentas provocadas por ele, como as registradas por ocasião da festa de Santa Severa que acontecia no mês de setembro no largo de Sant'Iago, quando essa guarnição foi acusada de provocar desordens durante o cortejo da santa, e ainda:

Mais tarde, no próprio largo da festa, que regorgitava de povo, o piquete andou em correrias desnecessárias, senão absurdas, pois a ninguém, que se prese de ter o cérebro funcionando regularmente, pode parecer bem que soldados a cavallo exerçam fiscalização (com mais propriedade - perturbação) por entre numeroso ajuntamento de pessoas, como os que se achava hontem à noite em frente a Igreja de São Pantaleão (PACOTILHA, 14/09/1903).

Igualmente comuns são as reclamações contra agentes da força pública flagrados bêbados em cenas que atentavam contra a moralidade pública e as regras do viver civilizado, como podemos ler nestas notas:

Uma praça do 5º batalhão de infantaria fez hoje cousas do ARCO DA VELHA, pelas proximidades do Ribeirão e rua do Sol. O homem – que pedaço de homem! – um pretalhão bem creado, excedeu-se um tanto na pinga e deu-lhe na telha para ficar valentão; e poz os musculosos braços e pernas, bem aptos para a empresa, em um movimento de todos os diabos (PACOTILHA, 03/09/1902).

.....

Pede-se ao exm. sr. Dr. Chefe de policia que, tomando em consideração o facto ilegal de fazer parte da Guarda Urbana um individuo que ferio traiçoeiramente Manoel da Conceição; dê as providencias necessárias afim de ser demitido da referida Guarda. É costume andar elle sempre armado de canivete e navalha, prompto para continuar a desempenhar o seu papel sanguinário! Como poderá elle velar pela tranquillidade publica, se é o primeiro a promover distúrbios? A prova de boa lavra deu elle no 1º do anno. Fora com tal personagem (PACOTILHA, 03/01/1902).

Desse modo, concordo com Correia (2006, p. 86) ao afirmar que “no que respeita à polícia, à sua função normalizadora e fiscalizadora dos hábitos e atitudes das gentes da cidade, as práticas de seus policiais apontam mais para um apego aos ‘usos reprovados’ do que para a integral defesa de uma ordem que se anuncia”. Todavia, atitudes dessa natureza não era privilégio da polícia, posto que os jornais conduzem igualmente ao apego aos “usos reprovados” por parte dos agentes do corpo de bombeiros.

Hontem às 8 horas da noite os bombeiros Theodoro, Armínio, José Alves e Travassos, andavam embriagados pela cidade a fazer toda sorte de desatinos, provocando a todo mundo, esmurrando portas e outras *gracinhas* de máo gosto (A NOTÍCIA, 1906).

Assim, encontram-se registradas nas páginas dos jornais e de outros escritos as cotidianas contradições entre discursos e práticas na São Luís de fins do século XIX e início do século XX. Enquanto as classes abastadas com o apoio das autoridades oficiais procuravam impor hábitos e posturas à população, através de mecanismos de controle e disciplina que podem ser entendidos como uma verdadeira política de disciplinamento do cotidiano dos pobres, os seus agentes responsáveis por garantir o sucesso de tal empresa contribuíram, eles próprios, para que o projeto fosse malogrado.

Dessa forma, pode-se intuir que esse tipo de sensação é que explicaria, por exemplo, a sátira publicada no jornal a Flecha, em que se critica a incapacidade da polícia em

impor a ordem, de tal forma que a população se via obrigada a usar de outros meios para garantir a tranqüilidade pública.



Figura 5 - A falta de tropa

Fonte: *A Flecha* 1879-1880.

Na ilustração acima temos a crítica bem-humorada da incapacidade dos agentes da ordem em garantir a tranqüilidade pública. Nela, dois indivíduos presos por componentes de uma fanfara são conduzidos provavelmente em direção à cadeia pública da capital; o primeiro vai à frente levado ao som da música e segurado pela mão direita, enquanto o segundo segue atrás, preso dentro de um instrumento musical. Essa “nova maneira de fazer prisões”, que seria o resultado, sobretudo, da falta de tropa, se afigura, na realidade, como uma clara representação do emblemático desajuste entre a tentativa de imposição de uma ordem urbana civilizada e o chão da cidade, em que se davam práticas sociais as mais contraditórias.

4 TRABALHADORES DE RUA: estratégias de trabalho e formas de resistência

No capítulo anterior vimos que houve na época aqui evocada a tentativa de imposição de uma ordem urbana civilizada em São Luís, que possuiu nos Códigos de Posturas Municipais um dos mecanismos de disciplinamento social e reordenamento do espaço urbano. Neste capítulo o interesse do trabalho se volta para a compreensão das transformações pelas quais passou o universo do trabalho nesse momento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Nesse sentido, a história se configura como componente imprescindível para a compreensão das questões sociais referentes ao *trabalho de rua*.

No contexto do final do século XIX, afirma Chalhoub (1990), foi forjada uma ideologia do trabalho em que a forma de pensar passa a ser marcada por uma relação de trabalho e não-trabalho, ao mesmo tempo em que se cria uma polaridade em termos de trabalho/dignidade e ociosidade/periculosidade. Assim, no processo de constituição e organização de um mercado de trabalho livre no Brasil, “falamos de alterações de normas, de regras que circunscrevem um espaço social, espaço constituído por relações de poder: relações autoritariamente definidas por moldes escravistas que passam a ser definidas por outros moldes” (LAMOUNIER, 1988, p. 18).

Entretanto, a normatização das relações de trabalho que se configurou como um dos traços característicos desse momento de *transição*, não se observa em São Luís no tocante ao *trabalho de rua*. Não obstante, como procuro demonstrar ao longo do trabalho, as diferentes atividades agregadas sob essa denominação sofreram ações do poder público na medida que este procurava ordenar o espaço urbano visando adequá-lo aos padrões sanitários e civilizatórios da época.

Nesse contexto de transformações, a Abolição não significou uma solução para a dificuldade de acesso dos libertos e das camadas livres pobres ao mercado de trabalho formal, pois, como afirma Montello (1985, p.580), “Para a abolição do cativo, só se pensou na festa – não se pensou no dia seguinte”. Assim, somando a esse fato a frustração das expectativas geradas quanto a uma maior participação popular com o advento da República, parto do pressuposto que São Luís se configurou como destino de uma parcela significativa dos libertos pela lei de 13 de Maio, que acabaram engrossando as filas dos *vencidos e degenerados* - na expressão de Nascimento Moraes - da cidade.

Com efeito, nem todos enveredaram pelo caminho do crime ou da ociosidade, ao contrário, tendo em vista a própria sobrevivência, boa parte passou a desempenhar as mais diversas atividades, geralmente trabalhos que não exigiam grande complexidade em seu aprendizado ou exercício, como aqueles praticados por aguadeiros, pregoeiros e peixeiros.

Portanto, se o término do regime escravocrata pôs fim a algumas formas de trabalho como, por exemplo, a de caçador de escravos fugidos, feitor, capitão do mato e escravo de ganho não conseguiu, contudo, acabar com outras, a exemplo dos pregoeiros, peixeiros e vendedores de tabuleiros, como procuro demonstrar; pequenos misteres que eram fundamentais dentro da dinâmica social da cidade, sobretudo no que tange ao abastecimento de víveres à população, e que durante todo o período escravista foram exercidos principalmente por *escravos de ganho*, e por pobres livres em geral.

Desempenhando trabalhos temporários, sobrevivendo de biscates ou pequenos expedientes, esses sujeitos viviam sob o signo da instabilidade, e não raramente foram acusados de cruzarem a tênue fronteira do legal/ilegal e do moral/imoral, sendo ainda confundidos com outros grupos sociais, a exemplo dos mendigos e dos “vadios”.

A *rua* como espaço de trabalho, apresenta-se como um fator estruturante e definidor do trabalho, principalmente por instituir uma suposta condição temporária, mas que na verdade caracteriza-se como uma condição temporário-permanente, como procuro exemplificar no próximo item da dissertação.

O *trabalho de rua* era realizado por homens e mulheres que, fixados em uma esquina ou praça ou, como volantes, circulavam pelas ruas oferecendo os seus produtos e serviços. Não obstante, nessa luta diária pela subsistência, muitas vezes encontrassem pela frente as determinações dos Códigos de Posturas e a vigilância dos fiscais da municipalidade que tentavam lhes cercar determinados espaços, não conseguindo, contudo, de maneira eficiente.

Quanto à venda de gêneros de consumo, observa-se que essa ocorria mais em razão dos trabalhadores buscarem estratégias para realizar melhores negócios, do que propriamente pela efetiva ausência de locais apropriados na cidade, a exemplo de mercados e feiras, como procuro demonstrar a seguir.

4.1 O mercado de víveres na cidade de São Luís

A notícia mais antiga que temos sobre a criação de um mercado de víveres na cidade de São Luís data do ano de 1820 e encontra-se registrada no *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão*, de César Marques; nele fica-se sabendo que por um edital do capitão Joaquim José Vianna, juiz presidente da Câmara dos vereadores, fez-se saber que “para commodidade publica se tinha estabelecido no sitio da Praia Grande uma praça onde em diferentes barracas si podia achar em venda os gêneros de prompta necessidade desde o princípio do dia até a hora da corrida da sineta da cadeia” (MARQUES, 1870, p. 473). Esse local recebeu o nome de Terreiro Público ou Casa das Tulhas e passou a funcionar em princípios de agosto do referido ano. Ainda de acordo com aquele edital:

[...] se conhece, que ahi se deviam vender fructas, peixes, aves, animaes vivos ou mortos de fresco, excepto a carne de vacca por ter o lugar do açougue, determinando-se também que só podiam andar á venda pelas ruas os doces, e ‘ tudo o que fosse feito em forno, as hortaliças até as 8 horas da manhã, e logo que esta hora fosse chegada os vendedores d’este gênero se recolheriam a dita praça, onde fariam assiduamente assistência (MARQUES, 1870, p. 473).

No local da Casa das Tulhas mais tarde foi construído o Mercado da Praia Grande, mais precisamente a partir de 28 de Julho de 1855, quando, sob licença da Câmara de São Luís, a Companhia Confiança Maranhense²⁶ tomou para si a responsabilidade de demolir os escombros da casa das Tulhas para erigir, em seu lugar, o Mercado da Praia Grande.

Já em 1829, a Câmara Municipal reclamava a Praça da Alegria, antigo Largo da Forca Velha, como propriedade sua e “pedia ao presidente da província esta praça para n’ella se estabelecer um mercado de fructas e hortaliças” (MARQUES, 1870, p. 470). Essa informação sobre o estabelecimento de um mercado de frutas e hortaliças na cidade, permite antecipar uma conclusão, a saber, que durante todo o século XIX a organização do mercado de víveres na cidade era uma atribuição do poder público. Dessa forma, era de responsabilidade do poder público a criação de mercados e feiras, assim como a determinação

²⁶ De acordo com César Marques “Esta companhia auctorizada a funcionar pelo decreto nº 2:939 de 25 de junho de 1862, que também approvou os seus respectivos estatutos teve por fim construir um edificio rectangular, de risco elegante no lugar outr’ora houveram as barracas, destinado a ser alugado para a venda de gêneros. Seu capital é de 80:000\$000 reis, divididos em 4:000 ações de 20\$000 reis cada uma, e durante esta companhia até o dia 5 de setembro de 1895, época em que o terreno e o edificio serão entregues à câmara municipal da capital da província, nos terrenos do contracto com ella celebrado em 18 de setembro de 1860”. (sic) (1870, p.132).

dos espaços dentro do perímetro urbano que podiam ou não ser ocupados ou transitados pelos vendedores de rua.

Assim, ficava posto a obrigatoriedade do poder público garantir o abastecimento da população, bem como a preocupação com o problema da salubridade urbana, que exigia um maior controle dos locais de venda de produtos de primeira necessidade, haja vista o risco de contaminação por alguma doença epidêmica que ameaçava os cidadãos no período.

Além do Mercado da Praia Grande e da Praça da Alegria, havia a Praça do Mercado, também chamada da Hortaliça, que segundo descrições da época, constava de quatro barracões onde ficavam o açougue e a venda de frutas e legumes. Segundo informações de Marques (1870, p. 471):

Em 22 de Novembro de 1858 o conselheiro João Lustrosa da Cunha Paranaguá, como presidente da província, usando de suas atribuições legais resolveu aprovar e mandar executar um artigo de postura da câmara municipal da capital proibindo o desembarque de porcos, aves, canas e frutas vindas do interior nas praias do Trapiche e suas imediações, e obrigando a efetuar a descarga destes gêneros na praia do Açougue Velho, ou na do Portinho quando aí faltasse a maré, e designando que fossem vendidos unicamente nesta praça.

Dessa forma, esses produtos que tradicionalmente desembarcavam na praia do Trapiche, na área da Praia Grande onde funcionava o coração comercial da cidade, tiveram a partir de então de ser aportados nas praias do Açougue Velho e Portinho, localizadas nas imediações do bairro da Madre de Deus. Vale ressaltar que o Largo do Açougue Velho era como se chamava à época a Praça do Mercado ou da Hortaliça, que a partir daquela determinação ficava designado como único local de venda daqueles produtos.

Essa determinação do presidente da província atingiu em cheio os comerciantes da Praça do Comércio, o que levou a Companhia Confiança Maranhense a entrar com uma representação contra essa disposição que feria os seus interesses, pois, “excluía dos armazéns da Praça do Comércio a venda de tais gêneros, que desde tempos imemoriais costumavam desembarcar naquele lugar” (MARQUES, 1870, p. 475). Contudo, não foi possível saber se aquela companhia conseguiu reverter essa disposição, o certo é que tal proibição foi ratificada oito anos depois, no Código de Posturas de 1866, que trazia em seu Art. 49:

Fica prohibida a venda em grosso de legumes frescos, aves e frutas na praça do commercio e ruas circunjacentes e a retalho estacionada delles, neste digo nestas e nas demais ruas e praças da cidade, menos na praça do mercado, d’Alegria e Santo

Antonio; e de facto ou de ventre que não seja na do mercado. Aos contraventores a multa de quinze mil reis da primeira vez, e nas reincidências o dobro.

Desse modo, observa-se mais uma vez a proibição da venda de víveres na Praça do Comércio e ruas próximas, o que significa dizer, em outras palavras, que estava vetado mercadejar esses gêneros, e possivelmente outros, na região central da cidade, uma vez que essa era a área comercialmente mais importante, bem como o local de moradia e trânsito da elite local. Assim, em nome do asseio público e do desejo de civilidade, era preciso afastar do centro da urbe esses espaços de mercância de alimentos, sobretudo de carnes, víceras e peixes, potenciais focos de sujeira e contaminação de doenças. Portanto, ficava determinado por postura municipal que somente na Praça do Mercado ou Açougue Velho, era permitido comercializar carne verde e vísceras.

Do mesmo modo, diante da inexistência de um mercado próprio para a comercialização de peixes,²⁷ ficava a venda do pescado restrito legalmente a algumas praias da capital. Determinava o Código de Posturas Municipais de 1866 em seu Art. 48, que enquanto não se construíssem “casas próprias” para esse mister, ficavam designadas as praias do Caju, Pequena, Santo Antonio, Remédios, Madre de Deus, Desterro e a Praça do Mercado. Determinava, ainda, a multa de três mil réis aos contraventores e no caso de reincidência o dobro da multa e mais três dias de prisão.

O artigo supracitado foi ratificado no Código de Posturas de 1893, Art.98, com algumas alterações. Repetiu-se na determinação das praias do Caju, Pequena, Santo Antonio e Remédios como locais para se comercializar peixe fresco, mas em contrapartida suprimiu-se a pena de prisão e aumentou para 30\$000 réis a multa por contravenção. Observa-se também que houve uma redução de sete para quatro no número de logradouros em que pescadores e peixeiros podiam vender seus produtos, pois a partir do momento em que esse Código de Postura passa a vigorar as praias da Madre de Deus, do Desterro e a Praça do Mercado deixam de ser oficialmente locais de comercialização de pescados.

A leitura dos Códigos de Posturas no que se refere a essa problemática permite chegar às seguintes conclusões: primeiro, não havia um mercado próprio para a venda de peixe na cidade, o que é possível inferir a partir do argumento utilizado para delimitar espaços

²⁷ Somente para o final do século XX é que temos a construção do Mercado de Peixes e Mariscos em São Luís, localizado entre o Portinho e a Madre de Deus, que passa a funcionar em princípios de 1982. (MORAES, 1995. p. 106).

específicos para a venda de pescado, ou seja, “enquanto não se constroem casas próprias”; segundo, o desinteresse do poder público em construir uma infra-estrutura urbana que desse suporte a esse grupo de trabalhadores para desenvolver suas atividades, haja vista que nesse ínterim entre o Código de 1866 e o de 1893 passam-se quase três décadas e o problema persiste; e terceiro, havia uma forte preocupação com o asseio da cidade, como depreende-se da leitura do título *Regularidade e Aformoseamento* do Código de 1866, bem como do título referente à *Higiene e Saúde pública*, do Código de 1893 que, além do asseio da cidade, regula sobre a instalação e funcionamento no espaço urbano de cortiços, estribarias, chiqueiros e currais.

A inexistência de “casas próprias” e a redução do número de locais em que se podia mercadejar livremente são dois fatores que provavelmente contribuíram para que pescadores e peixeiros descumprissem as leis. Nesse sentido, a proibição não surtia muito efeito, haja vista que mesmo sob ameaça de serem pegos pelos fiscais da municipalidade esses trabalhadores continuaram subindo as ruas e indo vender peixe fresco no centro da cidade.

No entanto, se no que tange à venda de peixe não existiam “casas próprias”, ficando os trabalhadores responsáveis pelo comércio desse produto, obrigados a mercadejar nas praias da cidade, com relação a outros gêneros a situação era bem diferente, pois, como vimos acima, ficava determinado por postura municipal a Praça do Mercado, da Alegria e de Santo Antonio como locais de comercialização de carnes, legumes, aves e frutas.

Assim, temos abaixo fotografia de um mercado de frutas em São Luís, do qual não foi possível descobrir a localização, mas onde é possível perceber certa organização e limpeza; no canto inferior esquerdo observa-se algumas pessoas de ambos os sexos, onde se vê um homem de casaco e chapéu, o que lhe dá certa distinção no porte, bem como três mulheres trajando branco, vendedoras de frutas? Não é dado saber. Além desses elementos, destaca-se ainda o aspecto de urbanidade do mercado com seus postes de iluminação pública e bancos para assento dos freqüentadores do local.

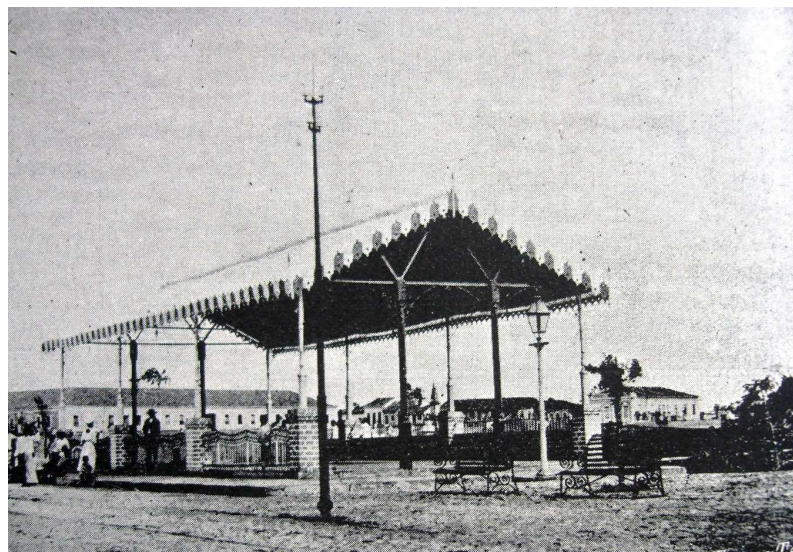


Figura 6 - Mercado de frutas

Fonte: *Maranhão 1908*.

Portanto, havia mercados, praças e praias considerados adequados pelo poder público para a comercialização dos diversos víveres de primeira necessidade, o que não impedia, contudo, que esses mesmos produtos fossem ordinariamente oferecidos pelas ruas e largos da cidade em contravenção às determinações legais. Nesse sentido, temos a seguinte denúncia publicada em um jornal local:

Podem por nosso intermédio, que reclamamos a quem de direito, contra uma malta de pescadores, que com o disfarce de vender peixes, vão para a rua de São Pantaleão esquina a rua de S. Thiago, meter-se no grog, fazendo distúrbios (A CAMPANHA, 06/08/1905).

Pescadores são trabalhadores, mas são descritos cometendo distúrbios e metendo o *grog*²⁸, em um momento em que a bebedeira pública e os distúrbios, em geral resultados do abuso no consumo de “bebidas espirituosas”, são dois elementos apontados nos Códigos de Posturas para caracterizar crime de vadiagem. Tais notícias são comuns no período, a exemplo da seguinte:

Os moradores das ruas dos Remédios e Hortas têm se visto seriamente incommodados com o businar ensudersedor de alguns pescadores, que andam por allí a vender peixe fresco, em contravenção flagrante a disposição do código de posturas municipais.
Andaria bem avisado o sr. Fiscal da freguesia, se quizesse oppor um paradeiro a semelhante abuso (PACOTILHA, 01/03/1889).

²⁸ Termo muito usado pelos jornais locais do período para denominar bebedeira pública.

Embora a atividade de pescadores e peixeiros, por exemplo, fosse de fundamental importância para o abastecimento de víveres à população, em um período em que o fornecimento de carne fresca se configurava como um problema crônico dado à escassez e, conseqüentemente, á carestia do produto, esses trabalhadores são representados de forma pejorativa, como agentes de desordens e contraventores das leis da municipalidade. Dessa forma, podemos observar que a relação trabalho/dignidade e trabalho/moralidade forjada nesse momento de transição para o trabalho livre parece não valer para determinados grupos de trabalhadores, como no caso daqueles pescadores.

No que se refere à venda de carne na cidade, ou mais precisamente de sua falta, este foi um problema comum aos consumidores de tal gênero. Sobre a venda de carne bovina afirma Marques (1870, p. 222) que “desde tempos remotos, sempre houve aqui na capital falta de carne de gado vacum”. Assim, o fornecimento desse tipo de carne no período aparece sempre em quantidade insuficiente ante a demanda, o que resultava em conseqüente aumento do preço do produto e dava motivos para reclamações na imprensa contra o que consideravam um abuso dos marchantes. Nesse sentido, temos publicado a seguinte reclamação:

Quando, no decurso do anno passado, a secca, que impiedosamente devastou a infeliz província do Ceará ameaçava estender sua acção destruidora á nossa província, os campos eram queimados pelo sol abrasador, os pastos mirravam-se, o gado succumbia. Vós, que tendes a faca e a carne na mão e que dictaes a lei ao nosso estomago – víscera implacável que não se curva a nenhuma cousa convencional, ainda mesmo que essa cousa seja um protesto de indignação contra o mais estrondoso abuso -; vós, dizia eu, augmentastes então o preço da carne verde. O jornalismo bradou, a pobreza choramingou, o povo rosou. Viesteis á imprensa – a tribuna da verdade, na phase empolada dos articulistas, - e explicasteis o facto. A secca, a morte do gado, a difficuldade do transporte, a carestia, tudo isso, e mais nada – vos compellia a exigir mais dinheiro pela vossa mercadoria. Muito bem: os typos aplacaram-se, a pobreza enchugou os olhos, o povo calou-se e a carne verde passou a 400 réis o kilo (A FLECHA, 1880, p. 35).

Contudo, segundo os jornais, as altas dos preços que prejudicavam principalmente os pobres, se mantinham mesmo quando a situação no campo era favorável ao negócio do gado, o que levava certo articulista a se referir aos marchantes ironicamente pelo epíteto de “Felicíssimos”, por conta dos lucros auferidos com a venda de carne. Entretanto, a carestia não era o único problema desse negócio, igualmente prejudicial aos consumidores era a adulteração dos pesos que implicava uma subtração, por vezes significativa, do produto que levavam para casa, como é possível constatar na denúncia publicada na Pacotilha:

Somos informados que hontem em diversos açougues vendeu-se carne verde, faltando 240 grammas em cada kilo. Dizem-nos também que semelhante facto, que não queremos qualificar, foi verificado por diversas pessoas, entre os quaes o sr. Congressista Avelino Cruz.

Já que o governo não tem procurado favorecer a sorte do consumidor, tratando de pelos meios possíveis diminuir o preço da carne, ou reduzil-o a uma taxa fixa [...] é preciso que garanta ao mesmo consumidor que realmente se lhe venda o peso da carne correspondente á importância que dá (PACOTILHA, 17/04/1893).

Embora o governo procurasse regular através de leis a venda de alimentos nos limites do espaço urbano, os esforços empregados nesse sentido jamais foram suficientes para impedir as constantes irregularidades desse comércio. Assim, tanto os Códigos de Posturas de 1866 e de 1893, quanto o Código Sanitário de 1904, trazem em seus artigos as determinações para a venda de carne, leite e outros gêneros destinados ao consumo público, bem como regulam sobre a construção e funcionamento de açougues, mercados e matadouro público.

Nesse sentido, o Código de Posturas de 1893, que de modo geral reafirma as determinações do código anterior, trazia a proibição de que fora do Matadouro Publico fosse morta ou esartejada rezes e determinava que a carne retirada desse local só pudesse ser vendida nos talhos designados pela Intendência. Além disso, particularmente ninguém poderia vender carne verde, nem tão pouco pelas ruas e praças da cidade; igualmente não poderia ser abatida rez alguma que estivesse doente, cansada ou muito magra e em caso algum se faria o abate sem a assistência do médico designado pela Intendência. Ficava proibido ainda: expor à venda a carne de qualquer animal que chegasse ao Matadouro Público morto ou moribundo; vender-se carne depois das 2 horas da tarde e empregar pessoas que sofressem de moléstias cutâneas ou contagiosas na condução e preparo da venda de carne. (CÓDIGO, 1893). Essas mesmas regras deveriam ser aplicadas no comércio de carnes de porco e de carneiro.

Entretanto, o que é possível concluir das páginas da imprensa é que a maioria dessas determinações não era observada no chão da cidade, pois segundo articulista da Pacotilha:

Somos informados que raro é o dia em que pelos fiscaes da Câmara, não é retirado dos açougues de 40 a 60 kilos deste gênero, que por se achar em máo estado a manda enterra-la.

Se assim acontece é realmente para admirar, visto como tendo a câmara municipal um medico que todos os dias vae assistir a matança, consentir que para os talhos venha carne em estado de não ser exposta a venda (PACOTILHA, 10/02/1886).

Pelas determinações do Código de Posturas de 1866, ratificadas no de 1893, o médico da municipalidade deveria examinar diariamente o gado destinado ao consumo

publico, quando de sua entrada para o matadouro, a fim de que não fossem abatidos animais doentes ou demasiadamente magros. Contudo, para o descontentamento dos consumidores essa condição nem sempre era satisfeita como é possível verificar no fragmento abaixo:

A alimentação publica em todos os paizes que prezam os *foros de civilizados*, merece do governo os mais sérios e constantes cuidados, por isso que é um dos ramos da hygiene que, quando despresado, produz males irremediáveis. É evidente que uma alimentação má, como a que entre nós se observa, enfraquece a população predispondo-a para as moléstias endêmicas e epidêmicas que infelizmente quase sempre nos perseguem (PACOTILHA, 19/04/1885).

Dessa forma, reclamava-se em nome da civilidade contra o mau estado da alimentação pública em São Luís e para dar uma noção da gravidade desse problema aos leitores o autor da denúncia traça um perfil do matadouro público, em que afirma:

Felizmente para a população, poucas são as pessoas que conhecem o horrível local de que vamos tratar. Sem contar os empregados e interessados no acontecimento, e alguns caixeiros que alli vão para embarcar couros, mui raras vezes um ou outro estrangeiro, ávido de conhecer a origem dos males que sente depois que aqui começou a alimentar-se de bifés, visita o matadouro publico. O que não podemos soffrer a sangue frio, é a falta absoluta de ordem, é o desmazelo, é a porcaria que alli reinam impunemente. O gado é conservado preso em quadrado de muros, calçado e inteiramente descoberto. [...]. Não há preparo algum para a alimentação do gado. A água que lhe fornecem é tão má, devido não só a sua própria qualidade, como principalmente ao estado em que se acham as tinas, que nunca se lavam, que o gado, não obstante alli permanece preso dez, vinte e mais dias, não se serve della (PACOTILHA, 18/04/1885).

Dizer, no entanto, que o mau estado sanitário do Matadouro Público da capital procedia diretamente do pouco ou nenhum cuidado que o governo dispensava a essa causa primordial não parece exato, pois, recorrentes são as notícias de autoridades tentando fazer cumprir as determinações dos códigos e assim garantir melhores condições sanitárias a esse local. A Pacotilha informava na sua edição de 21/09/1889, que pela manhã, o chefe de policia foi ao Mercado Público e ali se encontrando com o presidente da Câmara Municipal, combinaram em determinar ao fiscal respectivo que fossem abolidos nos talhos os machados de que se serviam os magarefes para cortar a carne e partir os ossos, e se empregassem nesse serviço os serrotes, recomendados pelo artigo 24 do Código de Posturas.²⁹

²⁹ O Código de Posturas Municipais de 1893 determinava em seu Art. 24. Os magarefes ou cortadores de carne, nos talhos, trarão sobre a camisa um avental limpo de fazenda branca, que cubra a parte anterior do corpo desde o pescoço até os joelhos; tanto a carne como os ossos serão cortados com instrumento apropriado, do feitio que a Intendência determinar; as balanças forradas de arame ou estanho e suspensas por correntes daquele metal;

Do mesmo modo, no ano seguinte esse periódico anunciava que “A Intendência municipal, com o fim de prestar um grande beneficio á saúde publica e com o interesse de zelar pelos princípios de hygiene, pretende reformar o serviço da matança do gado e neste sentido aceita a discussão a fim de tomar medidas definitivas e completas” (PACOTILHA, 25/02/1890). Assim, a população ficava convidada a discutir sobre as vantagens e desvantagens da continuidade do matadouro no bairro da Madre de Deus, da conveniência ou não de sua transferência para a Vila de Rosário, bem como a estudar os meios necessários para a regular escolha do gado a ser abatido, os cuidados para o transporte e, enfim, fiscalizar tudo que pudesse impedir a conservação da carne.

Essa discussão travada nos jornais é significativa para ilustrar o interesse do poder público com a questão, o que denota muito mais uma incapacidade de fiscalizar e fazer cumprir todas as determinações legais que regulam e disciplinam o comércio de víveres na cidade, do que propriamente um completo descaso com a questão. Houve ainda outras medidas que visavam por um lado, o ordenamento e, conseqüentemente, maior controle desses serviços, e, por outro, impedir a ocorrência das fraudes de pesos e medidas tão comuns à época. Assim, temos:

O aferidor da câmara municipal da capital faz publico que a começar do dia 2 de Janeiro de 1885, das 8 horas da manhã as 4 da tarde terão começo no edifício da câmara os trabalhos de aferição de balanças, pezos e medidas das casas commerciaes, officinas, e outros estabelecimentos. (PACOTILHA, 03/01/1885).

Do mesmo modo, a publicação do Código Sanitário de 1904 trazia escrito em vários de seus artigos a preocupação com a construção e funcionamento de mercados, matadouros e açougues ³⁰, bem como com a venda de todos os gêneros alimentícios mercadejados pelas ruas da cidade.

balcão de pedra de pedra polida, lavada todos os dias; tudo sempre no maior asseio possível. Por qualquer destas faltas pagarão os infractores a multa de dez mil réis e o dobro nas reincidências e tres dias de prisão.

³⁰ Código Sanitário de 1904. Cap. IX. Art. 176. A sala onde se faz o mercado de carne terá o dispositivo seguinte:

- a) O chão e as paredes, até 2m de altura, serão revestidos de ladrilho-mosaico ou azulejo;
- b) As portas terão 3m20, pelo menos, de altura, e 1m30 de largura, as janelas 2m, 20x1m30 e serão de metal e granizadas;
- c) As mesas serão de mármore polido ou vidro e serão sustentadas por suportes de metal;
- d) O cepo será de madeira de lei, bem resistente, perfeitamente cilíndrico, de bases e face perfeitamente lisa de modo a garantir seu completo aceio;
- e) O resto das paredes será pintado a óleo e com tinta de cor clara, bem como o fôrro que será gradeado;

Com relação aos mercados, de acordo com o Código Sanitário de 1904, estes deveriam se destinar à venda exclusiva de gêneros alimentícios, com secções especiais para cada espécie de produto à venda, como carnes verdes, frutas, aves etc., ser amplos, bem iluminados e ter arquitetura simples, de acordo com os fins a que ela se destinasse, e ser toda de ferro ou outro metal apropriado. Além disso, deveriam respeitar os preceitos sanitários no tocante à impermeabilidade do solo, à obrigatoriedade de possuir um pátio central com chafariz munido de grossas torneiras, limpeza diária por lavagem copiosa a jorro largo e sistema de esgoto. Já as exigências quanto aos matadouros, eram de que existisse apenas um por localidade, edificado fora e distante do limite urbano, sempre que possível localizado em ponto elevado da encosta de uma montanha, com presença de veterinário, e ter todas as dependências e utensílios lavados diariamente após o serviço.

Assim, do que se depreende da documentação, havia mercados e açougues na cidade para a comercialização de carnes e outros gêneros de consumo. Esse fato permite concluir que o trabalho de quitandeiros, vendedores de tabuleiro e pregoeiros pelas ruas, se dava mais em razão de estratégias para realizarem melhor seus trabalhos do que propriamente pela falta de espaços destinados a esse tipo de atividade. A prática desses trabalhadores de rua, não obstante, resultou por vezes em conflito de interesses que envolvia os mais distintos segmentos sociais, como é possível inferir da leitura do fragmento a seguir no qual barraqueiros questionam o direito de uso da Praça dos Remédios como local de mercância.

A quem pertence essa praça? A província, a Câmara ou a Irmandade de N. S. dos Remédios?

Pode alguém n'ella edificar ou fincar páos sem licença da Câmara?

Alguém tem direito em mandar demolir barracas quando os edificadores estejam movidos de respectiva licença dada pela municipalidade?

Pode a Irmandade armar barracas ou fincar páos sem licença da Câmara? Se não pode como é que se julga proprietária d'essa praça para querer alugar terrenos.

Responda a Câmara Municipal para evitar contendas com Os barraqueiros (PACOTILHA, 05/03/1887).

Mas se cotidianamente havia contenda entre os barraqueiros e as autoridades municipais quanto ao direito de uso dos logradouros públicos como locais de mercância, o mesmo não se observava por ocasião das festas cívicas ou religiosas; pois esses mesmos

-
- f) Os travessões e os ganchos serão de metal e sempre sustentados por suporte do mesmo material, quando mantiverem-se presos as paredes;
 - g) Em hipótese alguma a sala de um açougue se comunicará com qualquer aposento que se continue na mesma edificação, salvo os depósitos de carne a conservar-se que terá todo o dispositivo que o próprio açougue, ao qual neste caso se aplicara aquela interdição.

trabalhadores, que ordinariamente eram tão mal vistos pela “boa sociedade”, tinham lugar cativo nos eventos que animavam a sociedade ludovicense, armando suas barracas nos largos das festas ou transitando com liberdade por entre os convivas com seus tabuleiros de produtos variados.

Em relação às festas religiosas de São Luís nas quais os vendedores se faziam presentes, a mais famosa e também a mais concorrida era a de Nossa Senhora dos Remédios, que ocorria no largo dos Remédios, e sobre a qual temos relatos em verso e prosa. Nessa ocasião se aproveitava para festejar, como seria natural, mas também para lucrar, e aí entram em cena os vendedores, sobretudo as vendedoras de doces e quitutes. Mas vamos primeiro à festa:

O povo, sem distinção de classe e condições, aflui logo ao anoitecer de todos os pontos da cidade, e ocupa promiscuamente o Largo dos Remédios, uns de pé, outros sentados em bancos e cadeiras, uns parados, outros passeando, aqueles fumando, estes devorando doces, estes outros simplesmente conversando, e alguns até engolfados em silenciosa e gozosa meditação. Cada um vestido segundo o seu capricho. E a todos a lua ilumina, o vento refresca, e a poeira incomoda sofrivelmente. Reina por toda parte o prazer e a cordialidade, e é quase geral a efusão dos bons sentimentos (LISBOA, 1992, p. 30).

E para alimentar todo esse povo, relata Lisboa (1992, p. 31), “uma extensa fila de doceiros circula o largo em todas as suas direções, sentadas em cadeiras, costas ao mar, a face para a multidão, e adiante de si, sobre pequenas bancas, os tabuleiros atestados de doces de toda a espécie”.

Sob a forma de versos, Lourenço Gomes Furtado, personagem de Euclides Farias, informa a seu compadre Tiburcio, no interior, os acontecimentos da capital; assim, entre as muitas coisas que ele assiste na cidade e dá testemunho ao compadre Tibúrcio, está a Festa dos Remédios, que é retratada com entusiasmo:

Fui à festa dos Remédios;
Ah! Compadre, que folia!...
Que luxo e tafularia!
Nunca vi cousa tão bella!
Tudo era luz na capella,
Luz de gaz, não de candeias,
cortinas com franjas d'ouro,
preparos d'um tal areias.
(FARIAS, 1907, p. 6).

Mas, voltando aos vendedores que se faziam presentes no Largo dos Remédios nessa ocasião, percebe-se a partir do relato de João Lisboa, uma mudança quanto aos produtos oferecidos nos seus tabuleiros, pois nestes já não se encontravam apenas produtos típicos da terra como nos anos anteriores, agora, se sobressaíam as novidades de gosto europeu, o que refletia em termos gastronômicos os desejos de civilidade da sociedade que ansiava por “substituir costumes locais por estilos franceses de mais ‘moderno sabor’” (FREYRE, 2004, p. 69). Assim, nos relata Lisboa (1992, p. 30):

Dantes se improvisavam no largo doze ou mais barracas, com toldos de lona, em que os amigos da alimentação suculenta e abundante iam abarrotar-se de costelas, lombos de porco, tortas de camarão, escabeches, guisados de peixe, e outras comidas desta feição; *este ano, no largo, só deparamos com uma barraca triste e solitária. Há mais outra, a do Sr. Valença, a qual de envergonhada, foi encantoar-se lá para os fundos da igreja. A nossa progressiva e refinada civilização vai banindo esses focos de indigestões e borracheiras, e não sofre mais do que doces leves e delicados, as queijadas, os bolinhos de amor, os pães-de-ló de macaxeira, canudinhos, capelinhas, rebuçados, melindres, e suspiros, a que todo o mundo se atira, e que todo o mundo apenas rega com água pura do Apicum, salvas sempre as honrosas exceções dos fiéis cultores da antiga lei, que continuam a concorrer às solitárias e envergonhadas barracas.* (Grifei).

Igualmente temos na obra de Nascimento Moraes (2000) relato acerca do livre trânsito de vendedores de comidas e bebidas pelo centro da cidade durante as festividades; em *Vencidos e Degenerados*, esse autor narra a festa cívica que se deu no Teatro São Luiz,³¹ em comemoração ao primeiro aniversário da República, onde se fez presente grande número de trabalhadores em frente ao teatro, bem como nas esquinas e ruas próximas, sem serem incomodados por qualquer agente da força pública.

O movimento era enorme, da Rua da Cruz até à Praça João Lisboa. O botequim da esquina defronte do teatro estava animado; e as vendedeiras de doces tinham enfileirado as bandejas do lado da Travessa; seguiam-se-lhe alguns vendedores de gasosas. Outras vendedeiras, sem lugar na Travessa, colocaram-se nas esquinas da Rua do Sol, ao lado oposto do teatro (MORAES, 2000, p. 277).

Dessa forma, é possível intuir que durante os eventos cívicos e religiosos se estabelecia uma espécie de licença social, que se traduzia numa trégua oferecida pelo poder público para que esses trabalhadores pudessem mercadejar seus produtos por lugares e em horários, que normalmente eram proibidos, sem serem enquadrados nas penalidades determinadas pelas leis da municipalidade.

³¹ Teatro São Luiz era o nome do atual Teatro Artur Azevedo, principal teatro da Capital.

No que se refere aos doces oferecidos na cidade e às doceiras que ordinariamente trabalhavam pelas ruas de São Luis, Vieira Filho (1971, p. 109) nos deixou este interessante relato:

As doceiras!... Elas ainda estão bem nítidas, desenhadas por inteiro em minha memória, sentadas, nos fins de tarde suaves da ilha, no canto do Odeon e do Olímpia, na esquina de São João, no canto da fabril, no largo dos Quartéis, na Praia Grande, no canto da Viração, todas vestidas com apuro e imaculada pureza, sorridentes, os tabuleiros guardados dos malefícios por folhas de pião roxo e arruda, dissimulados por debaixo da límpida toalha, rescendendo cheiro gostoso e inçados todos de imensa variedade de gulodices, destacando-se o não-me-toques, delicado como o cronista da “Leitura Ilustrada”; tão frágil e catitas que pegando de mau jeito logo se esfarinhava todo nas mãos, as cocadas, os corações, jacarés e jurarás de massa de trigo e côco, doces-de-espécie assim chamados, os canudos de baba-de-moça, os alfenias e alféloas, as amêndoas, o sisudo e indigesto bolo inglês, que sei eu.

Assim, se a “progressiva e refinada civilização”, nas palavras de João Lisboa, pretendeu acabar com o que considerava “focos de indigestões e borracheiras”, não conseguiu, contudo, haja vista que como é dado constatar houve sempre “fiéis cultores da antiga lei”, ou seja, consumidores que se deliciavam com os produtos tradicionalmente oferecidos pelos vendedores de tabuleiros. Dessa maneira, esse tipo de atividade superou o século XIX, continuou se realizando durante todo o século XX e chegou aos dias atuais.

4.2 Do mercadejar “desde o princípio do dia até à hora da corrida da sineta da cadeia”

Sobre os produtos diariamente mercadejados pelas ruas da cidade, pode-se afirmar que não se limitavam aos gêneros alimentícios, mas compreendiam um leque bastante amplo de opções oferecidas por vendedores e trabalhadores ambulantes de modo geral. Outro ponto importante é que a *rua* era um espaço privilegiado para esses trabalhadores ameaharem a sua sobrevivência não só material, mas também social, isso se se levar em consideração as teias de sociabilidade que costuravam nos lugares por onde passavam com seus tabuleiros e artefatos.

A *rua* funcionaria como “cadinhos do empirismo popular” (PERROT, 1988, p. 203), ou seja, seria para eles muito mais que um lugar onde se mercadejava; era também um centro de encontro onde se trocavam as novidades, receitas, remédios, e informações de todos

os tipos que acabavam por reforçar os laços de solidariedade entre eles. Do mesmo modo, era lugar de conflito com a ordem ou entre os próprios trabalhadores como sugere o relato de Moraes (2000, p. 54) “na Praça do Comércio estacionam carroças, e os carroceiros sentados debaixo das árvores, trocam indiretas, palavrões, debiques, ou bebem da cana-capim muito ordinária e barata que se vende na taverna do Manuel Francisco, na esquina da praça com a Rua do Trapiche.”

Assim, se a reunião dos *trabalhadores de rua* nas praças e demais logradouros públicos, podia ser ocasião de fortalecimento das relações sociais de amizade e companheirismo, igualmente, podia, com o consumo de “bebidas espirituosas” ser momento de vivência de formas de sociabilidades consideradas atentatórias à moralidade pública, como vimos anteriormente na denúncia de bebedeira pública contra os pescadores que vendiam seu pescado na rua de Sant’Iago, no centro da cidade.

Em páginas da literatura local é possível verificar o aspecto coletivo que caracterizava algumas das formas de trabalho consideradas neste estudo, a exemplo das *praeiras*. Nesse sentido, Pinto (1924, p. 61) registra que “Na quitanda do Antonio Rato, ao beco do Machado, á porta, um homenzinho eptilectico [...] dirigia pilhérias ás praeiras que passavam de *taboleiro* á cabeça, atarefadas, gritando *peixe fresco*, pros lados da rua da Saavedra”.

As *praeiras*, também denominadas de *peixeiras*, como sugere o relato, eram mulheres que desciam até as praias da capital para comprar peixe fresco para à noite oferecê-los como peixe-frito acompanhado normalmente pelo arroz de cuxá. A lanterna vermelha colocada no alto da porta da casa era um sinal inconfundível. Essa lanterna indicativa dos pontos de venda de comida à noite constava de uma vela acesa no centro de um castiçal, envolto em papel celofane de cor vermelha.

Aluizio Azevedo não apenas observou o caráter coletivo do trabalho das *praeiras*, como descreveu com riqueza de detalhes o movimento dessas mulheres que diariamente desciam até as praias da capital para comprar peixe. Dentre outros fatores, esse escritor destacou o aspecto da negritude que caracterizava a maioria dessas trabalhadoras. Embora o relato de Azevedo (2002) se refira ao período de vigência da escravidão, acredito que dificilmente o cenário fosse muito diferente no pós-Abolição. Quanto às *praeiras* e seu movimento, assim descreveu aquele autor:

[...] Da Praia de Santo Antonio enchiam toda a cidade os sons invariáveis e monótonos de uma buzina, anunciando que os pescadores chegavam do mar; para lá convergiam, apressadas e cheias de interesse, as peixeiras, quase todas negras, muito gordas, o tabuleiro na cabeça, rebolando os grossos quadris trêmulos e as tetas opulentas (AZEVEDO, 2002, p. 20).

Essa atividade bastante comum no período compreendia o trabalho de homens e mulheres. Mas se as mulheres compravam peixe fresco para mais tarde oferecê-los fritos com arroz-de-cuxá, os homens, diferentemente, os (re)vendiam pelas ruas da cidade como “peixes sobre água”. Do que se depreende da documentação, os *peixeiros* podiam ser os próprios pescadores que saíam pelas ruas vendendo seu pescado, e nessa ocasião recebiam tal denominação dos moradores; ou, terceiros, que adquiriam o produto dos pescadores para revendê-los à população. Numa cidade em que a população frequentemente sofria com as crises de fornecimento de carne, principalmente de gado bovino, os *peixeiros* representavam uma importante fonte de abastecimento de víveres aos moradores.

Figuras de relevo no quadro dos *trabalhadores de rua*, as *vendedeiras* ofereciam os mais variados produtos à população, com elas era possível encontrar de quase tudo, mas de modo geral se sobressaíam os doces, frutas e legumes. Sobre os sujeitos responsáveis por esse comércio as fontes se referem preponderantemente no feminino, por ser uma atividade exercida em sua maioria por mulheres. Mas também são encontrados vendedores oferecendo seus produtos pelas ruas da cidade, como explorarei melhor no último capítulo.

Os diversos gêneros oferecidos por esses trabalhadores eram vendidos em tabuleiros, carroças ou em pequenas quitandas armadas nas esquinas e praças da cidade. Sobre a atividade das *vendedeiras* temos em *O mulato* o seguinte relato:

A Praça da Alegria apresentava um ar fúnebre. [...]; doutro lado da praça, uma preta velha, vergada por imenso tabuleiro de madeira, sujo, seboso, cheio de sangue e coberto por uma nuvem de moscas, apregoava em tom muito arrastado e melancólico: “Fígado, rins e coração!”. Era uma vendedeira de fatos de boi (AZEVEDO, 2002, p. 19).

Além de produtos como doces, frutas, legumes e vísceras, as *vendedeiras* trabalhavam ainda com tecidos, flores, aves, raízes e caças, entre outras mercadorias.

Abaixo temos fotografia de Christiano Jr na qual está retratada uma vendedora de tabuleiro, mulher negra, aparentemente de meia idade, vestida com longo vestido branco, tipo *baiana*, pulseiras nos braços e turbante na cabeça. O registro foi realizado enquanto ela

arrumava as frutas de seu tabuleiro, entre elas destacam-se bananas e abacaxis. Percebe-se, ainda, a simplicidade do engenho, digo, do tabuleiro, formado por uma tábua de madeira com suporte do mesmo material.



Figura 7 - Sem título

Fonte: LISSOVSKY; AZEVEDO, 1988.

Temos nessa fotografia a representação do que seria uma típica vendedora de tabuleiro, na qual estão retratados alguns dos elementos comuns a essa forma de trabalho, como a rusticidade do tabuleiro, normalmente construído de madeira e sem cobertura fixa que protegesse do sol ou da chuva; as frutas, oferecidas por essas trabalhadoras, bem como, a figura de uma mulher negra. Provavelmente havia mulheres mestiças e, mesmo, brancas que trabalhavam nessa atividade, mas as negras se sobressaíam nesse mister.

No tocante aos *pregoeiros*, estes eram de modo geral vendedores que se caracterizavam pela forma peculiar de vender que consistia em sair pelas ruas “gritando” seus produtos; “ao longe para as bandas de São Pantaleão, ouvia-se apregoar: Arroz de Veneza! Mangas! Macajubas!” (AZEVEDO, 2002, p. 20). Essa forma de comercializar não era exclusiva de São Luís, mas comum a todo o Brasil dos últimos decênios do Império e dos primeiros da República. De acordo com Gilberto Freyre (2004, p. 298), raros eram os vendedores de rua que não apregoavam os seus produtos, pois como afirma: “[...] eles se anunciavam, quando não por matracas, por seus pregões. Cantavam quase todos pelas ruas os

seus pregões como se repetissem cantos de um ritual vindo de um passado irreduzível: sempre presente”.

Na forma de litania ou de outra qualquer, esses trabalhadores “cantavam” os seus produtos por toda a cidade. De acordo com Serra (1965, p. 192) “os pregões de rua constituíam uma nota típica de São Luís. Havia toda uma classe de vendedores, que apregoavam a mercadoria pela cidade, cada qual mais afinado na sua toada de estranhos ritmos populares”.

Esse canto, porém, pelas determinações das posturas municipais ficava proibido, uma vez que a ninguém era permitido fazer vozerias e alaridos nas ruas a não ser por motivo indeclinável ou para chamar socorro, de tal forma que aqueles pegos incorrendo nessa transgressão deveriam ser punidos com o mesmo rigor que cabia aos acusados de injúrias, cartomancias ou cura por meios de imposturas.

Entretanto, como tenho procurado demonstrar ao longo do trabalho, as determinações dos Códigos de Posturas foram na maioria das vezes descumpridas. Dessa forma, se o Código proibia fazer alarido no espaço público, não conseguia, contudo, impedir que *trabalhadores de rua* como os *aguadeiros*, apregoassem o seu produto: “Assim foi descendo devagar a Rua de São João, de volta ao Largo de Santiago, até que o pregão de um vendedor de água fresca fê-lo voltar à sua condição de professor de latim” (MONTELLO, 1985, p.308).

De fato, como assegura Gilberto Freyre (2004), a maioria dos *trabalhadores de rua* anunciava com pregões os seus produtos. Mas, além dos *pregoeiros* que circulavam pela cidade haviam aqueles trabalhadores que armavam seu tabuleiro ou quitanda, ou simplesmente, assentavam uma pedra de amolar em uma esquina ou praça, e ficavam aguardando seus clientes. Nesse sentido, temos na obra de Montello interessante relato que nos possibilita uma maior aproximação do universo social desses *trabalhadores de rua*:

[...] O Alonso Maneta transferiu para a esquina da Rua da Tapada com a rua das Hortas o seu *tabuleiro de frutas sortidas*, enquanto o Serafim Olho Grande ocupava a esquina da Rua da Independência, na outra ponta, com sua *pedra de amolar tesouras, navalhas e facas*. [...] De noite, o Quirino Gordo revezava com o Mundico Arrelia, defronte de um *tabuleiro de pamonhas* (MONTELLO, 1985, p. 308) Grifei.

A vida cotidiana da cidade estava tão fortemente marcada pelo compasso dos afazeres desses trabalhadores, que seu movimento logo cedo servia como anúncio de um novo

dia aos moradores: “Rumores surdos de passos nas calçadas, conversas, abrimento de portas de quitandas, mercearias; gritos de padeiros, de leiteiros, rangidos de cestas de vime baqueando sobre os passeios, rodar de carroças, anunciavam o dia” (PINTO, 1924, p. 42). O movimento de parte desses trabalhadores se dava principalmente em direção ao porto e às praias da capital, seja para se envolver nas atividades de pescaria e comércio do pescado, seja, buscando ganhar a vida como carregadores das cargas dos navios e barcos que aportavam em São Luís.

Carroceiros e pescadores, ferreiros, trabalhadores de estiva, subiam àquela hora descansadamente o beco infecto, de volta do trabalho, trazendo uns, dependurados dos dedos, cambadas de gabiru e cangatan, e outros, latas vazias, em que depositavam a merenda para matar a fome, nas horas de descanso do trabalho penoso, a bordo das alvarengas e chatas, que faziam a desculpa dos vapores ancorados no porto (PINTO, 1924, p. 61).

Em seu estudo sobre o operariado feminino em São Luís de fins do XIX, Correia destaca o caso de algumas mulheres que saíam de suas casas na madrugada, ainda noite cerrada, para apregoar seus produtos pelas ruas; segundo essa autora “toma-se conhecimento de ‘Maria apregoando os seus jornais à rua Grande’, e das muitas outras Marias que ‘no mês das chuvas e do milho verde’, vão pela noite de ‘alguidares na cabeça e saia arregaçada, oferecendo, pamonha, pamonha, tá quentinha!’” (CORREIA, 2006, p. 61).

Como é dado observar, temos, ordinariamente, mulheres oferecendo produtos variados pelas ruas da cidade; com relação a essas mulheres *vendedeiras*, muitos são os relatos, históricos e literários, em que são retratados os tipos sociais e os produtos mercadejados. Em sua crônica da cidade, Moraes descreve várias cenas em que figuram como protagonistas os *trabalhadores de rua*, que se apropriavam dos cantos e recantos, oferecendo aos fregueses produtos e serviços variados, dos quais se destacavam a venda de comida feita.

[...]. E foi seguindo até à esquina da rua com o beco que vai ter à Rampa Campos Melo. [...] bem defronte, na calçada oposta, uma mulata velha vendia doces a caixeiros e populares que passavam; mais adiante uma preta vendia comida feita, arroz-de-toucinho e feijão a duzentos réis o prato (MORAES, 2000, p. 58).

Como procurei explorar anteriormente no item, *O mercado de víveres na cidade de São Luís*, nas ocasiões de festas públicas os *trabalhadores de rua*, especialmente os vendedores de bebidas e comidas, tomavam conta das ruas e praças com seus produtos e artefatos. Contudo, não era somente nos tradicionais festejos de Nossa Senhora dos Remédios

e de Santa Severa que eles compareciam, mas em todo evento popular, especialmente no carnaval, quando havia grande ajuntamento de pessoas. Assim, é possível encontrar na obra *Dr. Bruxelas & Cia* o seguinte relato:

Era um domingo de carnaval, desses domingos que tem um mixto de alegria e de algazarra. Viam-se na rua gente de todas as espécies: *aqui era uma mulher com um taboleiro de doce, adiante uma vendedora de pastéis e filhoses, discutindo com um moleque que a queria enganar; ali soldados de policia com embrulhos de peixe seco e maços de verdura e diamb.* (PINTO, 1924, p. 61). Grifei.

Quanto aos produtos oferecidos, especialmente no que se referem aos hortifrutigranjeiros, estes vinham em sua maioria da zona rural do município e do interior da ilha. Sobre o abastecimento da cidade por gêneros cultivados no entorno rural, temos diferentes evidências a exemplo de notas de jornais, relatos literários e fotografias da época.

Dessa forma, encontra-se em Azevedo (2002, p. 121):

E vinham do campo para o mercado da cidade enormes tabuleiros de hortaliças, gotejantes da última rega, e pirâmides de ramalhetinhos de vintém, para se vender às mulatas; e cofos de frutas, que espalhavam no ar um perfume desengojativo; e matutos traziam, dependuradas de um pau sobre o ombro, as pacas e as cutias, caçadas no mato; e os carros da roça passavam gemendo, com as suas linsansas rodas inteiriças; e os caboclos, seguidos pelas mulheres e pelo bandão dos filhos, num passo sacudido e ligeiro, chegavam da Vila do Paço e de São José de Ribamar, muito carregados, depois de engolir léguas e léguas a pé descalço, para vir vender à boca do Caminho Grande o seu peixe, pescado e mosqueado na véspera, os seus beijus fresquinhos, o azeite de gergelim, a massa de água, a macaxeira e os bolos de mandioca.

Nesse relato temos um verdadeiro inventário dos produtos que vinham do campo para a cidade, no qual constam tabuleiros de hortaliças, cofos de frutas, caças, peixes, azeite, bolo de mandioca, entre outros. Na descrição minuciosa que aquele autor realiza, ele não apenas destaca a grande variedade de mercadorias, como salienta também as diferentes formas que os moradores desses lugares possuíam para vencer a distância e as péssimas condições do caminho de acesso a São Luís. Em “carros da roça”, lombos de animais ou em costas humanas, pelo Caminho Grande,³² vinham do interior da ilha, especialmente da Vila do Paço³³ e de São José de Ribamar, carregamentos de frutas, aves, caças, peixes, farinha e

³² De acordo com Marques (1870), Caminho Grande era a estrada até a Vila do Paço. Único transito por onde a capital se comunicava com várias localidades da ilha de São Luís.

³³ A Vila do Paço corresponde ao atual município de Paço do Lumiar, que juntamente com os municípios de São Luís, São José de Ribamar e Raposa, constituem a ilha do Maranhão.

legumes, bem como indivíduos que a pé percorriam grandes distâncias com cofos de palha ao ombro para ir vender seus produtos na cidade.

Assim, o trabalhador “de volta da cidade” que aparece na fotografia publicada na Revista do Norte em inícios do século XX, pode ser tomado como ilustrativo do elo entre esses dois espaços. De aspecto simples, pés descalços e corpo franzino sobre o qual apóia o cofo, que provavelmente volta abastecido de gêneros da cidade, esse trabalhador certamente realizou alguma atividade importante para o funcionamento da cidade “civilizada”, que, não obstante faz questão de mantê-lo distante.



Figura 8 - De volta da cidade

Fonte: A Revista do Norte 1903.

O registro fotográfico desse trabalhador, provavelmente morador dos arrabaldes da cidade, no momento de sua volta pra casa, é bastante significativo para ilustrar esse entrelaçamento de dois mundos, ou seja, um rural e “pobre”, e outro, urbano e “civilizado”. Todavia, é interessante observar que esses dois universos sociais estão intrinsecamente relacionados, e que a proposta de uma divisão rural/urbano não dá conta da complexidade desse momento histórico, haja vista que era comum em pleno centro urbano práticas sociais próprias do mundo rural, como criar animais soltos na rua, por exemplo.

Talvez porque o jornalismo seguisse a orientação geral da sociedade da época, não foi localizado nenhum artigo no qual fosse discutida a importância desses trabalhadores para o abastecimento da cidade com produtos do interior.

Na nota abaixo, embora a denúncia se refira ao mau procedimento de dois praças de polícia, encontra-se um vendedor de hortaliças, morador dos arrabaldes da cidade, detido pelos policiais na altura do bairro do João Paulo, quando voltava para casa depois de um dia de trabalho.

Hontem, cerca de 11 horas da noite, na altura de João Paulo, quando um *pobre preto velho se recolhia da cidade onde tinha vindo vender hortaliça*, trazendo os cofos apenas com pedaços de canna, foi detido por duas praças de polícia, que depois de lhe pedirem da canna, que lhes foi dada, uma tirou do velho a faca que levava no coz das calças, retirando-se com ella. A instancias do seu camarada que o aconselhava entregasse a faca ao pobre homem, respondia: preciso della para descascar a canna. Quando já em distancia o camarada se lhe aproximava, seguido do velho, gritou: não traz cá esse negro senão mato-o. Resolveu por fim entregal-a talvez porque o camarada lhe dissesse que alguém era testemunha do facto (DIÁRIO DO MARANHÃO, 23/06/1888). Grifei.

Em outra nota jornalística em que se denuncia a peraltice dos *moleques*³⁴ da cidade, podemos perceber de forma indiciária o trabalho de vendedores de tabuleiros no Largo dos Remédios:

Pedimos, rogamos, aos soldados que patrulhão o largo dos Remédios, o favor de moderar o desregramento de um bando de moleques que correm por alli, *derribando tabuleiros de doce*, empurrando quem encontram pela frente, dizendo immoralidades, - praticando toda a sorte de diabruras (PACOTILHA, 12/09/1883, grifei).

Acerca dos trabalhadores que mercadejavam no centro de São Luís nesse período, encontramos em *Os tambores de São Luís*, a personagem Genoveva Pia, ex-escrava, que trabalhava vendendo cocadas em seu tabuleiro fixado rente ao muro da Igreja da Sé, e que nos é apresentada da seguinte forma:

Para dar a sua aula matutina, todos os dias, no Convento de Santo Antonio, o Padre Tracajá podia escolher vários itinerários. Ele, entretanto, desde que ali entrara, para ensinar português e história sagrada no Seminário, insistia no mesmo caminho, que poderia percorrer de olhos fechados: contornava a calçada da Sé, provia-se de cocadas no tabuleiro da Genoveva Pia, descia a ladeira da Rua dos Afogados, tomava adiante a Rua de São João, e não tardava a chegar ao Largo de Santo Antonio (MONTELLO, 1985, p. 165).

³⁴ No que se refere aos *moleques*, há muitas notas nas páginas da imprensa local, assim como alguns relatos literários, a exemplo daquele encontrado em MORAES (2000, p.152): “O moleque é uma instituição nesta terra. O moleque faz festas e desmancha prazeres. Apupa o transeunte, populariza-o, dando-lhe alcunhas ridículas, ataca com valentia as cenas grotescas de nossa sociedade, em toda parte ele está com os seus inúmeros recursos, nota à vista do escândalo promovendo a palhaçada”.

Essa personagem nos permite realizar algumas inferências sobre a condição social desses trabalhadores, bem como de alguns aspectos dessas formas de trabalho. Sabendo-se que a ideologia da escravidão criou uma forte repulsa aos trabalhos manuais, provavelmente somente os pobres se sujeitariam a essas atividades, que implicavam muitas vezes no perambular pelas ruas debaixo de sol e chuva. Outro ponto a ser ressaltado, se refere ao tempo de exercício dessas atividades, pois somos levados a crer que as mesmas fossem temporárias, mas, se tomarmos a personagem de Montello como ilustrativa desse contexto, é possível concluir que as mesmas podiam durar longo tempo ou, quem sabe, uma vida inteira.

Vários amigos teimavam com ela para que se transferisse para um desses dois pontos, um na zona do comércio, outro no começo do Cais da Sagração. Genoveva Pia mostrava as gengivas vermelhas, pregueando os cantos da boca no sorriso espalhado, prometia que sim, ia pensar na sugestão, e *o certo é que já fazia mais de vinte anos que, todos os dias, com exceção dos sábados e domingos, armava na mesma esquina, rente ao muro do quintal da Sé, os dois suportes de madeira lustrada, sobre os quais descansava o velho tabuleiro, com os doces ainda quentes* (MONTELLO, 1985, p. 237, grifei).

Em outro momento dessa obra encontramos a passagem em que Damião “ao passar pela velha Bembém, que ia tratando de pendurar, do lado de fora da porta, a lanterna vermelha de sua quitanda de peixe frito e pamonha, deu-lhe boa-noite” (PINTO, 1924, p. 452). Esse fragmento nos permite inferir que esse tipo de negócio, a venda de comida e quitutes, era realizado não apenas pelos *trabalhadores de rua*, pelas esquinas e praças, mas também pelos moradores na porta de suas próprias residências. Nesse sentido, pode ser lido na obra *Dr. Bruxelas & Cia.*

Na antiga rua do poço, escavada e suja, entre montões de areia amarela, varrida pelos ventos vindos dos lados da praia deserta, levantando poeira em redemoinhos, àquela hora, fervilhava uma porção de *carroceiros e pescadores*, que voltava do trabalho [...] *no fim da rua uma lanterna encarnada numa portinha, anunciava “Peixe frito e arroz de cuxá”, que uma mulata quarentona, Nhá Cesária Canela, expunha todas as noites à venda* (PINTO, 1924, p. 35, grifei).

Igualmente recorrentes eram os anúncios publicados diariamente nos jornais em que se alugava trabalhadores livres para realizar pequenos serviços, “João Bernardo d’Almeida, á rua da Manga, precisa de uma alugada que seja de bons costumes”, (DIÁRIO DO MARANHÃO, 30/03/1889) ou ainda: “Vendedeira: precisa-se de uma para vender fructas. Paga-se bem agradando. Trata-se na rua de Sant’Anna, sobrado de azulejo n. 56”

(DIÁRIO DO MARANHÃO, 13/02/1890). Do que se depreende da leitura desses anúncios, havia moradores que viviam da exploração do *trabalho de rua*, alugando pessoas para mercadejar produtos pela cidade. Essa questão do aluguel de trabalhadores será melhor analisada no próximo capítulo. Por ora, o importante é pensar que diariamente circulavam pelas ruas da capital, homens e mulheres, são pregoeiros, pescadores, peixeiros, hortaleiros, verdureiros, quitandeiros, vendedores de tabuleiros, entre outros. Trabalhando para si ou por jornada - como alugado de outrem - eram esses sujeitos pobres, analfabetos, ex-escravos, que mercadejavam peixes, frutas, doces e iguarias pelas ruas da cidade.

4.3 Das infrações aos Códigos de Posturas Municipais e dos conflitos com a ordem

Nessa sociedade onde se forjava uma nova ordem, pautada nos ideais de civilidade e progresso, cujos padrões distantes estavam de grande parcela da população, composta em sua maioria de analfabetos e ex-escravos, os *trabalhadores de rua* foram apontados nos jornais como contumazes agentes de desordem e sujeira do espaço público. Nesse sentido, a criação dos códigos de posturas municipais significou uma tentativa de disciplinar a relação tensa entre os diferentes *ritmos de viver* – a expressão é de Gilberto Freyre – que se verificava em São Luís nesse momento de passagem de século.

Segundo Freshe (2005, p. 155):

As reclamações mais ou menos explícitas contra antigas atividades sociais, como a criação de animais pelas ruas, o comércio ambulante e os tradicionais rituais festivos, permitem reconhecer dois alvos primordiais: por um lado, a população pouco “civilizada”; por outro, a crítica direciona-se aos mais diversos representantes do poder público, que, convive com a barbárie da população, primaria por não garantir uma determinada infra-estrutura fundamental a uma cidade que se pretende ‘civilizada’.

Essa autora se refere às transformações por que passou a cidade de São Paulo de fins do Império, mas sua assertiva é importante para se pensar o movimento semelhante por que passou a cidade de São Luís no mesmo período. Nesse contexto de anúncio de uma nova ordem social, se fazia necessário superar as “resistências teimosas das tradições”, nas palavras de Certeau (1994), como a criação de animais nas ruas, o comércio ambulante e os tradicionais rituais festivos. Quanto a estes, muitas são as reclamações contra os seus adeptos, especialmente quando se referem à prática de rituais afros. Com o objetivo de acabar com tais

bailes a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão fez publicar a seguinte circular:

O Exm. Sr. Dr. Chefe de Segurança sciente dos abusos e escândalos a que dão lugar alguns divertimentos populares, até hoje tolerados, principalmente os *Bailes nagôs* em que as práticas da religião e da medicina charlatã, adaptadas ao rito selvagem, servem de pretexto à immoralidade a mais torpe e são uma escola infame de vícios que uma sociedade *civilisada* não pode tolerar, manda comunicar às auctoridades de segurança e a todos os habitantes deste Estado, para os fins convenientes, que resolveu prohibir terminantemente taes divertimentos bem como todos aquelles que, por seu character espalhafatoso, perturbem o socego publico, quando, consequentemente, de nenhum effeito todas as licenças concedidas para similhante fim (DIARIO DO MARANHÃO, 10/12/1889).

Observa-se nessa nota oficial que mais uma vez é acionado o discurso da civilidade como justificativa para a medida ora implementada visando o ordenamento social. Nesse sentido, era importante corrigir também o problema da criação de animais pelas ruas, pois, recorrentes são as denúncias dos moradores, sobretudo, contra aqueles que representavam um perigo maior à segurança das pessoas, a exemplo do gado bovino:

Á 1 ½ hora da tarde de hontem, na rua de Sant'Anna achava-se parada uma immensa boiada, que impedia o transitio publico. Quem escreve estas linhas raspou um susto enorme ao passar, por força da necessidade por entre as pontas compridas, delgadas e sobretudo perigosas da boiada. Não nos dirigimos mais á câmara municipal; é perder tempo. Pedimos ao sr. Alexandre Sodré, dono d'aquelles bois, que tenha pena da gente e não solte seu gado assim pela cidade (PACOTILHA, 11/09/1881).

Esse tipo de flagrante implicava uma contravenção às determinações das posturas municipais do Código de 1893 que trazia a proibição, sob pena de ter que pagar multa de 20.000 réis e perder os animais, criar e conservar gado bovino, lanígeros ou porcos nos quintais, áreas, pátios, ruas, praças ou logradouros públicos, dentro do perímetro urbano. Entretanto, essa prática se repetia cotidianamente como uma marca característica da cidade naquele período, ou seja, a presença do rural nela.

Essa característica resultava, por vezes, em problemas para os cidadãos, pois eles tanto podiam ser ameaçados por animais soltos nas ruas, quanto ser atropelados por um animal de montaria. Como a implantação do moderno sistema de bondes não implicou a superação definitiva de outros meios de transporte terrestres, era comum à paisagem urbana indivíduos montados em cavalos ou conduzindo carroças pelas ruas, como evidencia a denúncia abaixo:

Os transeuntes vêm-se constantemente atropelados por indivíduos que a rédea solta equipam pelas ruas em cavallos estonteados sem respeito nenhum á tranqüilidade da população, ora pelas carroças mal dirigidas por conductores que sem imputação de espécie alguma acham-se fora da lei e dos limites do código (PACOTILHA, 10/11/1894).

Na tentativa de pôr ordem ao espaço urbano, os códigos traziam também a preocupação com o comércio ambulante, ou seja, procuravam delimitar geograficamente a área de atuação dos *trabalhadores de rua* que circulavam pela cidade. Trabalhando nesse sentido, a Secretaria de Segurança Pública do Estado, através da pessoa de seu secretário, João Baptista de Moraes Rego, mandou tornar público no ano de 1889 a proibição do *pejamento* de qualquer natureza pelos espaços públicos dentro do perímetro urbano. Procurava-se dessa forma evitar que os trabalhadores obstassem com carroças, tabuleiros, cofos e outros apetrechos o livre trânsito dos moradores pelas vias públicas. Assim, segundo o edital da Secretaria de Segurança Pública:

O Exm. sr. dr. Chefe de segurança manda fazer publico para conhecimento de todos aquelles a quem interessar, que é expressamente prohibido, pelo art. 68 do código de posturas da Câmara Municipal, todo o *pejamento* de qualquer natureza, nas ruas, rampas e praças desta cidade, bem como pelo art. 118 do mesmo código transitarem pelos passeios das ruas pessoas carregando volume de qualquer natureza; ficando sujeitos á pena de multa e prisão os infractores dos arts. citados (DIÁRIO DO MARANHÃO, 05/12/1889).

Medidas dessa natureza pretendiam organizar o cotidiano urbano, pois como os *trabalhadores de rua* eram apontados como agentes que contribuía para a desordem da cidade, representando dessa maneira um obstáculo aos avanços do progresso, fazia-se necessário o disciplinamento de suas atividades para evitar maiores transtornos à população.

Do que se depreende da leitura das fontes documentais, esses trabalhadores não apenas eram acusados de obstrução das vias públicas, como também de exercerem seus ofícios em locais e horários proibidos por lei. Outrossim, deporiam contra eles a bebedeira pública e o desacato à autoridade policial. Assim, no ano de 1891 o cabo Valério Ferreira do Nascimento comunicava ao chefe de polícia da capital:

Comunico-vos que pelas 9 horas da noite foi por noça ordem recullhida a esta estação uma mulher de nome Maria por si achar embriagada e ter provocado a sintinella que estava em seu Ponto na frente deste aquartelamento a qual foi pelas 10 e ½ horas da noite transferida para a cadeia publica por tornar-se insopportavel levar comsigo um

tabuleiro que continha doces quinze (15) denheiro mil e trezentos e quarenta reis (1340). Quartel em S. João 2 de Junho de 1891 (PARTES DO DIA, 1891).

Como é possível constatar nesse documento, uma mulher de nome Maria, vendedora de doces em tabuleiro, foi presa sob dupla acusação: primeiro, estaria ela embriagada, o que pelas determinações das leis da municipalidade já seria por si motivo de recolhimento às grades da cadeia pública,³⁵ e segundo, e talvez mais grave, teria provocado o agente policial responsável pela sentinela naquela noite. É interessante observar o horário da prisão, ou seja, as “9 horas da noite” foi recolhida ao Quartel e “pelas 10 e 1/2” foi transferida para a cadeia pública. Isso permite inferir que alguns dos ofícios diariamente exercidos pelas ruas da cidade, a exemplo das *vendedeiras* e vendedores de tabuleiros, não cessavam com o fim do dia, estendendo-se noite adentro.

Entretanto, o movimento de *vendedeiras* como de outros *trabalhadores de rua* era normalmente mais intenso durante o dia quando circulavam por toda a cidade oferecendo seus produtos e serviços, fixos em algum canto ou como volantes, de rua em rua, de porta em porta. As praias e mercados eram também diariamente freqüentados por esses sujeitos, homens e mulheres. Dessa forma, praias e mercados se configuravam também como espaços de contravenção às leis da municipalidade, pois esses trabalhadores que eram tão importantes para o abastecimento da população, eram acusados de, por vezes, se converterem num perigo para os consumidores de seus produtos, haja vista serem flagrados pelos fiscais da municipalidade vendendo produtos adulterados ou estragados.

Em certa ocasião a Pacotilha informava aos seus leitores que “Hoje de manhã umas mulheres apresentaram-se no Mercado para vender uma grande quantidade de peixe em completo estado de putrefação. Como tem havido falta de carne, as *typas* queriam impigir aquella porcaria por bom dinheiro” (PACOTILHA, 12/10/1883). O jornal completava a informação, garantindo que o fiscal fez jogar ao mar, sob o apelo e indignação das vendedoras, todo o pescado apreendido.

Como se pode inferir, havia uma verdadeira luta dos agentes da ordem, policiais ou fiscais sanitários, contra os “usos sociais” de parte desses trabalhadores, que no exercício de suas atividades terminavam por burlar algumas normas de salubridade urbana e implicando em contravenções legais, das quais as páginas jornalísticas davam conta à população.

³⁵ MARANHÃO. 1893. Art. 120. As pessoas que forem encontradas vagando pela cidade embriagadas serão detidas nas estações policiais até que cessem os efeitos da embriaguez, pagando a multa de 10\$000.

Todavia, é preciso relativizar a própria noção de contravenção, pois, em alguns casos como o “businar ensurdecedor” e a “malta de pescadores” flagrados em plena Rua de São Pantaleão, a que me referi no tópico sobre *O mercado de víveres na cidade de São Luís*, podem sob um outro ponto de vista revelar uma estratégia daqueles trabalhadores para obterem melhores resultados em sua atividade, seja utilizando-se de instrumentos sonoros para divulgar seus produtos aos fregueses, seja buscando locais de maior circulação de pessoas, o que em tese aumentariam suas chances de fazer melhores negócios.

Mesmo sendo importantes para o funcionamento da cidade, houve frequentemente reclamações por medidas que pudessem disciplinar as ações desses trabalhadores. Dessa forma, a nota jornalística a seguir dá uma idéia aproximada do julgamento que parte da sociedade fazia deles, pois, como informava a Pacotilha: “Diz nos elle – o repórter – que deve merecer especial atenção das autoridades a praça do Mercado e a praia do Portinho, onde reúne-se gente da pior espécie, que diverte-se em provocar distúrbios e praticar quanta patifaria imaginar se pode” (PACOTILHA, 10/12/1885). Vale ressaltar, que a Praça do Mercado e a Praia do Portinho eram locais de trabalho de pescadores, peixeiros, praieiras entre outros grupos de *trabalhadores de rua*.

O que se depreende da análise das fontes é que os *trabalhadores de rua*, no afã de seus trabalhos, burlavam as leis, ocupavam espaços e se apropriavam da urbe de modo particular. Assim, um dos fatores que explicaria as contravenções desses sujeitos às determinações das posturas municipais seria o fato de que eles não reconheciam os princípios que orientavam aquelas mudanças. Esse fato implicou em conflitos com a ordem que se traduziu em falas pejorativas sobre eles na imprensa. Foram retratados de forma negativa, como agentes de desordens que precisariam ser deslocados para regiões periféricas da cidade, como um meio de se assegurar o asseio e a tranquilidade pública, tão cara a uma cidade que se queria “civilizada”.

5 TRABALHO E RUA: dinâmicas do trabalho no mundo da rua

Gente trabalhando, gente trabalhando, gente trabalhando! – carpinteiros, marceneiros, ferreiros, tanoeiros, sapateiros, alfaiates, pedreiros, lavradores, jardineiros, alambiqueiros, padeiros, barbeiros, pintores, armeiros, açougueiros, carroceiros, cuteleiros, vassoueiros, quitandeiros, vaqueiros, fateiros, muleiros, carregadores, caixeiros, sineiros, ourives, tecelões, paneiros, mineiros, caçadores, boticários, quituteiros, maquinistas, tiradentes, curandeiros, cocheiros, mariscadores, peixeiros, lenhadores, magarefes, porqueiros, verdureiros, seleiros, salineiros, azeiteiros, serralheiros, faxineiros, aguadeiros, taverneiros, amoladores, foguistas, mascates, alfarrabistas, oleiros, impressores, escreventes, acendedores, gravadores, coveiros, almocreves, caseiros, arreeiros, tosadores, capadores, leiteiros, estalajadeiros, moleiros [...].

Viva o povo brasileiro
João Ubaldo Ribeiro.

Neste capítulo a análise está centrada na constituição e dinâmica do mercado de *trabalho de rua* em São Luís no contexto de passagem do século XIX ao XX. Para isso me deterei no estudo dos *anúncios de trabalho* publicados no jornal Diário do Maranhão no período de 1880-1900. Na análise do material compulsado nesse jornal foi possível encontrar significativo número de *anúncios* de formas de trabalho as mais diversas, e a partir deles construir uma *tabela geral de anúncios de trabalho*; as inferências obtidas a partir do estudo dessa tabela servem de base para a discussão realizada neste último capítulo.

Os dados levantados nessa tabela geral permitem concluir que tais ofícios possuíam um mercado bastante amplo, e que através dos anúncios - de oferta e procura -, publicados nos periódicos, ficava registrado a demanda desses misteres, pequenos e, ao mesmo tempo, fundamentais para a dinâmica e funcionamento da sociedade de fins de século XIX. Publicados na última página do periódico, os *anúncios de trabalho* vinham misturados a diversos outros. Em um período em que ainda não havia outras mídias, como televisão e rádio, os jornais se configuravam como o principal espaço de divulgação de produtos e serviços. Assim, em meio a anúncios de remédios como o Elixir Paregórico, muito famoso à época, e selas para montaria de cavalos, encontravam-se os *anúncios de trabalho*.

Desde o seu primeiro número, o Diário do Maranhão já trazia estampado esse tipo de publicidade, em si mesmo um outro produto, vendido pelos proprietários dos jornais àqueles que quisessem divulgar seus serviços e mercadorias e, claro, pudessem pagar pelo respectivo espaço na folha. De acordo, com Jerônimo de Viveiros (1954, p. 365): “O anúncio foi sempre o mais eficiente processo de propaganda comercial”. Esse autor não data o surgimento dos

primeiros anúncios, mas assegura que esse tipo de negócio é mais uma herança da escravidão, ou como afirma: “A necessidade de readquirir uma valiosa mercadoria perdida – o escravo fugido – foi que determinou os mais antigos avisos” (VIVEIROS, 1954, p. 365). Assim, em fins do século XIX essa era uma prática consagrada há tempos.

Com o material dos anúncios catalogados em mãos observei que os *anúncios de trabalho* se referiam a homens e mulheres, crianças e adultos, por vezes, velhos; a trabalhos de ordem pública e privada, de rua e domésticos, especializados e sem especialização, manuais e intelectuais, urbanos e rurais, enfim, a um leque bastante amplo de possibilidades que atendiam provavelmente a todos os setores da sociedade ludovicense de então.

Igualmente conclui que o total dos *anúncios* compreende o período da História brasileira que vai da última década do Império à primeira da República. Esse momento de *transição* compreende nominalmente a passagem da escravidão ao trabalho livre. Assim, era preciso pensá-los como dois momentos que, resguardadas as distinções, estavam intercalados, uma vez que as experiências de trabalho no pós-Abolição estavam fortemente marcadas pela experiência escravista.

A necessidade metodológica de organização dos dados relativos à caracterização nominal das profissões no período estudado não pôde ser realizado sem um esforço por natureza arbitrária (e científica) de agrupamento das denominações diversas, que poderiam ser tomadas como sinônimos, a fim de fornecer uma caracterização ampla e geral que permitisse analisá-los. Mediante essa construção, animada por formas de seleção, classificação e agrupamento, foi possível construir uma tabela geral, de onde se poderia visualizar panorâmica, percentual e anualmente a recorrência dos anúncios referentes às multiplicidades dos trabalhos identificados.

Feito isso, observei que no conjunto elas não desenham uma linha reta e constante, mas apresentam movimentos variados tanto em sentido crescente quanto decrescente, ou seja, no que se refere às formas de trabalho e ao número de anúncios publicados há diferenças de ano para ano. Por exemplo, no ano de 1880 registrou-se 34 ofícios de um total de 921 anúncios, já no ano de 1890, precisamente uma década depois, os ofícios se limitaram a menos da metade, 16 apenas, e foi computado somente 332 anúncios.

A constituição das tabelas das formas de trabalho anunciadas seguiu, de modo geral, a classificação dos títulos dos anúncios. Mas, em alguns casos, foi preciso decidir em qual categoria enquadrá-las, posto que muitos anúncios vinham registrados de forma genérica,

indefinida. É o caso, por exemplo, de *alugada*, que podia ser de aluguel de uma cosinheira, negrinha, vendedeira, ama, etc. Do mesmo modo, a categoria *escravo*, podia englobar diversas outras, tornando difícil a definição na classificação geral. Nesses casos o procedimento consistiu em considerar o ofício anunciado, e não o título do anúncio. Assim, se a publicidade trazia o título *alugada*, mas seu conteúdo se referia ao aluguel de uma *cosinheira*, considereirei como anúncio de *cosinheira*. Dessa forma, agreguei na categoria *alugada*, apenas aqueles anúncios de oferta e procura de trabalho alugado³⁶, em que não está especificado o tipo de ofício oferecido ou requisitado.

Desse modo, a categoria *trabalhadores* seguiu a mesma orientação adotada na classificação de *alugada*, pois, embora todos os anúncios se refiram a formas de trabalho, um número significativo deles não trazia especificado o nome do ofício. Assim, como temos nos exemplos abaixo, quando o anúncio trazia o título *trabalhadores*, mas não identificava o grupo profissional ao qual se dirigia, considereirei como tal.

Trabalhadores

João Henrique Martins precisa-se de trabalhadores para serviço. Quem pretender dirija-se a rua do Trapiche n. 7 (DIÁRIO DO MARANHÃO. 02/09/1892).

Trabalhadores.

Precisa-se de trabalhadores na rua do Poço. Paga-se bem agradando (DIÁRIO DO MARANHÃO. 20/09/1893).

Algumas classificações como *negrinha* e *moleque*, referem-se muito mais a uma faixa etária dos trabalhadores do que propriamente a formas de trabalho específicas, ou seja, denominam geralmente menores de 15 anos que exerciam as mais diferentes funções dentro da cidade.

Moleque

Há um moleque de 13 anos de vida, activo, próprio para qualquer serviço, e que se aluga. A tractar na loja do Claudino (DIÁRIO DO MARANHÃO. 16/05/1880).

³⁶ O trabalho alugado se configura como uma herança da prática escravista de aluguel de trabalhadores escravos; parafraseando Pereira (2001), os *escravos de aluguel* eram aqueles instruídos em algum ofício, para depois serem alugados para terceiros ou para o poder público, neste caso para os trabalhos em obras públicas: construção de canais, iluminação pública, limpeza de praias, praças e fontes.

Negrinha

Precisa-se de uma de 10 a 14 anos que esteja acostumada a andar com criança pequena. A tratar na botica de Abreu Sobrinho (DIÁRIO DO MARANHÃO. 13/05/1881).

Moleque

Quem pretender um de 12 a 14 anos de idade, sadio e activo dirija-se à rua do Ribeirão, n.11, que fará ajuste (DIÁRIO DO MARANHÃO. 21/07/1887).

A exemplo de *escravos*, os termos *moleque* e *negrinha* denotam uma simbiose entre indivíduo e trabalho, de tal forma que se estabeleceu uma relação direta entre esses grupos sociais e certas atividades, daí a razão de considerá-los como categorias profissionais.

Em outros casos, a exemplo das profissões de *escrevente*, *escriturário* e *escrivão*, manteve a classificação dos anunciantes, pois, embora as mesmas sugiram uma prática comum, podiam resguardar certas distinções, que não foi possível descobrir; por essa razão optei pela classificação encontrada no jornal, em vez de incorrer em simplificações ou reducionismos. Acreditando que as diferentes terminologias refletiam as diferenças das práticas sociais desses trabalhadores, decidi mantê-las tais quais estavam anotadas no jornal.

Assim, algumas atividades que, em tese, dariam conta de uma mesma prática, como *vendedeira*, *vendedores* e *para vender na rua*, na aparente semelhança dos termos escondia sutis diferenças que precisavam ser assinaladas. Dessa forma, *vendedeira* correspondia exclusivamente a mulheres que mercadejavam diferentes produtos pelas ruas da cidade, enquanto *vendedores* se referiam a homens que realizavam trabalhos similares àqueles. E *para vender na rua*, como a própria denominação sugere, definia a função daqueles que exerciam suas atividades na *rua*, podendo ser tanto homens quanto mulheres.

Nos casos de *servente*, *servo*, *alugado* e *alugada*, tendo em vista que eram prioritariamente, mas não exclusivamente, exercidos por escravos, a distinção foi mantida porque trazem no seu bojo, diferenças que nem sempre podem ser iluminadas, como o fato de saber quando se trata de livres ou escravos, trabalho de rua ou doméstico, entre outras distinções.

Cada anúncio poderia aparecer uma única vez ou se repetir por vários dias, inclusive por um mês inteiro. Por isso considerei primeiro o número de anúncios publicados, e em seguida, o número de vezes que cada um se repetia. Desse modo, foi possível chegar a porcentagens diferentes, pois, na primeira contagem registrou-se 2.312 anúncios, enquanto

considerando as repetições chegou-se a um total geral de 10.152. Para a construção da tabela geral de anúncios de trabalho considerei este último cálculo, pois, entendo que cada publicação representa um novo aviso, mesmo que seu conteúdo seja o mesmo.

Com os dados de cada ano pesquisado foi possível, então, construir uma *tabela geral de anúncios de trabalho* (Ver apêndice A, p.119). Para tanto, procedi à classificação geral de todas as formas de trabalho registradas no jornal e, em seguida, considerei o número de anúncios dos diferentes ofícios em todos os anos compulsados, para daí obter o total geral de cada um. Com essas informações foi possível calcular a porcentagem que cada forma de trabalho anunciada representava no total geral de anúncios publicados no Diário do Maranhão no período de 1880-1900.

Do total geral de anúncios de trabalho, 15 não apresentam nenhum registro no período do Império (1880-1888), o que de certa forma coincide com a vigência da escravidão, e 30 ofícios não constam uma única vez na primeira década da República e de trabalho livre no Brasil como pode ser verificado no quadro abaixo.

Quadro das formas de trabalho que aparecem apenas em um período

LISTA DAS FORMAS DE TRABALHO SEM REGISTRO		
PERÍODO DE 1880-1887	PERÍODO DE 1889-1900	
01- Assucareiro	01- Administrador de fazenda	16- Escrevente
02- Cerradores	02- Alfaiate	17- Escrivão
03- Copeira	03- Cabeleireiro	18- Feitor
04- Empregado	04- Carreiro	19- Funileiro
05- Gomadeira	05- Cigarreiro	20- Galvanizador
06- Lavadeira	06- Cobrador	21- Impressor
07- Oleiro	07- Cocheiro	22- Machanico
08- Operário	08- Companheiro de casa	23- Moço
09- Para vender na rua	09- Corrieiro	24- Negrinha
10- Pianista	10- Encadernador	25- Preto de roça
11- Protocolista	11- Encanador	26- Saboeira
12- Refinador	12- Enfermeira	27- Sapateiro
13- Tecelans	13- Entregadores	28- Serva
14- Vaqueiro	14- Escrava	29- Tanoeiro
15- Vendedores	15- Escravo	30- Typographo

No entanto, o fato de certas categorias não possuírem nenhum registro em determinado período, não autoriza afirmar que as mesmas simplesmente não existissem nesse momento. Talvez simplesmente não foram anunciadas no jornal Diário do Maranhão, o que não

exclui a possibilidade de o terem sido em outro periódico da época. Outrossim, a própria dinâmica desse mercado de trabalho poderia justificar tal ausência, haja vista que alguns ofícios poderiam não precisar desse tipo de publicidade para se realizar.

Assim, a partir da *tabela geral de anúncios de trabalho* (Ver apêndice A, p.119) é possível concluir:

Trabalho de âmbito privado

- A maioria dos anúncios se refere a ofícios que se davam no âmbito privado, somando 46 no total: advogado, alfaiate, ama, ama de leite, ama seca, assucareiro, caldeireiro, charuteiro, cigarreiro, companheiro de casa, copeira, copeiro, cosinheira, cosinheiro, costureira, criada, criado, artista, encadernador, enfermeira, escrevente, escriturário, escrivão, forneiro, funileiro, galvanizador, gomadeira, governanta, impressor, jardineiro, maquinista, marcineiro, mechanico, médico, operário, padeiro, pianista, professor, protocolista, quinteiro, refinador, saboeira, saboeiro, tanoeiro, tecelans, typographo.

Trabalho de âmbito rural

- 04 se referem a atividades próprias do universo rural: administrador de fazenda, feitor, preto de roça e vaqueiro.

Trabalho de âmbito tanto público quanto privado

- 27 eram trabalhos que podiam ser desenvolvidos tanto no âmbito público quanto no privado: barbeiro, cabeleireiro, caixeiro, carpina, cerradores, corrieiro, encanador, escrava, escravo, hortelão, lavadeira, moço, moleque, negrinha, rapariga, pedreiro, sapateiro, servente, cobrador, empregado, serva, entregadores, oleiro, trabalhadores, alugada, alugado e aprendizes.

Trabalho do âmbito da rua

- 06 eram trabalhos que se davam preponderantemente no âmbito da rua: carreiro, cocheiro, para vender na rua, vendedeira, jornaleiro e vendedores.

Como é possível constatar na tabela, do total geral de ofícios 14 são recorrentes durante todo o período e, de certa forma, se referem ao *trabalho de rua*. Outrossim, verifica-se uma correspondência direta entre os ofícios mais comuns com aqueles que apresentam as maiores porcentagens, como nos casos de *alugada e caixeiro*. As categorias *escrava/escravo* figuram na relação das que possuem os maiores índices, embora seus registros nos anúncios cessem, no material compulsado, no ano de 1887.

A maior parte dos anúncios se refere a ofícios comuns ao universo urbano, o que não impedia, contudo, que os mesmos pudessem ser praticados nas zonas rurais. Do mesmo modo, a maioria absoluta dos *anúncios* se refere a trabalhos que normalmente eram exercidos por homens. Assim, das 83 formas de trabalho classificadas, 56 se referem a denominações masculinas e apenas 13 aparecem exclusivamente na forma feminina.

Certas formas de trabalho aparecem somente no masculino, a exemplo de cobrador, mecânico, cocheiro, etc. e outras apenas no feminino, como ama, gomadeira e lavadeira, enquanto 07 são registradas tanto na forma masculina quanto na feminina, a exemplo de *escravo/escrava, copeiro/copeira e cosinheiro/cosinheira*. Há, ainda, aquelas que não é possível definir com precisão a que sexo se refere, podendo tanto ser de um quanto de outro, a exemplo de *trabalhadores e para vender na rua*.

Das formas de trabalho anunciadas no periódico 56 não correspondem individualmente a 0,1% dos *anúncios*. Dessas, 32 não atingem 0,10% do total. Em contrapartida, as 05 categorias mais anunciadas no período correspondem juntas a 59,32%. Assim, *caixeiro* (37,84%), *alugada* (21,45%), *trabalhadores* (21,45%), *moleque* (16,68%) e *rapariga* (10,29%) somam mais da metade do total geral. A partir da recorrência dos anúncios de *alugada, moleque e rapariga*, constatada na tabela, é possível afirmar uma continuidade com atividades características da escravidão.

No entanto, é preciso destacar que, de maneira alguma, a totalidade das atividades anunciadas na tabela geral corresponde aos trabalhadores aos quais tomei como objeto de estudo. Fazer isso seria no mínimo inadequado, tendo em vista que por essas formas de trabalho perpassam inúmeras distinções relevantes que não se referem exclusivamente às denominações de gênero ou público e privado. Igualmente, não tive a pretensão de encerrar na análise o conjunto de todos os indivíduos e/ou atividades que pudessem ser desenvolvidas no mundo da *rua*.

Certamente o mercado de anúncios – e de trabalho – era bem maior do que aquele registrado no jornal Diário do Maranhão. Assim, ainda que se somassem todos os anúncios publicados nos diversos jornais locais do período, não seria possível ter uma noção exata desse mercado, pois, provavelmente boa parte da demanda não chegava a ser registrada nas páginas dos periódicos.

Logo, as formas de trabalho às quais me detive de maneira mais precisa estão classificadas na *tabela de anúncios de trabalho de rua* (Ver apêndice B, p.123). A partir da análise dos dados dessa tabela observa-se que:

Formas de trabalho recorrentes no período 1880-1900

- Das 32 formas de trabalho classificadas, 14 são recorrentes durante todo o período analisado: alugada, alugado, aprendizes, barbeiro, caixeiro, carpina, hortelão, jornaleiro, marceneiro, moleque, pedreiro, rapariga, trabalhadores e vendedeira.

Formas de trabalho sem registro no período 1880-1887

- No intervalo entre 1880-1887, 06 categorias não apresentam nenhum registro: cerradores, empregado, lavadeira, oleiro, para vender na rua e vendedores.

Formas de trabalho sem registro no período 1889-1900

- No período de 1889 a 1900, 12 categorias não são anunciadas uma única vez: cabeleireiro, carreiro, cobrador, cocheiro, corrieiro, encanador, entregadores, escrava, escravo, moço, negrinha e sapateiro.

As 32 formas de trabalho classificadas na *tabela de anúncios de trabalho de rua* somam um total de 5.044 anúncios. Número bastante significativo uma vez que por um lado, representa quase a metade do total de 10.152 anúncios publicados entre 1880-1900, e, por outro, engloba menos da metade das 83 formas de trabalho classificadas. Como vimos, apenas 05 formas de trabalho respondiam por mais da metade do total geral de *anúncios* publicados.

Analisando a tabela acima, descobre-se que várias formas de trabalho deixam de ser anunciada no jornal a partir do ano de 1889. Nesse momento como seria esperado, algumas

categorias desaparecem, como: escrava, escravo, feitor, negrinha, preto de roça, serva, entre outras.

Entretanto, é interessante observar que categorias similares como *negrinha* e *moleque*, que de modo geral se referiam aos escravos menores de idade, mas não somente filhos de escravos, sofreram alterações distintas; pois, tomando os *anúncios* do Diário do Maranhão como representativos dessas transformações, observa-se que cessam os anúncios de *negrinhas* no pós-Abolição, enquanto os de *moleques* continuam, em menor número é verdade, mas há uma permanência. Dessa forma, é possível concluir que a partir desse momento há a instância de uma nova dinâmica, que, contudo, não se traduz numa ruptura radical com as práticas sociais escravistas.

Assim, procurando compreender melhor essa dinâmica construí uma tabela específica, onde estão discriminados aqueles trabalhos que se apresentam de forma recorrente durante todo o período analisado (Ver apêndice C, p. 125).

Das formas de trabalho que apresentam anúncios constantes, as três com maiores porcentagens são: *caixeiro*, *alugada* e *moleque*, respectivamente 28,15%, 15,96% e 12,41%. Somando-se esses três índices chega-se a um total de 56,52%, o que significa dizer que juntas correspondem a mais da metade do total desse tipo de anúncio.

A partir da análise da tabela referida é possível concluir que em muitos casos há uma continuidade após a Abolição de ofícios característicos da escravidão. As categorias *alugada* e *moleque*, por exemplo, normalmente designavam escravos. Entretanto, como vemos, há uma continuidade desses anúncios mesmo depois do fim do sistema escravista. Desse modo, é possível intuir que certamente houve uma ressignificação desses termos no pós-Abolição, haja vista que eles continuaram sendo anunciados, e as atividades exercidas. Mas se houve continuidades, igualmente houve rupturas.

Assim, em um contexto histórico em que os homens foram paulatinamente perdendo o direito de tomar outros como propriedade, até a instituição da escravidão perder por completo o seu estatuto legal com a Lei de 13 de Maio de 1888, as relações de trabalho sofreram significativas transformações. Nesse sentido, a Assembléia Legislativa Provincial sobre proposta da Câmara Municipal da Capital aprovou a Lei n. 1467 de 28 de Março de 1889, que através de 28 artigos regularizava o serviço doméstico, como temos:

Em observância ao disposto nas posturas municipais, provisoriamente aprovadas pela presidência da província em 13 de Dezembro do anno passado, manda o exm.

sr. Dr. Chefe de policia fazer publico, para conhecimento daquelles a quem possa interessar, que fica marcado o prazo de trinta dias, contados de hoje, para a *matricula de todas as pessoas, de um e outro sexo, que tiverem ou tomarem, mediante salário, a occupação de moço de hotel, casa de pasto, hospedaria e botequim, de cozinheiro ou copeiro, cocheiro, hortelão ou de ama de leite, ama secca, lacaio e, em geral, a de qualquer trabalho domestico*; cumprindo, portanto, aos que destinarem-se a taes serviços, vir a esta repartição inscrever-se dentro do dito prazo, convenientemente munidos da necessária caderneta cuja aquisição farão na secretaria da câmara municipal, onde serão fornecidas por mil réis cada uma (DIÁRIO DO MARANHÃO, 22/05/1889, grifei).

Essa Lei trazia em seu Art. 3º que:

Ninguém poderá exercer a occupação de criado sem inscrever-se no registro, e sem possuir uma caderneta, que deverá conter a copia desta postura, e numero da ordem da inscripção, nome, idade, filiação, naturalidade, estado, classes de occupação de criado, nome e domicilio da pessoa a cujo serviço estiver ou destinar-se, e a assignatura do secretario da policia, bem como o nome do pai ou mãe, tutor ou curador, quando o criado for menor (DIÁRIO DO MARANHÃO, 28/03/1889).

A promulgação dessa lei suscita algumas reflexões. Primeiro, ela se destina a regularizar especificamente as relações de trabalho de âmbito privado, ou seja, o trabalho doméstico; segundo, está escrito nela um claro interesse em controlar o exercício dessas atividades, bem como, daqueles que as exerciam, pois o corpo da lei diz que ninguém poderá exercer occupação de criado sem inscrever-se no registro e sem possuir uma caderneta, na qual deveria constar além do nome, idade, filiação e naturalidade do contratado, o nome e domicílio do contratante; e terceiro, há um claro objetivo de legalizar a prática dessas atividades, o que representa uma importante mudança, pois, a partir de então, o Estado passava a mediatizar as relações de trabalho que se davam no interior das residências. Assim, a relação que, nominalmente, antes era entre senhores e servos, agora, passava a ser entre patrões e empregados. As coisas mudam e as palavras que as definem também.

Dessa forma, a partir desse momento ninguém poderia tomar a seu serviço criado sem registro, que não possuísse a caderneta nas quais estaria anotado todos os seus dados; as relações entre patrões e trabalhadores passavam a ser normatizadas e controladas pelo poder público através de um contrato de trabalho, cujo modelo era fornecido pela secretaria de polícia, e lavrado nos seguintes termos:

Tomei hoje por (o tempo ajustado) para meu serviço como (classe do creado) a F. registrado sob n. pelo salário de... que deverá ser lhe pago (a maneira convencionada). Data - assignatura (DIÁRIO DO MARANHÃO, 28/03/1889).

Portanto, as alterações que corporificam a passagem entre as nomenclaturas, definições e (de)nominações realizadas no período estudado não são simplesmente a substituição de termos, como se se tratasse de uma operação comum àqueles que utilizam dicionários de sinônimos. Ademais, a obviedade de determinadas conclusões, como o desaparecimento dos anúncios de escravos com o fim da escravidão, não autoriza a, equivocadamente, entender que simplesmente todos os ex-escravos passaram a alugar seus corpos e seus saberes por falta de oportunidades.

Destarte, seria falacioso concluir que todos os outrora escravos se tornaram *trabalhadores de rua* com o fim da escravidão, pois, para muitos houve a possibilidade do trabalho doméstico, da vadiagem, da mendicância, entre outras. Entretanto, é possível afirmar a partir dos indícios contidos no conjunto da documentação compulsada, que muitos, igualmente, vislumbraram na *rua* a possibilidade da subsistência.

A permanência de muitas categorias do período anterior criou um terreno mais impreciso e espinhoso para qualquer análise que sobre elas recaia, pois, dotou as atividades de outros signos que, contudo, não mudam o estatuto dos serviços prestados, mas muda alguma coisa. A indistinção que agrupava pela pobreza certamente não era privilégio da condição de ex-escravos.

Os *trabalhadores de rua*, entenda-se, são trabalhadores que tomavam o espaço público como ambiente de trabalho, são aqueles que ocupavam o lugar das visibilidades, e talvez por isso incomodassem tanto. Nesse sentido, o disciplinamento que recaiu sobre esses indivíduos era certamente distinto daquele que sofriam os trabalhadores com endereço profissional certo.

Assim, esses trabalhadores que usavam a *rua* para “ganhar o pão de cada dia”, em alguns casos literalmente, embora tivessem forte presença na cidade, eram institucionalmente informais e socialmente pouco valorizados. O que torna quase impossível o desafio de reconstrução de suas trajetórias individuais, e bastante difícil a compreensão de suas dinâmicas como grupo. Não obstante, estavam, aqui e ali, trafegando, deslocando-se. Transeuntes inveterados por força do hábito ou da necessidade, esses sujeitos circulavam diariamente pelas ruas de São Luís da passagem do século XIX ao século XX.

5.1 Quem trabalhava na rua?

Duas questões fundamentais perpassam o desenvolvimento desta análise e das quais derivam muitas outras. Primeiro: de que forma a experiência da escravidão urbana imprimiu sua marca no trabalho de rua? Segundo: qual a dinâmica do trabalho de rua após a Abolição?

Para responder a essas perguntas, faz-se necessário uma análise das conseqüências do sistema escravista no universo do trabalho, especialmente do trabalho urbano. De acordo com Souza (2004, p. 90):

[...] esteio da economia e princípio articulador da sociedade, o escravismo gerava uma desqualificação do trabalho aos olhos do homem livre, e provocava, no escravo recém-egresso do cativo, uma situação bastante peculiar e que não raro assumia as características de um verdadeiro deslocamento.

O deslocamento apontado por essa autora pode ser pensado no sentido de um desajuste entre a condição de homens livres e as possibilidades de trabalho numa sociedade escravocrata, que os obrigava a viver nos interstícios do sistema, pois de acordo com Fraga Filho (1996, p. 24.):

A escassez de empregos obrigava a maioria deste contingente livre a viver de ocupações passageiras e instáveis. Além do mais, havia da parte dos homens livres pobres uma atitude de permanente desconfiança e, em certos casos, até de recusa em vender sua força de trabalho. Para muitos homens livres era preferível viver na mendicância a se sujeitarem a relações de trabalho que os equiparasse à condição de escravos. Contrariadas as elites veriam nisso a expressão da vadiagem e da preguiça.

Assim, nessa sociedade estruturada com base na força do trabalho escravo foi plasmado, ao longo de mais de três séculos, um sentimento que poderia ser traduzido nas palavras do viajante alemão Robert Avé-Lallermant, (apud DURÃES, 2006, p.75) de que “Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro”. Meio de transporte para pessoas e cargas, o escravo na maioria das cidades brasileiras “substituiu a máquina e o animal de carga, sendo o agricultor, o fabricante de objetos e o construtor de edifícios. Era também a carroça, o cavalo, o trilho, o cano d`água, a cloaca e quem iluminava as ruas e as casas, bem como o provedor de comida” (DaMATTA, 2003, p. 15).

Fonte de trabalho e renda, os escravos urbanos eram divididos em três categorias: *escravo doméstico*, *escravo de aluguel* e *escravo de ganho*. No período escravista era prática comum entre os senhores mandar ensinar ofícios aos cativos para, após o aprendizado, oferecer seus serviços através de anúncios, como *escravos de aluguel*.

Mas, para efeito deste estudo, são os *escravos de ganho* que interessam mais diretamente, haja vista que por não terem uma profissão especializada, iam para as ruas realizar todo tipo de serviço que pudesse render o pecúlio necessário ao pagamento da diária aos seus senhores, sob pena de serem castigados. Nesse sentido, essas experiências de trabalho são fundamentais para a compreensão da dinâmica do *trabalho de rua* pós-escravidão, uma vez que este se manteve fortemente vinculado às experiências do período anterior.

PEREIRA (2001, p. 60), ao estudar as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista, garante que em São Luís “os escravos homens, geralmente trabalhavam no porto como marinheiros, condutores de pequenas embarcações usadas no transporte de pessoas ou de mercadorias, no processo de embarque e de desembarque de navios aportados”. Mas para além de estivadores e carregadores, o trabalho escravo nas ruas de São Luís compreendia um conjunto relativamente vasto de indivíduos de ambos os sexos que realizavam os mais diversos serviços.

Assim, o Censo de 1872 ³⁷ registrou um total de 3.658 escravos em São Luís. Desses, 1.980 possuíam algum tipo de ofício e 1.678 não tinham qualificação profissional definida. A partir dos dados desse censo foi possível construir o quadro abaixo.

Quadro de ocupações escravas segundo o censo de 1872

Atividades	Número de trabalhadores	%
Serviços domésticos	562	15,36%
Criados e jornaleiros	715	19,54%
Atividades manuais e mecânicas	555	15,17%

³⁷ Os dados do Censo de 1872 foram encontrados no trabalho de BEZERRA, Bianca Josef. **O cotidiano dos forros em São Luís na primeira metade do século XIX (1820-1830)**. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

Marítimos	70	1,91%
Pescadores	36	0,98%
Artistas	42	1,14%
Sem qualificação	1678	45,87%
Total	3658	100 %

A partir da leitura do quadro acima se observa que os escravos foram profissionalmente classificados em sete categorias. Vale ressaltar que algumas dessas categorias agregam mais de uma atividade, como temos em *criados e jornaleiros* e *atividades manuais e mecânicas* ou, não especifica o ofício, como por exemplo: *Sem qualificação profissional definida*.

Das categorias com qualificação profissional definida a que apresenta maior contingente de trabalhadores é a dos *Criados e jornaleiros* com um total de 715 profissionais. Em seguida temos a dos *serviços domésticos* com um total de 562. Em ordem decrescente aparecem ainda *atividades manuais e mecânicas* (555), *marítimos* (70), *artistas* (42) e *pescadores* (36). Portanto, havia uma variedade de ofícios exercidos pelos escravos urbanos como temos na classificação referida, além de inúmeros outros genericamente definidos na expressão “sem qualificação profissional definida”.

Da mesma forma, a leitura dos anúncios publicados nos jornais revela uma variação muito grande de ocupações exercidas pelos escravos no centro de São Luís, envolvendo o trabalho doméstico, de ganho e de aluguel. Intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento do centro urbano da cidade, o trabalho escravo ganhou as ruas, esquinas e praças, ao mesmo tempo em que o sistema de “ganho na rua” se tornou prática comum nesse período. Assim, temos abaixo exemplos de anúncios de aluguel de escravos para vender na rua:

“Precisa-se alugar uma preta para vender em taboleiro, e um moleque para vender água na rua”. (DIÁRIO DO MARANHÃO. 21/06/1881).

“Na rua 28 de julho casa n. 03 precisa-se alugar uma preta de maior idade que se prestar a venda na rua”. (DIÁRIO DO MARANHÃO. 25/04/1882).

“Na rua do Sol, nº 82 precisava alugar um preto que fosse fiel para vender na rua com tabuleiro de fazenda”. (DIÁRIO DO MARANHÃO. 02/01/1883).

Acerca dessa prática social, Abranches (1992, p. 157) deixou o seguinte relato sobre uma vendedora de charutos, que diariamente circulava pelas ruas da cidade, com seu tabuleiro:

[...] duas vezes por dia carregava a mísera criatura tabuleiros atulhados dessa mercadoria que ia pelas casas comerciais dos clientes de seu proprietário. Trazia ainda suspensa ao braço uma cesta para a venda avulsa a quem desejasse comprar apenas um desses quebraquixos.

Essas formas de *trabalho de rua* exercidas por negros de ganho também eram realizadas por livres pobres em geral. Desprovidos de fortunas, mas donos de sua liberdade, eles coexistiram o tempo todo com o sistema escravista. Se por um lado a sociedade escravista bloqueava algumas possibilidades de trabalho a esses indivíduos, por outro, precisava deles para desempenhar papéis que não convinham ser realizados por escravos, e que ao mesmo tempo, aviltaria um homem de posses.

Desse modo, nessa sociedade fortemente hierarquizada com dois pólos muito bem definidos, de um lado o grupo de senhores e de outro a massa de escravos, os livres pobres se configuraram como uma categoria fluida e heterogênea que pendulava entre esses dois extremos, ou como aponta Franco (1983, p. 14): “Formou-se, uma ‘ralé’ que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade”.

Entretanto, enquanto perdurou a escravidão, a maior parte dessas atividades era, certamente, desempenhada pelos escravos, pois não parece lógico que os proprietários pagassem livres pobres quando poderiam usar os próprios cativos, principalmente numa cidade como São Luís onde era ostensiva a presença destes.

No final do século XIX, apesar do tráfico interprovincial resultado da proibição do tráfico transatlântico a partir de 1850, São Luís era ainda uma das principais *idades negras* (MOREIRA et al, 2006, p.12), ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Segundo esse autor:

A cidade de São Luís, no Maranhão, com cinco freguesias, os escravos eram 22,2%. A população escrava estava concentrada nas duas principais freguesias urbanas, Nossa Senhora da Vitória e Nossa Senhora da Conceição, com 64%. Quanto aos africanos, 75% (entre livres e escravos) também estavam nessa área mais central da cidade. No geral pardos e pretos constituíam 51,5% de toda a população livre do município de São Luís (MOREIRA et al, 2006, p.12).

No que se refere à economia, as últimas décadas do século XIX marcam a implantação e funcionamento de um parque fabril, sobretudo têxtil, em São Luís. Segundo informações de Viveiros (1954, p.558), em 1895 o Maranhão possuía 27 unidades fabris: 10 de fiação e tecidos de algodão, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de cânhamo, 1 de tecido de Lã, 1 de meias, 1 de fósforo, 1 de chumbo e pregos, 1 de calçados, 1 de produtos cerâmicos, 4 de pilar arroz, 2 de pilar arroz e sabão, 1 de sabão e 2 de açúcar e aguardente; sendo que destas, 15 estavam localizadas em São Luís. As dedicadas ao ramo têxtil somavam um total de 8 unidades e empregavam aproximadamente 1.550 operários.

Sabe-se, no entanto, que os escravos e ex-escravos de modo geral não estavam capacitados para exercer atividades fabris e que a Abolição não significou nenhuma transformação nesse sentido, haja vista que a libertação dos cativos não foi acompanhada por nenhum projeto de inclusão deles no mercado de trabalho formal. Assim, restou à maioria desses indivíduos “improvisar a própria sobrevivência” (DIAS, 1995, p. 20) e continuar realizando os trabalhos que costumeiramente já exerciam, muitos deles no mundo da rua.

Nesse sentido, a escravidão enquanto um sistema abrangente permeou todas as dimensões da sociedade brasileira e resultou num efeito duradouro sobre as nossas concepções de mundo e de trabalho. Dito de outra forma, o trabalho compulsório implicou uma relação peculiar entre trabalho e pobreza no Brasil. Essa relação foi muito bem explorada por DaMatta (2003) que demonstra com muita sagacidade como a experiência da escravidão implicou numa conjugação visceral entre trabalho e pobreza, sobretudo os que implicam o uso direto do corpo, a exemplo de peixeiros, carroceiros e pregoeiros.

Assim, mesmo depois da Abolição, apontam indícios como a fotografia a seguir, atividades como as dos carroceiros em plena Praça do Comércio de São Luís, em inícios do século XX, continuaram sendo ocupações de “pessoas de cor”, e pobres em geral.



Figura 9 - Praça do comércio

Fonte: A Revista do Norte, 1903.

Portanto, embora alguns estudos afirmem a resistência dos ex-escravos em vender sua força de trabalho (CHALHOUB, 1990; PESAVENTO, 1994), ao ponto de muitos preferirem mesmo a vadiagem ou a mendicância, para muitos não restou alternativa senão trabalhar para si ou para outrem em prol da subsistência. Dessa forma, os trabalhos ordinariamente exercidos pelos escravos e livres pobres do período escravista passaram a ser realizados no período pós-Abolição por pobres de modo geral, livres ou libertos.

5.2 O aluguel de trabalhadores

A prática social de aluguel de trabalhadores não é uma invenção do período pós-Abolição, posto que o *escravo de aluguel* foi uma realidade não apenas em São Luís, mas em praticamente todos os centros urbanos do Brasil durante a vigência da escravidão. Dentre os serviços escravos mais requisitados para aluguel, estavam as amas-de-leite, pois como afirma Alencastro (1997, p. 63) “o aluguel de amas-de-leite representava uma atividade econômica importante nas cidades. Pequenos senhores de escravos exploravam esse mercado, alugando a terceiros suas cativas em período pós-natal”. Esse mesmo autor aponta para um movimento interessante que se verifica no Rio de Janeiro na medida em que se caminha para o final do século XIX, ou seja, o surgimento de anúncios de pessoas que se põem a alugar, e do qual também temos exemplos em São Luís:

No Largo de Palácio, casa n.18, tem uma mulher que deseja alugar-se para cosinhar ou servir em casa de pequena família, mesmo para ama seca (DIÁRIO DO MARANHÃO. 21/06/1887, grifei).

Assim, enquanto as escravas eram *postas a alugar-se* pelos seus proprietários, as pessoas livres *se alugavam* elas próprias. Nesse momento de *transição* verifica-se a mudança na condição das amas, antes escravas, agora livres, mas a demanda desse tipo de negócio continuou existindo, como é possível observar nos anúncios a seguir:

Ama de leite

Na casa n. 40 á rua de Sant’Anna precisa-se de uma e paga-se bem agradando (DIÁRIO DO MARANHÃO. 26/04/1889).

Ama de leite

Aluga-se uma que seja sadia, preferindo-se que não tenha filho, na rua Direita n. 30 (DIÁRIO DO MARANHÃO. 25/04/1889).

Como vimos, enquanto perdurou a escravidão, a maior parte dos pequenos serviços urbanos eram realizados pelos *escravos de ganho*, *aluguel* ou *doméstico*. Veio a Abolição, mas esta não conseguiu destruir o preconceito contra o trabalho manual, de forma que o aluguel de trabalhadores livres se configurou como uma herança principalmente escravista, pois, uma vez destituídos de seus *escravos de ganho*, os antigos proprietários tiveram no aluguel de trabalhadores um meio de não realizar “trabalho de escravo”. Assim, há inúmeros *anúncios* publicados depois de 1888, em que se deseja alugar pessoas para trabalhar mercadejando gêneros de consumo nas ruas da cidade, como temos nos exemplos abaixo:

Vendedeira

Precisa-se de uma mulher para vender flores e verduras. Rua dos remédios, n. 48 (DIÁRIO DO MARANHÃO. 13/04//1889).

Vendedeira

Precisa-se de uma para vender fructas. Paga-se bem agradando. Trata-se na rua de Sant’Anna, sobrado de azulejo n. 56 (DIÁRIO DO MARANHÃO. 13/01/1890).

Dessa forma, foi possível constatar que uma estratégia encontrada pelos antigos senhores, que se viram sem os seus valiosos escravos, foi o aluguel de trabalhadores livres, o que explica os frequentes *anúncios* publicados nos jornais da capital em que se procuravam pessoas para trabalhar de alugados, principalmente de vendedeiras, ou seja, o trabalho de mercadejar frutas, doces e verduras pelas ruas que antes eram realizados por escravos de ganho, e que a partir desse momento, passam a ser desempenhados por trabalhadores alugados. No jornal Diário do Maranhão encontram-se muitos desses *anúncios* de oferta e procura de alugados para os mais diversos serviços.

Alugada

José Maria de Lima precisa de uma, prefere que durma em casa.
Rua da Mangueira n. 19 (DIÁRIO DO MARANHÃO. 04/02/1890).

Aluga-se

Na rua da Paz n. 60 precisa-se de alugar um pequeno para o serviço único de compras e recados. Paga-se bem agradando (DIÁRIO DO MARANHÃO. 08/05/1889).

Aluga-se.

Um rapazinho ou uma raparigazinha de 10 a 14 anos, na rua Direita n. 30. (DIÁRIO DO MARANHÃO. 16/05/1889).

Trabalhadores

Na padaria da rua Formosa precisa-se alugar alguns com pratica do seviço e de vender pão na rua, paga-se bom ordenado. (DIÁRIO DO MARANHÃO. 05/09/1889).

Dessa forma, os *anúncios* registraram algumas das mudanças que se efetivaram nas relações de trabalho na passagem do século XIX ao XX, especialmente aquelas que se referem às atividades que se davam no espaço público, e que não foram objeto de uma legislação específica que pudesse permitir analisá-las. Nesse sentido, os *anúncios* funcionam como indícios para a compreensão das transformações que sofreram as relações de trabalho, bem como a sociedade de modo geral, uma vez que não publicam tão somente serviços e produtos, mas neles também estão inscritos, explícita ou implícitamente, a cultura de uma sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No conto *Pai contra mãe* Machado de Assis afirma que “A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais” (2005, p.61). Neste estudo procurei observar não o que foi subtraído pelo tempo, mas ao contrário, analisar algumas formas de trabalho que sobreviveram ao sistema escravista, e que mesmo sofrendo transformações continuaram a existir dentro de uma outra dinâmica social. Refiro-me a formas de trabalho específicas, ou seja, àquelas que se davam no universo da rua a exemplo dos pregoeiros, peixeiros, carroceiros, vendedores de tabuleiros, entre outros.

Intrinsecamente relacionada à experiência da escravidão urbana, essas atividades foram institucionalmente negligenciadas e socialmente pouco reconhecidas, o que resultou, por vezes, em conflitos entre os sujeitos que as praticavam e os agentes responsáveis por garantir a ordem pública. No entanto, diante da incapacidade da polícia em fiscalizar e garantir o cumprimento de todas as leis aprovadas pelo poderes públicos visando o ordenamento social, houve sempre margem para que esses trabalhadores pudessem agir.

Assim, nessa cidade onde o projeto modernizante foi malogrado, os serviços de infra-estrutura urbana não contemplaram a maioria da população e os desejos de civilidade não puderam realizar mais do que um arremedo daquilo que acontecia na Europa, a existência de outras formas de sociabilidade incomodava a elite local. Nesse sentido, o trânsito diário daqueles trabalhadores pelas ruas de São Luís de passagem do século XIX ao XX, foi frequentemente denunciado nos jornais como contravenção às leis da municipalidade, um obstáculo ao livre trânsito da população ou elementos de sujeira e poluição da cidade.

Entretanto, nos eventos públicos como as festas religiosas que aconteciam nos largos da cidade, esses trabalhadores tinham presença cativa. Esse livre acesso pode ser interpretado como uma espécie de licença social que se estabelecia nesses momentos entre os moradores e esses trabalhadores, especialmente com as quituteiras e vendedores de tabuleiros, fundamentais para o abastecimento de bebidas e comidas aos convivas dos festejos.

Dessa forma, embora a elite local desejasse substituir costumes locais por estilos franceses de mais moderno sabor, não conseguiu, contudo, impedir que nas ruas da cidade continuassem a ser oferecidos os mais diversos produtos da região, a maioria vindos dos arrabaldes e interior da ilha em lombos de animais ou costas humanas.

Entretanto, o mercadejar de gêneros de consumo na *rua* se dava mais em razão da busca de estratégias para realizarem melhores negócios e, conseqüentemente, obterem maiores lucros, do que propriamente pela falta de locais apropriados para tais fins, como os mercados.

É possível concluir, ainda, que diferentes ofícios que durante a escravidão foram exercidos por escravos e livres pobres em geral, após a Abolição continuaram a ser realizados, só que a partir de então por pobres de modo geral, livres ou libertos. Nesse sentido, o fenômeno social de aluguel de trabalhadores livres se caracteriza como um traço saliente da herança escravista brasileira, na medida em que para os antigos senhores foi preferível alugar um trabalhador livre a se aviltar realizando “trabalho de escravo”.

Do mesmo modo, se observa nesse processo a ressignificação das práticas sociais, no sentido de que a normalização das relações de trabalho empreendida à época implicou uma alteração nominal e, possivelmente, real das relações entre os outrora senhores e escravos. Nesse sentido, foi possível identificar nos *anúncios de trabalho* publicados no jornal Diário do Maranhão algumas das alterações que se efetivaram nesse processo de transição do trabalho escravo para o livre, especialmente aquelas que se referem ao *trabalho de rua*. Ademais, nesse momento de rupturas e permanências, registram-se nos jornais um número bastante significativo de formas de trabalho próprias do mundo rural, o que denota um imbricamento do universo urbano com o rural.

Assim, o *anúncio de trabalho* se configurou como um meio que a sociedade da época encontrou para conseguir pessoas para trabalharem na *rua*. Como exemplo, temos a insistência de *anúncios* em que se procuravam *vendedeiras* para mercadejar pelas vias públicas, ou na recorrência durante todo o período analisado da busca por *caixeiros* com habilidade para trabalhar na *rua*.

Não obstante a *rua* seja um local de trabalho, interação social e circulação de produtos, serviços, pessoas e idéias, ela tem se configurado como um marco espacial de segregação social, que se traduz diretamente nas expressões “trabalhador de rua”, “menino de rua” e “morador de rua”. Logo, ao abordar sobre o *trabalho de rua* em São Luís no contexto da passagem do século XIX ao XX, espero contribuir com a discussão histórica e sociológica de compreensão da dinâmica de grupos historicamente negligenciados da sociedade brasileira, e, especialmente da ludovicense.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luíz Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luíz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BEZERRA, Bianca Josef. **O cotidiano dos forros em São Luís na primeira metade do século XIX (1820-1830)**. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

BICHIR, Renata Mirandola. **Segregação e acesso a políticas públicas no município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política da faculdade de letras, filosofia e ciências humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX**. São Luís: AML/ SIOGE, 1991.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 3 ed. rev. São Paulo: Ed. Nacional, 1973.

CASTELLS, Manuel. **A questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial, 1990. (Coleção memória e sociedade).

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n.5, 1991.

COHN, Gabriel (Org.). A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: **Max Weber**. Sociologia. São Paulo: Ed. Ática, 2000. (Coleção Grandes Pensadores).

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX**. São Luís: Edufma, 2006.

CUNHA, Galdêncio. **Maranhão 1908**. Rio de Janeiro: Spala, 1908.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** - Rio de Janeiro, Zahar, 1994. 1v.

DaMATTA, Roberto. **A casa e a rua.** 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. **Profissões industriais na vida brasileira ontem, hoje e amanhã.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília: SENAI: Ministério do Trabalho e Emprego, 2003.

D'ABEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.** São Paulo: Siciliano, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1995.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI.** Campinas: 2006.

FELDEMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Míriam L. Moreira (org.). **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais.** Campinas: Papirus, 1998.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910).** Campinas: Ed.Unicamp, 2006.

_____. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do séc. XIX.** Salvador: EDUFBA; São Paulo: HUCITEC, 1996.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FREHSE, Fraya. **O tempo das ruas em São Paulo de fins do Império.** São Paulo: Edusp, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. **Ordem e Progresso.** 6. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GORENDER, Jacob. Escravidão urbana. In. _____. **O Escravismo colonial.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879.** Campinas: Papirus, 1988.

LEENHARDT, Jacques E PESAVENTO, Sandra Jatthy (org.). Apresentação. In: **Discurso Histórico e Narrativa Literária.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1998. p.9-15. (Coleção Momento).

LISSOVSKY, Mauricio; AZEVEDO, Paulo César de. **Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.** São Paulo: Ex Libris, 1988.

MARQUES, César. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. São Luís: Typ. do Fryas, 1870.

MACHADO, Nauro. A escrita polêmica de José do Nascimento Moraes. In: MORAES, José do Nascimento. **Neurose do medo e 100 artigos de Nascimento Moraes**. São Luís: SECMA/Civilização Brasileira, 1982.

MEDEIROS, Carlos Henriques Guimarães. **Peste Bubônica em São Luís**: epidemia e perspectivas de reordenamento urbano. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

MELO, Irisnete Santos de. **Salve-se quem puder**: discurso médico e condições sanitárias em São Luís na virada do século XX. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2003.

MOREIRA, Carlos Eduardo et al. **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

PALHANO, Raimundo. **A produção da coisa pública**: serviços e cidadania na primeira república: república ludovicense. São Luís: IPES, 1988.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso**: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP, São Paulo, 2001.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRETECEILLE, Edmond. Equipamentos Coletivos e Consumo Social. **Rev. Estudos fundap**, ano 1, n.1, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho 1880-1920. Rio Grande do Sul: Ed. da Universidade, 1994.

_____. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano. Rio de Janeiro; Paris; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís**: 1612-1991. São Luís: Ed. do Autor/FUNC, 2001.

RODRIGUES, José Carlos. **O tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989.

SCHWARCZ, Lília M. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadão em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SERRA, Astolfo. **Guia histórico e sentimental de São Luís do Maranhão**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo. A imprensa no Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. **Os desclassificados do ouro: pobreza mineira no século XVIII**. 4. ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. v. 3.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ed. Ateliê, 2002.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís**. Maranhão: 1971.

VIVEIROS, Gerônimo de. **História do comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

_____. **A Dona do Maranhão**. São Luís: Fundação de cultura do Estado, 1965.

Leis e Decretos

MARANHÃO. **Edital à Câmara Municipal da cidade [de São Luís] - Código de Posturas**, 1866.

MARANHÃO. **Edital à Câmara Municipal da cidade [de São Luís] - Código de Posturas**, 1893.

MARANHÃO. Lei n. 1467 de 28 de março de 1889, publicada na Pacotilha, 22 maio 1889. Código Sanitário de 1904. IN. **Colleção das Leis do Estado do Maranhão**. São Luís: Typogravura Teixeira, 1904.

Fontes Literárias

ABRANCHES, Dunshee de. **O cativoiro**. 2 ed. São Luís: ALUMAR, 1992.

ASSIS, Machado. Pai contra mãe. In: **Contos Escolhidos**. Martin Claret, 2005.

AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

FARIAS, Euclides. **Cartas ao compadre Tiburcio**: notícias da capital por Lourenço Gomes Furtado. São Luís: Livraria econômica, 1907.

LISBOA, João Francisco. **A festa de Nossa Senhora dos Remédios**. São Luís: Ed. Legenda, 1992.

MONTELO, Josué. **Os Tambores de São Luís**. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MORAES, Nascimento. **Vencidos e degenerados**. 4. ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

PINTO, Fulgêncio. **Dr. Bruxelas e C. São Luís**. São Luís: Typ. Chaves & Comp., 1924.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro**: romance. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PERIÓDICOS E OUTRAS FONTES

A Campanha, São Luís, 6 ago. de 1905.

A Campanha, São Luís, 6 ago.1905.

A FALTA de tropa. **A Flecha 1879-1880**. São Luís: SIOGE, 1980. p. 84.

À POLÍCIA de hoje. **Pacotilha**, São Luís, 29 abr.1887.

A RUA de São Pantaleão. **Pacotilha**, São Luís, 6 fev.1890.

A TRANSFERÊNCIA do matadouro. **Pacotilha**, São Luís, 25 fev.1890.

ALGUNS moradores. **Pacotilha**, São Luís, 18 out.1883.

CARNE verde. **Pacotilha**, São Luís, 10 fev.1886.

CARNE verde. **Pacotilha**, São Luís, 17 abr.1893.

CATÁLOGO de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007. São Luís: Edições SECMA, 2007.

CHAMA-SE a atenção. **Pacotilha**, São Luís, 7 jan.1884.

CORPO DE POLÍCIA DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO. **Partes Gerais das Novidades do Dia (PGND)**. [São Luís], 1885 – 1891. São Luís. Localizada no Setor de Avulsos do Arquivo Público do Estado do Maranhão.

DE VOLTA da cidade. A Revista do Norte, Maranhão, Anno 2, n. 25, p. 8, 1 set.1902. 1 fotografia.

Diário do Maranhão, São Luís, 13 jan.1890.

Diário do Maranhão, São Luís, 23 jun.1888.

Diário do Maranhão, São Luís, 30 mar.1889.

EDITAES. **Diário do Maranhão**, São Luís, 5 dez.1889.

EPÍSTOLAS. **A Flecha**, São Luís, 1880.

ESTAÇÃO da Empresa Ferro-Carril. **A Revista do Norte**, Maranhão, ano 5, n. 5, p. 72, 1 jan. 1906. 1 fotografia.

FAÇANHAS policiais. **Pacotilha**, São Luís, 14 set.1903.

FAÇANHAS policiais. **Pacotilha**, São Luís, 14 set.1903.

HONTEM às 8 horas da noite. **A notícia**, São Luís, 5 de set.1906.

HYGIENE Publica. **Jornal da Manhã**. São Luis, 11 jul.1900.

MERCADO de frutas. **A Revista do Norte**, Maranhão, Anno 3, n. 57, p. 70, 1 jan. 1904.1 fotografia.

NA RUA do Egypto. **Pacotilha**, São Luís, 26 dez.1880

NADA mais importa.**Pacotilha**, São Luís, 24 maio 1884.

O “FALTA d’agua”. **Pacotilha**, São Luís, 11 fev.1907.

O CHINFRIM da Rua do Alecrim. **Pacotilha**, São Luís, 19 mar.1887.

O POLICIAMENTO da capital. **Pacotilha**, São Luís, 18 jun. 1904.

O Repórter. São Luís, 2 jan.1887.

O TUMULTO de quinta-feira santa e a polícia. **Pacotilha**, São Luís, 18 abr.1881.

O URBANO. **A Flecha 1879-1880**. São Luís: SIOGE, 1980. p. 72.

ORGANIZAÇÃO policial. **Jornal da manhã**, São Luís, 05 fev.1901.

OS CHINFRINS. **Pacotilha**, São Luís, 29 set.1881.

Pacotilha, São Luís, 1 mar.1883.

Pacotilha, São Luís, 11 nov.1881.

Pacotilha, São Luís, 12 out.1883.

Pacotilha, São Luís, 12 set.1883.

Pacotilha, São Luís, 2 jan.1886.

Pacotilha. São Luís, 1 jan.1892.

Pacotilha. São Luís, 10 nov. 1894.

Pacotilha. São Luís, 10 set.1894.

Pacotilha. São Luís, 12 dez.1880.

Pacotilha. São Luís, 14 ago.1903.

Pacotilha. São Luís, 18 jun. 1910.

Pacotilha. São Luís, 19 abr.1881.

Pacotilha. São Luís, 2 jan.1881.

Pacotilha. São Luís, 21 nov. 1881.

Pacotilha. São Luís, 22 jun.1884.

Pacotilha. São Luís, 30 set.1880.

Pacotilha. São Luís, 31 jul. 1901.

Pacotilha. São Luís, 7 nov.1881.

Pacotilha.São Luís, 10 nov.1894.

PEDE-SE ao exm. sr. Dr. Chefe de policia. **Pacotilha**, São Luís, 3 jan.1885.

PRAÇA do Commercio. A Revista do Norte, Maranhão, Anno 3, n. 55, p.50, 1 dez. 1903. 1 fotografia.

PRAÇA João Lisboa. A **Revista do Norte**, Maranhão, ano 2, n. 46, p. 189, 16 de jul.1903. 1 fotografia.

SEMPRE a polícia... **Pacotilha**, São Luís, 17 set.1902.

UMA praça. **Pacotilha**, São Luís, 3 set.1902.

APÊNDICE

Apêndice A

TABELA GERAL DE ANUNCIOS DE TRABALHO

FORMAS DE TRABALHO	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	Total	%	
1 - Administrador de fazenda	3	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	0,06%	
2 - Advogado	-	-	118	-	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-	191	1,88%	
3 - Alfaiate	-	2	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	0,10%	
4 - Alugada	45	103	149	189	63	49	25	44	-	17	22	42	1	4	24	14	2	-	5	7	-	805	7,93%	
5 - Alugado	5	22	18	47	-	16	-	11	-	-	-	8	3	26	10	-	-	-	-	-	-	166	1,64%	
6 - Ama	4	18	-	4	7	6	4	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	85	0,84%	
7 - Ama de leite	24	28	23	76	58	16	27	-	-	22	7	3	5	9	4	-	-	-	7	-	-	309	3,04%	
8 - Ama seca	-	-	5	3	32	7	3	-	-	-	-	-	-	14	-	-	-	-	2	-	-	66	0,65%	
9 - Aprendizes	5	2	7	-	27	3	-	-	-	15	3	15	4	-	-	-	-	-	-	-	-	81	0,80%	
10 - Assucareiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	9	0,09%	
11 - Barbeiro	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	2	8	-	-	-	-	-	-	-	2	15	0,15%
12 - Cabeleireiro	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,01%	
13 - Caixeiro	261	141	170	237	149	90	46	88	-	4	30	22	30	41	28	21	24	2	13	8	15	1420	13,99%	
14 - Caldeireiro	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	8	0,08%	
15 - Carpina	5	-	3	-	-	6	1	-	-	-	-	-	5	6	-	-	-	-	-	3	-	29	0,29%	
16 - Carreiro	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,01%	
17 - Cerradores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,02%	
18 - Charuteiro	-	-	6	9	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	22	0,22%	
19 - Cigarreiro	19	4	26	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81	0,80%	
20 - Cobrador	3	-	3	-	20	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	0,29%	
21 - Cocheiro	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0,05%	

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Apêndice A

TABELA GERAL DE ANUNCIOS DE TRABALHO

FORMAS DE TRABALHO	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	Total	%	
22 - Companheiro de casa	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0,05%	
23 - Copeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	4	0,04%	
24 - Copeiro	1	2	1	5	-	-	-	2	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	14	0,14%	
25 - Corrieiro	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,03%	
26 - Cosinheira	54	125	116	178	119	135	76	104	-	63	99	59	61	85	143	104	44	61	58	103	74	1861	18,33%	
27 - Cosinheiro	17	5	17	28	27	17	23	47	-	20	13	15	23	79	29	9	-	4	3	18	6	400	3,94%	
28 - Costureira	12	11	8	12	7	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	2	-	14	-	70	0,69%	
29 - Criada	14	23	39	36	68	42	19	42	-	25	38	34	40	55	40	47	23	-	16	25	15	641	6,31%	
30 - Criado	2	6	3	1	-	16	8	30	-	4	-	19	12	50	39	18	21	-	2	24	-	255	2,51%	
31 - Dentista	36	-	47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83	0,82%	
32 - Empregado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	3	-	-	-	3	6	1	18	0,18%	
33 - Encadernador	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,04%	
34 - Encanador	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,04%	
35 - Enfermeira	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,03%	
36 - Entregadores	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	0,08%	
37 - Escrava	173	108	138	155	-	32	16	47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	669	6,59%	
38 - Escravo	116	37	45	29	54	19	23	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	349	3,44%	
39 - Escrevente	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,02%	
40 - Escriturário	-	6	-	3	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	26	0,26%
41 - Escrivão	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,03%	
42 - Feitor	3	10	15	11	5	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49	0,48%	
43 - Forneiro	-	2	4	3	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	0,17%	

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Apêndice A

TABELA GERAL DE ANUNCIOS DE TRABALHO

FORMA DE TRABALHO	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	Total	%
44 - Funileiro	5	1	4	3	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	0,31%
45 - Galvanizador	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,04%
46 - Gomadeira	-	21	5	18	31	11	9	-	-	4	-	-	-	-	26	6	5	-	5	4	16	161	1,59%
47 - Governanta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	4	0,04%
48 - Hortelão	2	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1	11	-	-	-	20	0,20%
49 - Impressor	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,03%
50 - Jardineiro	-	-	-	3	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	11	0,11%
51 - Jornaleiro	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	7	0,07%
52 - Lavadeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	0,01%
53 - Maquinista	-	-	-	5	9	5	5	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	27	0,27%
54 - Marcineiro	6	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	10	0,10%
55 - Mecânico	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0,05%
56 - Médico	-	-	69	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	103	1,01%
57 - Moço	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,01%
58 - Moleque	44	101	138	35	110	77	40	25	-	16	2	4	-	23	-	-	11	-	-	-	-	626	6,17%
59 - Negrinha	15	35	24	-	25	26	14	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141	1,39%
60 - Oleiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0,05%
61 - Operário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	13	-	-	-	-	-	-	-	17	0,17%
62 - Padeiro	-	3	8	21	-	2	3	-	-	-	8	-	7	-	-	-	3	-	2	-	8	65	0,64%
63 - Para vender na rua	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	0,07%
64 - Pedreiro	2	2	-	-	5	-	2	-	-	10	3	5	7	1	2	6	-	-	-	3	2	50	0,49%
65 - Pianista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	12	0,12%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Apêndice A

TABELA GERAL DE ANUNCIOS DE TRABALHO

FORMA DE TRABALHO	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	Total	%
66 - Preto de Roça	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,02%
67 - Professor	3	-	4	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	45	0,44%
68 - Protocolista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,01%
69 - Quinteiro	-	4	-	-	-	3	-	11	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	23	0,23%
70 - Rapariga	6	-	4	4	-	12	-	-	-	-	39	5	-	14	-	-	-	-	-	-	-	84	0,83%
71 - Refinador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,02%
72 - Saboeira	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	0,09%
73 - Saboeiro	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	7	0,07%
74 - Sapateiro	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,02%
75 - Serva	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,03%
76 - Servente	-	-	6	26	40	24	21	-	-	80	9	9	9	18	8	-	3	-	13	-	2	268	2,64%
77 - Tanoeiro	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	0,10%
78 - Tecelans	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4	0,04%
79 - Trabalhadores	13	14	8	4	35	7	7	12	-	40	36	18	55	44	22	4	14	9	16	20	8	386	3,80%
80 - Typographo	6	2	13	14	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	0,41%
81 - Vaqueiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	0,31%
82 - Vendedeira	9	7	-	28	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	54	0,53%
83 - Vendedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	3	-	-	-	-	-	-	-	-	39	0,38%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total Geral dos Anúncios

10152

Apêndice B

TABELA DE ANÚNCIOS DE TRABALHO DE RUA

FORMAS DE TRABALHO	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	Total	%
1 - Alugada	45	103	149	189	63	49	25	44	-	17	22	42	1	4	24	14	2	-	5	7	-	805	15,96%
2 - Alugado	5	22	18	47	-	16	-	11	-	-	-	8	3	26	10	-	-	-	-	-	-	166	3,29%
3 - Aprendizes	5	2	7	-	27	3	-	-	-	15	3	15	4	-	-	-	-	-	-	-	-	81	1,61%
4 - Barbeiro	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	2	8	-	-	-	-	-	-	2	15	0,30%
5 - Cabeleireiro	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,02%
6 - Caixeiro	261	141	170	237	149	90	46	88	-	4	30	22	30	41	28	21	24	2	13	8	15	1420	28,15%
7 - Carpina	5	-	3	-	-	6	1	-	-	-	-	-	5	6	-	-	-	-	-	3	-	29	0,57%
8 - Carreiro	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,02%
9 - Cerradores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,04%
10 - Cobrador	3	-	3	-	20	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	0,57%
11 - Cocheiro	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0,10%
12 - Correiro	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,06%
13 - Empregado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	3	-	-	-	3	6	1	18	0,36%
14 - Encanador	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,08%
15 - Entregadores	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	0,16%
16 - Escrava	173	108	138	155	-	32	16	47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	669	13,26%
17 - Escravo	116	37	45	29	54	19	23	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	349	6,92%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Apêndice B

TABELA DE ANÚNCIOS DE TRABALHO DE RUA

FORMAS DE TRABALHO	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	Total	%
18- Hortelão	2	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1	11	-	-	-	20	0,40%
19 - Jornaleiro	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	7	0,14%
20 - Lavadeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	0,02%
21 - Marcineiro	6	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	10	0,20%
22 - Moço	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,02%
23 - Moleque	44	101	138	35	110	77	40	25	-	16	2	4	-	23	-	-	11	-	-	-	-	626	12,41%
24 - Negrinha	15	35	24	-	25	26	14	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141	2,80%
25 - Oleiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0,10%
26 - Para vender na rua	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	0,14%
27- Pedreiro	2	2	-	-	5	-	2	-	-	10	3	5	7	1	2	6	-	-	-	3	2	50	0,99%
28 - Rapariga	6	-	4	4	-	12	-	-	-	-	39	5	-	14	-	-	-	-	-	-	-	84	1,67%
29 - Sapateiro	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,04%
30 - Trabalhadores	13	14	8	4	35	7	7	12	-	40	36	18	55	44	22	4	14	9	16	20	8	386	7,65%
31 - Vendedeira	9	7	-	28	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	54	1,07%
32 - Vendedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	3	-	-	-	-	-	-	-	-	39	0,77%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios 5044

Apêndice C

TABELA DAS FORMAS DE TRABALHO DE RUA RECORRENTES

FORMAS DE TRABALHO	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	Total	%	
1 - Alugada	45	103	149	189	63	49	25	44	-	17	22	42	1	4	24	14	2	-	5	7	-	805	21,45%	
2 - Alugado	5	22	18	47	-	16	-	11	-	-	-	8	3	26	10	-	-	-	-	-	-	166	4,42%	
3 - Aprendizes	5	2	7	-	27	3	-	-	-	15	3	15	4	-	-	-	-	-	-	-	-	81	2,16%	
4 - Barbeiro	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	2	8	-	-	-	-	-	-	-	2	15	0,40%
5 - Cabeleireiro	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	37,84%	
6 - Caixeiro	261	141	170	237	149	90	46	88	-	4	30	22	30	41	28	21	24	2	13	8	15	1420	0,77%	
7 - Carpina	5	-	3	-	-	6	1	-	-	-	-	-	5	6	-	-	-	-	-	-	3	29	0,53%	
8 - Hortelão	2	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1	11	-	-	-	20	0,19%	
9 - Jornaleiro	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	7	0,27%	
10 - Marcineiro	6	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	10	16,68%	
11 - Moleque	44	101	138	35	110	77	40	25	-	16	2	4	-	23	-	-	11	-	-	-	-	626	1,33%	
12- Pedreiro	2	2	-	-	5	-	2	-	-	10	3	5	7	1	2	6	-	-	-	3	2	50	2,24%	
13 - Rapariga	6	-	4	4	-	12	-	-	-	-	39	5	-	14	-	-	-	-	-	-	-	84	10,29%	
14 - Trabalhadores	13	14	8	4	35	7	7	12	-	40	36	18	55	44	22	4	14	9	16	20	8	386	1,44%	
15 - Vendedeira	9	7	-	28	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	54	21,45%	

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios 3753

ANEXO

Tabela 1 - 1880

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1880		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Alugada	45	4,9%
Alugado	5	0,5%
Ama	4	0,4%
Ama de leite	24	2,6%
Aprendizes	5	0,5%
Cozinheira	54	5,9%
Cozinheiro	17	1,8%
Caixeiro	261	28,3%
Cigarreiro	19	2,1%
Cobrador	3	0,3%
Costureira	12	1,3%
Copeiro	1	0,1%
Criada	14	1,5%
Criado	2	0,2%
Carpina	5	0,5%
Enfermeira	3	0,3%
Escrava	173	18,8%
Escravo	116	12,6%
Feitor	3	0,3%
Dentista	36	3,9%
Moleque	44	4,8%
Negrinha	15	1,6%
Funileiro	5	0,5%
Marceneiro	6	0,7%
Preto de roça	2	0,2%
Sapateiro	2	0,2%
Galvanizador	4	0,4%
Professor	3	0,3%
Hortelão	2	0,2%
Pedreiro	2	0,2%
Typografo	6	0,7%
Rapariga	6	0,7%
Vendedeira	9	1,0%
Trabalhadores	13	1,4%

Tabela 2 - 1881

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1881		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Alugada	103	11,9%
Alugado	22	2,5%
Ama	18	2,1%
Ama de leite	28	3,2%
Aprendizes	2	0,2%
Administrador de fazenda	3	0,3%
Alfaiate	2	0,2%
Cozinheira	125	14,5%
Cozinheiro	5	0,6%
Caixeiro	141	16,3%
Cigarreiro	4	0,5%
Criada	23	2,7%
Criado	6	0,7%
Copeiro	2	0,2%
Cabeleireiro	1	0,1%
Corrieiro	3	0,3%
Costureira	11	1,3%
Cocheiros	5	0,6%
Escrava	108	12,5%
Escravo	37	4,3%
Encadernador	2	0,2%
Engomadeira	21	2,4%
Escriturário	6	0,7%
Forneiro	2	0,2%
Funileiro	1	0,1%
Feitor	10	1,2%
Impressor	3	0,3%
Jornaleiro	3	0,3%
Moleque	101	11,7%
Negrinha	35	4,0%
Padeiro	3	0,3%
Pedreiro	2	0,2%
Quinteiro	4	0,5%
typographo	2	0,2%
Trabalhadores	14	1,6%
Vendedeira	7	0,8%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios 865

Tabela 3 - 1882

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1882		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Alugada	149	11,7%
Alugado	18	1,4%
Ama seca	5	0,4%
Ama de leite	23	1,8%
Advogado	118	9,3%
Alfaiate	8	0,6%
Aprendiz	7	0,5%
Caixeiro	170	13,3%
Carpina	3	0,2%
Charuteiro	6	0,5%
Cobrador	3	0,2%
Cozinheira	116	9,1%
Cozinheiro	17	1,3%
Cigarreiro	26	2,0%
Costureira	8	0,6%
Copeiro	1	0,1%
Criada	39	3,1%
Criado	3	0,2%
Dentista	47	3,7%
Encadernador	2	0,2%
Escrevente	2	0,2%
Encanador	4	0,3%
Escrava	138	10,8%
Escravo	45	3,5%
Feitor	15	1,2%
Forneiro	4	0,3%
Funileiro	4	0,3%
Gomadeira	5	0,4%
Marceneiro	3	0,2%
Moleque	138	10,8%
Medico	69	5,4%
Moço	1	0,1%
Negrinha	24	1,9%
Padeiro	8	0,6%
Professor	4	0,3%
Rapariga	4	0,3%
Servente	6	0,5%
Trabalhadores	8	0,6%
Torneiro	10	0,8%
Typographo	13	1,0%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios 1.274

Tabela 4 - 1883

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1883		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Ama	4	0,3%
Ama de leite	76	6,1%
Ama seca	3	0,2%
Alugada	189	15,3%
Alugado	47	3,8%
Administrador de fazenda	3	0,2%
Caixeiro	237	19,1%
Cozinheira	178	14,4%
Cozinheiro	28	2,3%
Costureira	12	1,0%
Criada	36	2,9%
Criado	1	0,1%
Cigarreiros	32	2,6%
Charuteiros	9	0,7%
Copeiro	5	0,4%
Carreiro	1	0,1%
Escrava	155	12,5%
Escravo	29	2,3%
Escripturário	3	0,2%
Escrivão	3	0,2%
Entregadores	8	0,6%
Feitor	11	0,9%
Funileiro	3	0,2%
Forneiro	3	0,2%
Gomadeira	18	1,5%
Jardineiro	3	0,2%
Machinista	5	0,4%
Mechanico	5	0,4%
Moleque	35	2,8%
Padeiro	21	1,7%
Rapariga	4	0,3%
Servente	26	2,1%
Trabalhadores	4	0,3%
Typographo	14	1,1%
Vendedeira	28	2,3%

Tabela 5 - 1884

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1884		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Ama	7	0,7%
Ama de leite	58	5,6%
Ama seca	32	3,1%
Alugada	63	6,1%
Advogado	29	2,8%
Aprendizes	27	2,6%
Barbeiro	3	0,3%
Caixeiro	149	14,5%
Cobrador	20	1,9%
Companheiro de casa	5	0,5%
Cozinheira	119	11,6%
Cozinheiro	27	2,6%
Costureira	7	0,7%
Criada	68	6,6%
Feitor	5	0,5%
Funileiro	18	1,8%
Escravo	54	5,3%
Engomadeira	31	3,0%
Escriturário	12	1,2%
Pedreiro	5	0,5%
Machinista	9	0,9%
Moleque	110	10,7%
Medico	30	2,9%
Negrinha	25	2,4%
Professor	30	2,9%
Servente	40	3,9%
Saboeiro	2	0,2%
Trabalhadores	35	3,4%
Typographo	7	0,7%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios **1.027**

Tabela 6 - 1885

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1885		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Ama	6	0,9%
Ama de leite	16	2,5%
Ama seca	7	1,1%
Alugada	49	7,5%
Alugado	16	2,5%
Aprendiz	3	0,5%
Caixeiro	90	13,8%
Caldeireiro	5	0,8%
Carpina	6	0,9%
Cosineira	135	20,7%
Cosineiro	17	2,6%
Charuteiro	4	0,6%
Creada	42	6,4%
Creado	16	2,5%
Cobrador	3	0,5%
Engomadeira	11	1,7%
Escrava	32	4,9%
Escravo	19	2,9%
Hortelão	3	0,5%
Jardineiro	4	0,6%
Maquinista	5	0,8%
Moleque	77	11,8%
Negrinha	26	4,0%
Padeiro	2	0,3%
Quinteiro	3	0,5%
Rapariga	12	1,8%
Saboeira	9	1,4%
Serva	3	0,5%
Servente	24	3,7%
Trabalhadores	7	1,1%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios

652

Tabela 7 - 1886

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1886		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Ama	4	1,1%
Ama de leite	27	7,2%
Ama seca	3	0,8%
Alugada	25	6,6%
Caixeiro	46	12,2%
Carpina	1	0,3%
Cosinheira	76	20,2%
Cosinheiro	23	6,1%
Criada	19	5,0%
Criado	8	2,1%
Escrava	16	4,2%
Escravo	23	6,1%
Feitor	5	1,3%
Gommadeira	9	2,4%
Maquinista	5	1,3%
Moleque	40	10,6%
Negrinha	14	3,7%
Padeiro	3	0,8%
Pedreiro	2	0,5%
Servente	21	5,6%
Trabalhadores	7	1,9%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios **377**

Tabela 8 - 1887

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1887		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Ama	34	6,5%
Alugada	44	8,4%
Alugado	11	2,1%
Caixeiro	88	16,8%
Cosineira	104	19,8%
Cosineiro	47	9,0%
Criada	42	8,0%
Criado	30	5,7%
Copeiro	2	0,4%
Escrava	47	9,0%
Escravo	26	5,0%
Moleque	25	4,8%
Negrinha	2	0,4%
Quinteiro	11	2,1%
Trabalhadores	12	2,3%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios 525

Tabela 9 - 1889

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1889		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Ama de leite	22	6,2%
Alugada	17	4,8%
Aprendizes	15	4,2%
Caixeiro	4	1,1%
Criada	25	7,1%
Cozinheira	63	17,8%
Cozinheiro	20	5,6%
Criado	4	1,1%
Cerradores	2	0,6%
Engomadeira	4	1,1%
Moleque	16	4,5%
Pedreiros	10	2,8%
Protocolista	1	0,3%
Servente	80	22,6%
Trabalhadores	40	11,3%
Vaqueiro	31	8,8%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios

354

Tabela 10 - 1890

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1890		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Ama de leite	7	2,1%
Alugada	22	6,6%
Aprendiz	3	0,9%
Caixeiro	30	9,0%
Cozinheira	99	29,8%
Cozinheiro	13	3,9%
Criada	38	11,4%
Forneiro	8	2,4%
Moleque	2	0,6%
Para vender na rua	7	2,1%
Padeiro	8	2,4%
Pedreiro	3	0,9%
Rapariga	39	11,7%
Servente	9	2,7%
Trabalhadores	36	10,8%
Vendedeira	8	2,4%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios 332

Tabela 11 - 1891

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1891		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Ama de leite	3	1,0%
Alugada	42	13,8%
Alugado	8	2,6%
Aprendizes	15	4,9%
Caixeiro	22	7,2%
Criada	34	11,1%
Criado	19	6,2%
Cozinheira	59	19,3%
Cozinheiro	15	4,9%
Costureira	4	1,3%
Moleque	4	1,3%
Oleiro	5	1,6%
Pedreiros	5	1,6%
Rapariga	5	1,6%
Refinador	2	0,7%
Servente	9	3,0%
Trabalhadores	18	5,9%
Vendedores	36	11,8%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios

305

Tabela 12 - 1892

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1892		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Ama de leite	5	1,8%
Alugada	1	0,4%
Alugado	3	1,1%
Aprendizes	4	1,4%
Barbeiro	2	0,7%
Caixeiro	30	10,7%
Carpina	5	1,8%
Criada	40	14,2%
Criado	12	4,3%
Cozinheira	61	21,7%
Cozinheiro	23	8,2%
Empregado	5	1,8%
Operários	4	1,4%
Padeiro	7	2,5%
Pedreiros	7	2,5%
Servente	9	3,2%
Quinteiro	5	1,8%
Tanoeiro	3	1,1%
Trabalhadores	55	19,6%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios **281**

Tabela 13 - 1893

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1893		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Ama de leite	9	1,8%
Ama seca	14	2,8%
Alugada	4	0,8%
Alugado	26	5,2%
Barbeiro	8	1,6%
Caixeiro	41	8,2%
Carpina	6	1,2%
Cozinheira	85	17,0%
Cozinheiro	79	15,8%
Copeiro	3	0,6%
Criada	55	11,0%
Criado	50	10,0%
Jardineiro	4	0,8%
Maquinista	2	0,4%
Moleques	23	4,6%
Operários	13	2,6%
Pedreiro	1	0,2%
Raparigas	14	2,8%
Servente	18	3,6%
Trabalhadores	44	8,8%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios

499

Tabela 14 – 1894

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1894		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Ama de leite	4	1,0%
Alugada	24	6,2%
Alugado	10	2,6%
Caixeiro	28	7,2%
Cosineira	143	36,7%
Cosineiro	29	7,4%
Criada	40	10,3%
Criado	39	10,0%
Empregado	3	0,8%
Gommadeira	26	6,7%
Governanta	4	1,0%
Hortelão	3	0,8%
Pedreiro	2	0,5%
Saboeiro	5	1,3%
Servente	8	2,1%
Trabalhadores	22	5,6%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios **390**

Tabela 15 - 1895

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1895		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Alugada	14	5,8%
Caixeiro	21	8,8%
Caldeireiro	3	1,3%
Cosineira	104	43,3%
Cosineiro	9	3,8%
Copeira	4	1,7%
Criada	47	19,6%
Criado	18	7,5%
Commadeira	6	2,5%
Jardineiro	4	1,7%
Pedreiros	6	2,5%
Trabalhadores	4	1,7%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios

240

Tabela 16 - 1896

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1896		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Alugada	2	1,3%
Caixeiro	24	15,9%
Charuteiro	3	2,0%
Cozinheira	44	29,1%
Criada	23	15,2%
Criado	21	13,9%
Gomadeira	5	3,3%
Hortelão	1	0,7%
Moleque	11	7,3%
Servente	3	2,0%
Trabalhadores	14	9,3%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios

151

Tabela 17 - 1897

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1897		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Caixeiro	2	2,1%
Cozinheira	61	64,9%
Cozinheiro	4	4,3%
Costureira	2	2,1%
Hortelão	11	11,7%
Padeiro	3	3,2%
Trabalhadores	9	9,6%
Vendedeiras	2	2,1%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios

94

Tabela 18 - 1898

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1898		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Ama de leite	7	4,7%
Ama seca	2	1,3%
Alugada	5	3,3%
Caixeiro	13	8,7%
Cozinheira	58	38,7%
Cozinheiro	3	2,0%
Criada	16	10,7%
Criado	2	1,3%
Engomadeira	5	3,3%
Empregado	3	2,0%
Lavadeira	1	0,7%
Padeiro	2	1,3%
Servente	13	8,7%
Tecelans	4	2,7%
Trabalhadores	16	10,7%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios 150

Tabela 19 - 1899

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1899		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Ama	8	2,5%
Alugada	7	2,2%
Advogado	44	13,6%
Açucareiro	9	2,8%
Caixeiro	8	2,5%
Carpina	3	0,9%
Cozinheira	103	31,8%
Cozinheiro	18	5,6%
Costureira	14	4,3%
Criada	25	7,7%
Criado	24	7,4%
Escriturário	4	1,2%
Empregado	6	1,9%
Gomadeira	4	1,2%
Médico	4	1,2%
Pedreiro	3	0,9%
Pianista	12	3,7%
Professor	8	2,5%
Trabalhadores	20	6,2%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios 324

Tabela 20 - 1900

ANÚNCIOS DE TRABALHO DO ANO DE 1900		
Anúncios de trabalho	Número de Anúncios	Porcentagem
Barbeiro	2	1,3%
Caixeiro	15	9,9%
Cozinheira	74	49,0%
Cozinheiro	6	4,0%
Criada	15	9,9%
Empregado	1	0,7%
Escriturário	1	0,7%
Gomadeira	16	10,6%
Maquinista	1	0,7%
Padeiro	8	5,3%
Pedreiro	2	1,3%
Servente	2	1,3%
Trabalhadores	8	5,3%

Fonte: Diário do Maranhão, 1880 – 1900.

Total de Anúncios 151

Quadro 03

Movimento epidêmico da peste bubônica na cidade de São Luís

Período	Número de doentes
2ª quinzena de Outubro de 1903	9
1ª quinzena de Novembro de 1903	12
2ª quinzena de Novembro de 1903	9
1ª quinzena de Dezembro de 1903	13
2ª quinzena de Dezembro de 1903	58
1ª quinzena de Janeiro de 1904	99
2ª quinzena de Janeiro de 1904	134
1ª quinzena de Fevereiro de 1904	144
2ª quinzena de Fevereiro de 1904	81
1ª quinzena de Março de 1904	45
2ª quinzena de Março de 1904	29
1ª quinzena de Abril de 1904	14
2ª quinzena de Abril de 1904	1

Fonte: MEDEIROS, Carlos Henriques Guimarães. **PESTE BUBÔNICA EM SÃO LUÍS: Epidemia e perspectivas de reordenamento urbano.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. 2007, p. 60.